

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ANNA CLAUDIA SIEVERDING FABIANO

**ACORDOS DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL NA
FRONTEIRA: CASO UNIPAMPA/CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO**

**Bagé
2021**

ANNA CLAUDIA SIEVERDING FABIANO

**ACORDOS DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL NA
FRONTEIRA: CASO UNIPAMPA/CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino - Mestrado Acadêmico da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Elena Maria Billig Mello

**Bagé
2021**

F118a Fabiano, Anna Claudia Sieverding
Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional na fronteira: caso
Unipampa/Campus Santana do Livramento / Anna Claudia Sieverding Fabiano.
179 p.

Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa, MESTRADO EM
ENSINO, 2021.

"Orientação: Elena Maria Billig Mello".

1. Educação Superior. 2. Internacionalização. 3. Cooperação Acadêmica
Internacional. 4. Inovação Pedagógica. I. Título.

ANNA CLAUDIA SIEVERDING FABIANO

**ACORDOS DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL NA
FRONTEIRA: CASO UNIPAMPA/CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino - Mestrado Acadêmico da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Elena Maria BilligMello

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 30/08/2021.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Elena Maria Billig Mello
Orientadora
(UNIPAMPA)

Prof. Dra. Diana Paula Salomão de Freitas
(UFPeI)

Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira Adão
(UNIPAMPA)



Assinado eletronicamente por **ELENA MARIA BILLIG MELLO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/09/2021, às 22:39, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ALESSANDRO CARVALHO BICA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/09/2021, às 08:42, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Diana Paula Salomão de Freitas, Usuário Externo**, em 16/09/2021, às 21:40, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SEBASTIAO AILTON DA ROSA CERQUEIRA ADAO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 17/09/2021, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0607635** eo código CRC **4E8C5295**.

Dedico este trabalho a todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

AGRADECIMENTOS

A escolha dessa trajetória de estudos me proporcionou inúmeros questionamentos tanto na minha vida Acadêmica como profissional, principalmente porque foi realizado em meio a uma pandemia mundial. Felizmente, foi possível compreender o quão desafiador é o percurso de uma pesquisadora, mas ao mesmo tempo muito gratificante.

Quero agradecer primeiramente aos meus guias espirituais que me deram forças e me auxiliaram diariamente nas minhas batalhas para que eu nunca desistisse.

Em especial á minha orientadora, Elena Billig Mello, pela paciência e dedicação em me guiar nesse caminho incrível da pesquisa Acadêmica. Obrigada pelas horas de descanso que deixou de lado para me ajudar e orientar, e principalmente por sempre ter acreditado e me incentivado ao longo desses dois anos. Sem a sua confiança e apoio nada disso seria possível.

Ao meu namorado Roger, que sempre procurou me incentivar nos meus momentos mais sombrios tornando tudo mais iluminado. Obrigada pelas horas dedicadas em me levar para Bagé para poder assistir as aulas do Mestrado, e por sempre fazer tudo de bom grado. Obrigada pela paciência e por sempre acreditar em mim, sem você ao meu lado nada disso faria sentido.

À minha família, em especial à minha mãe Regina que sempre foi a minha maior incentivadora, obrigada pelas noites sem dormir e pela preocupação. Obrigada pelo esforço que fizeste para que eu chegasse até aqui e pudesse superar cada obstáculo em meu caminho.

Aos meus colegas do Mestrado, que me proporcionaram muitos aprendizados e compartilharam conhecimentos que vou levar para a vida toda. Em especial aos colegas Éverton, obrigada pelas risadas e amizade que construí nesse período e com quem compartilhei inúmeras preocupações e conquistas. Uilson, Enilda e Maria do Horto, meus companheiros de viagem nos quilômetros percorridos de Santana do Livramento a Bagé, tornando o percurso mais divertido e leve. Obrigada por fazerem desses dias de viagem algo a ser esperado com alegria e motivação.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, Alessandro Bica, Diana Salomão e Sebastião Cerqueira, pelas sugestões e interesse em contribuir para o desenvolvimento deste estudo.

E por fim, a todos que de alguma maneira fizeram parte dessa minha trajetória e contribuíram para a concretização dessa dissertação.

“Não importa o que aconteça, continue a nadar”.

(Graham Walters, Procurando Nemo, 2003.)

RESUMO

Esta pesquisa analisou como se estabelecem os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional na Universidade Federal do Pampa - Unipampa, campus Santana do Livramento e instigou responder quais as contribuições desses Acordos para a inovação educacional. Essa é uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. Devido à realidade da pesquisadora e ao *lôcus* da investigação, a pesquisa também se constitui como um estudo de caso para melhor investigar o contexto fazendo uma análise mais profunda e situada. Foi utilizado o Ciclo de Políticas de Stephen J. Ball, contribuindo para as discussões acerca dos contextos da política educacional: o da influência, o da produção do texto da política e a prática da política. Com esse fim, a coleta de dados se deu por meio da análise documental e de entrevistas semiestruturadas *online*. A análise realizada foi em três documentos da Unipampa: Regimento Geral, Plano Institucional de Internacionalização e o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023); e as entrevistas semiestruturadas com os sujeitos coordenadores da Daeinter e diretores do Campus Santana do Livramento/Unipampa. A Análise Textual Discursiva serviu para a interpretação dos dados, correlacionadas às referências teóricas. Autores que comungam da mesma fundamentação teórico-crítica referente a concepção de Internacionalização da Educação Superior, a inovação pedagógica, a organismos internacionais, a Cooperação Acadêmica e a zonas de fronteira serviram de suporte para a escrita. Concluiu-se que a Unipampa reconhece a importância da Internacionalização como forma de melhorar a qualidade do ensino, porém ainda falta um alinhamento institucional para a formalização das ações de Acordos de Cooperação. Também percebe que universidade como um meio mobilizador de ações e produção de conhecimentos nos diferentes espaços sociais. Possibilitou a ampliação de conhecimentos sobre a Internacionalização e fomentou reflexões acerca da inovação educacional como instrumento que deve estar nos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional. Para isso, expandir e fortalecer as relações interinstitucionais, principalmente no país vizinho, impulsionando o desenvolvimento regional e local. Dessa forma, valorizar o cenário binacional multicultural em que a Universidade está localizada, contribuindo para formação de espaços mais democráticos e colaborativos entre os países no que se refere à expansão e qualificação da Educação Superior.

Palavras-chave: Educação Superior. Internacionalização. Cooperação Acadêmica Internacional. Inovação Pedagógica.

ABSTRACT

This research analyzed how the International Academic Cooperation Agreements are established at the Federal University of Pampa - Unipampa, campus Santana do Livramento and instigated to answer the contributions of these Agreements to educational innovation. This is a research with a qualitative approach, exploratory and descriptive in nature. Due to the reality of the researcher and the locus of the investigation, the research also constitutes a case study to better investigate the context, making a deeper and more situated analysis. Stephen J. Ball's Policy Cycle was used, contributing to discussions about the contexts of educational policy: influence, production of the policy text and policy practice. For this purpose, data collection took place through document analysis and online semi-structured interviews. The analysis was carried out in three Unipampa documents: General Regiment, Institutional Plan for Internationalization and the Institutional Development Plan (2019-2023); and semi-structured interviews with the coordinators of Daeinter and directors of Campus Santana do Livramento/Unipampa. Discursive Textual Analysis was used to interpret the data, correlated with theoretical references. Authors who share the same theoretical-critical foundation regarding the conception of internationalization of Higher Education, pedagogical innovation, international organizations, academic cooperation and frontier zones served as support for writing. It was concluded that Unipampa recognizes the importance of internationalization as a way to improve the quality of education, but there is still a lack of institutional alignment for the formalization of cooperation agreement actions. It also perceives the university as a means of mobilizing actions and knowledge production in different social spaces. It enabled the expansion of knowledge about internationalization and fostered reflections on educational innovation as an instrument that should be included in the International Academic Cooperation Agreements. For this, expand and strengthen inter-institutional relations, especially in the neighboring country, boosting regional and local development. Thus, valuing the multicultural binational scenario in which the University is located, contributing to the formation of more democratic and collaborative spaces between countries with regard to the expansion and qualification of Higher Education.

Keywords: College education. Internationalization. International Academic Cooperation. Pedagogical Innovation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Parque Internacional de Santana do Livramento e Rivera.....	29
Figura 2 – Localização dos <i>campi</i> da Unipampa	30
Figura 3 – Contextos dos processos de formulação de uma política	33
Figura 4 – Número de vagas nos cursos de graduação.....	45
Figura 5 – Internacionalização da Educação Superior e principais elementos constitutivos....	53
Figura 6 - IES em cada país firmados os Acordos.....	89
Figura 7 – Redes de projetos em Santana do Livramento e Rivera.....	101
Figura 8 – Países de destinos de estudantes da Unipampa.....	118
Figura 9 – Dificuldades elencadas na consolidação dos ACAIs.....	133
Figura 10 – Estratégias de gestão institucional por Universidades Brasileira	137
Figura 11 – Ferramentas de Inovação na consolidação dos ACAIs	138
Figuras 12 e 13 – Indicadores de Internacionalização universitária	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantificação das categorias iniciais	38
Quadro 2 – Elementos diferenciadores entre a OMC e a AGCS	61
Quadro 3 – Programas e convênios de mobilidade Acadêmica.....	89
Quadro 4 – Acordos vigentes na Unipampa	90
Quadro 5 – Número de estudantes da Unipampa em mobilidade no exterior	97
Quadro 6 – Número de estudantes da Unipampa na modalidade <i>outgoing</i>	119
Quadro 7 - Fatores externos (positivos e negativos) que influenciaram os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional.....	127
Quadro 8 - Fatores internos que influenciaram os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional.....	127

LISTA DE SIGLAS

- ACAI** – Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional
- ANDIFES** - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
- ATD** - Análise Textual Discursiva
- AULP** - Associação das Universidades de Língua Portuguesa
- BM** - Banco Mundial
- BRACOL** - Brasil-Colômbia
- BRAMEX** - Brasil-México
- BRICS** - Brasil, Rússia, China e África do Sul
- Covid-19** - Coronavírus Disease (Doença do coronavírus)
- DAEINTER** - Diretoria de Assuntos Estratégicos e de Relações Internacionais
- EMI** - *English as a Medium of Instruction*
- FMI** - Fundo Monetário Internacional
- FAUBAI** - Fórum dos Assessores das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais
- FIES** - Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior
- GATS/ACGS** - Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços
- GCUB** - Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras
- IFSUL** - Instituto Federal Sul-Rio-Grandense
- INIA** - Instituto Nacional de Investigação Agropecuária
- IES** - Instituição de Ensino Superior
- INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MEC** - Ministério da Educação
- OCDE** - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OM** - Organização Mundial do Comércio
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PCSF** - Programa Ciência sem Fronteiras
- PDI** - Plano de Desenvolvimento Institucional
- PEC-G** - Programa Estudante-Convênio
- PIB** - Produto Interno Bruto
- PROUNI** - Programa Universidade para todos
- SIEPE** - Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão
- UERGS** - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UDELAR - Universidade da República

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

UTEC - Universidade Tecnológica do Uruguai

UTU - Universidade do Trabalho no Uruguai

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Trajetória Acadêmica da pesquisadora	17
1.2 Intencionalidade da pesquisa	20
2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	23
2.1 Contextualização da pesquisa.....	26
3 REFERENCIAL TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICO.....	40
3.1 Universidade e Saberes.....	40
3.2 Educação Superior e Internacionalização	47
3.3 Internacionalização e Cooperação Internacional.....	54
3.4 Mercantilização da Educação Superior.....	60
3.5 Organismos Internacionais e a Educação Superior.....	64
3.6 Inovação Pedagógica na Educação Superior.....	71
4 CICLO DE POLÍTICAS NOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL NO CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO, UNIPAMPA.....	75
4.1 Conhecendo o contexto da influência da política investigada	75
4.2 Discutindo o contexto do Texto da Política dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional.....	86
4.3 Refletindo o Contexto da Prática da Política nos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional: olhares dos sujeitos	104
4.3.1 Dificuldades na implementação dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional na Unipampa.....	130
4.3.2 Perspectivas e potencialidades de inovação nos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional na Unipampa	133
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142

REFERÊNCIAS.....	147
APÊNDICES.....	159
APÊNDICE A - TCLE.....	160
APÊNDICE B - ROTEIRO ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	162
APÊNDICE C - ANÁLISE DOCUMENTAL.....	163
APÊNDICE D - MATRIZ DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	173

1 INTRODUÇÃO

Nesse capítulo é apresentado um pouco sobre a trajetória da pesquisadora e todos os percalços que a fizeram escolher e se aventurar no mundo da pesquisa, bem como os motivos da escolha da temática. Assim, é também apresentada a contextualização da pesquisa, a problemática e os objetivos do presente estudo¹.

1.1 Trajetória Acadêmica da pesquisadora²

Escrevo em poucas linhas sobre a minha trajetória e o motivo de eu estar inserida nesse ambiente multicultural e acadêmico o qual através de muitas leituras me fez repensar e ressignificar minhas percepções de mundo. Confesso que por mais desafiador que seja essa eterna inconstância entre sempre buscar mais conhecimento e sempre querer ter uma resposta, apenas nos coloca numa situação de eternos aprendizes. Como já disse uma vez Estévez (2008, p. 9) em seu livro *Los Colores del Arco Iris*, somente aprendendo e estudando iremos aos poucos coletando as respostas de muitas dúvidas que irão surgir na nossa vida profissional formando então a nossa bússola para nos orientar e, o dia que não tivermos mais inquietudes e dúvidas então, deixaremos de assumir a dialética da razão que move os fenômenos da natureza, da sociedade e do espírito e nosso pensamento deixaria de movimentar-se.

Voltando às origens então, posso dizer que esse mundo de diversas culturas sempre esteve desde pequena em contato comigo. Nasci na fronteira, não exatamente na fronteira que é meu objeto de estudo, mas em uma cidade próxima chamada Uruguaiana, fronteira com a cidade de Libres na Argentina. Por isso, os costumes e idiomas que separavam as culturas não me eram estranhos, onde toda essa fusão e misturas resultam em um dialeto fronteiriço adaptado pelos moradores. Apesar dessa integração entre as culturas, não era toda escola da cidade que ofertava a língua espanhola como sendo obrigatória, entendíamos o dialeto, mas não éramos capazes de falar ou escrever na outra língua. O que torna incrível toda essa hibridização de culturas e línguas, tornando a comunicação e o convívio efetivo, mas sem dominar completamente as diferenças de línguas.

¹ Esse projeto faz parte do projeto amplo “Inovação Pedagógica nas ações educacionais da Educação Básica e Superior durante e no pós-crise pandêmica”, protocolado no SIPPEE/UNIPAMPA sob o nº 20200601220116 e na Plataforma Brasil sob o nº 42570820.4.0000.5323, do Grupo de Pesquisa em Inovação Pedagógica na Formação Acadêmico-Profissional de Profissionais da Educação-GRUPI.

² Nesta parte da escrita se fez uso da primeira pessoa do o discurso por se tratar da trajetória Acadêmica da pesquisadora.

O meu convívio com a fronteira da Argentina foi por pouco tempo, com 10 anos acabei me mudando para uma cidade maior e central do Rio Grande do sul, Santa Maria, com o intuito de ter mais oportunidades e opções quando fosse estudar em uma universidade. Por escolha da minha mãe, acabamos ficando pelo coração do rio grande, como é chamada, por longos anos. No momento em que deveria escolher o curso que tinha mais afinidades para o ensino superior muitas dúvidas surgiram. Eu venho de uma família e fui criada nessa família, onde tive muito contato com a universidade e escolas. Como meus pais são separados, morei toda a minha vida com minha mãe e meus avós maternos. Meu avô cursou Letras – licenciatura e deu aulas sua vida inteira na Universidade, e minha mãe também foi pelo mesmo caminho e cursou Letras – licenciatura e deu aulas em escolas públicas e privadas durante sua vida. Essa rotina sempre me influenciou muito nas minhas atividades diárias, como sempre fui apegada a minha mãe acredito que tenha sido por isso que desenvolvi a paixão por dar aulas, de brincadeira, para meus amigos de infância. Quando meu avô faleceu, recebi de seus colegas a caixa com giz que pertencia a ele, na época eu deveria ter uns 9 anos. Não sei se foi por influência dessa caixa, mas a partir daí eu comecei a nutrir essa paixão pelo mundo do ensino e da aprendizagem. Portanto, voltando às minhas escolhas para a Universidade, acredito sim, que tudo tenha sido influenciado pelos diversos acontecimentos na minha infância e adolescência. Essas referências na minha vida, minha mãe como sendo essa mulher batalhadora e que criou três filhos praticamente sozinhos; dando suas aulas todos os dias de segunda a sexta, com certeza me inspiraram a escolher o caminho que trilhei.

Em 2007, iniciei a graduação em Letras, licenciatura na área de Inglês e suas Literaturas na cidade de Santa Maria. Desde pequena sempre tive fascínio por aprender outras línguas, sempre fui buscar conhecimento além daquele que me era oferecido. A paixão pela língua Inglesa começou cedo, ainda na adolescência, essa vontade de estar sempre inserida em novas culturas aprendendo novas formas de vivenciar o nosso mundo. Aprendi a falar, escrever, ouvir e ler na faculdade mesmo, sempre dando o meu melhor por aquilo que eu estava descobrindo aos poucos. Aprendi a ler e a compreender textos complexos em Inglês e aos poucos fui me familiarizando com essa nova língua, mantendo o contato nesse novo contexto. Além disso, também tive a oportunidade, logo que me formei, em 2012, de viajar para o exterior e morar durante alguns meses na cidade de Nottingham, na Inglaterra. Essa experiência me proporcionou inúmeras trocas de saberes, contato com diversas culturas, muito conhecimento e também muitas amizades.

Após terminar a graduação comecei a trabalhar em uma escola de idiomas, onde fiquei seis anos ensinando e, ao mesmo tempo, aprendendo com os alunos e as pessoas que me

cercavam naquele ambiente. Durante o exercício de minha profissão aprendi também a respeitar a diversidade, e as diferenças sociais e culturais, aprendi e vivi a realidade que nem todos têm acesso a uma educação de qualidade, fazendo que eu me questionasse, muitas vezes, o porquê dessa ineficiência no ensino. Sabemos a necessidade de se pensar a educação como um todo possibilitando condições igualitárias das oportunidades sociais disponíveis para todos os estudantes.

Então, após alguns anos atuando nessa escola, em 2016, mudei meus ares novamente e vim parar numa região que eu não esperava. Comecei a trabalhar como técnica na Universidade Federal do Pampa e na fronteira novamente, mas dessa vez na fronteira com o Uruguai na cidade de Santana do Livramento. Ao me inserir nesse contexto de Universidade, diversos caminhos se tornaram mais concretos e muitas das dúvidas que me surgiam em relação ao ensino, foram aos poucos, sendo vivenciadas no contexto em que eu estava trabalhando. O percurso dentro da Universidade me alertou que o comprometimento com a educação de qualidade depende de um conjunto harmônico de profissionais de várias áreas. Nesta sintonia, me deparo com outra realidade, com a fronteira, onde existem alunos, e até mesmo professores, estrangeiros.

As parcerias com as instituições estrangeiras da região me chamam a atenção para até então o que eu não conhecia como Internacionalização da educação superior. Trabalhando juntamente com o diretor e o coordenador acadêmico pude estar mais próxima das negociações e das diversas reuniões fortalecendo os vínculos entre brasileiros e uruguaios.

Até então, eu nunca tinha me encontrado em um ambiente como a Universidade, polo de criação e disseminação de conhecimento, espaços onde existe a troca de informações e formando profissionais mais criativos e completos para o mundo do trabalho. A universidade tem a função de incluir toda a sociedade, seja em seu ensino ou em suas iniciativas de pesquisa e extensão. No ano de 2017, a fronteira da paz acaba por sediar um grande evento entre as Universidades da região e todos os campi da própria Universidade. Achei muito interessante porque fazia pouco tempo que estava trabalhando nesse espaço e pude observar e também me envolver com toda essa organização entre os países. O evento conhecido como SIEPE (Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão) reúne e que possibilita a interação científica entre instituições de diferentes países do Brasil e Uruguai. A partir desse contato também pude pensar melhor a respeito desses Acordos e parcerias entre as instituições, e do termo Internacionalização da Educação Superior (IES). Por isso, com a participação nas atividades inerentes à organização do SIEPE e também em outros que

estavam relacionados ao tema, aos poucos eu fui agregando conhecimentos sobre essa área da educação e me alertando acerca de algumas questões que envolviam todo esse processo.

Por esse fascínio pela busca de conhecimento acerca das políticas públicas destinadas a promover a Cooperação Internacional e, também, por acreditar que possa contribuir para o desenvolvimento regional, que decidi ingressar no mestrado. Assim, pela Cooperação entre as instituições, acredito ser possível construir um ambiente e criar sinergias estratégicas para o aperfeiçoamento da qualidade Acadêmica; além de identificar, em conjunto com a comunidade Acadêmica, as possibilidades e contribuições da efetivação da Cooperação inclusiva entre os povos, a partir da Internacionalização da educação superior.

1.2 Intencionalidade da pesquisa

A seguir, apresento a temática da presente pesquisa e as intencionalidades investigativas.

A temática da Internacionalização da educação superior, mais especificamente nos Acordos de Cooperação Acadêmica na Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, foi a mobilizadora desta presente pesquisa.

A Internacionalização pode ser discutida como um processo de mercantilização da educação superior e, com isso, trago alguns autores como Leher (2005), Dias (2004) e Siqueira (2004). Além disso, como objeto da minha pesquisa foi a Cooperação Acadêmica Internacional na educação superior, como acordos, convênios, intercâmbios e expansão universitária, com suporte teórico de autores pesquisadores da temática, como Morosini (2006), Altbach (2004), Knight (2003, 2004, 2011), Azevedo (2006), Laus (2006) e Stallivieri (2017).

É conhecido que a globalização e as inovações sejam elas em níveis científicos ou tecnológicos contribuíram para que a temática da internacionalização fosse um tema cada vez mais discutido no âmbito das universidades e organismos internacionais. Hoje mais do que nunca as cooperações internacionais são cada vez mais frequentes, principalmente nas áreas de pesquisa e projetos científicos. Leite (2012) corrobora com a compreensão de inovação na educação superior no sentido de que a “Inovação pedagógica não necessariamente, está relacionada a instrumentos inovadores, mas, sim, depende de olhares e de concepções que fundamentam o avanço na busca de rupturas, se forem necessárias, e de novos conhecimentos. (LEITE, 2012, p. 36)”.

O conceito de Internacionalização envolve a relação entre os países e as relações entre culturas e entre o global e o local, a troca de informações entre estes. (WIT, 2013, p. 69). A Cooperação Internacional é uma estratégia que vem sendo desenvolvida entre os países a fim de alcançar objetivos comuns, podendo ter um aspecto educacional, econômico, acadêmico, social etc. Por isso, os Acordos internacionais entre os países têm se constituído como um meio para o desenvolvimento humano e formulação de políticas de Internacionalização.

A partir das considerações anteriores, esta pesquisa teve o seguinte **problema central**: **Como se mostram os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional e suas contribuições para a inovação na Educação Superior, no Campus Santana do Livramento, na Universidade Federal do Pampa?**

Complementei esse problema central, com **outras questões de pesquisa**: Qual a importância desses Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional, não só para a comunidade Acadêmica, mas também para a região da fronteira? Esses Acordos podem ser caracterizados como inovação na Educação Superior?

Diante desses questionamentos, o **objetivo geral** deste estudo foi **analisar como se constituem os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional da Universidade Federal do Pampa, no campus Santana do Livramento, a fim de verificar as contribuições para a inovação na Educação Superior.**

Nesse sentido, foram definidas algumas questões de estudo que nortearam os rumos desta pesquisa e funcionaram como eixo condutor para as análises:

- a) Reconhecer os Acordos de Cooperação Internacional Acadêmica na Unipampa e como foram implementados;
- b) Verificar quais foram os avanços e dificuldades desses Acordos de Cooperação Acadêmica implementados na Unipampa;
- c) Identificar fatores externos e internos que influenciaram os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional no Campus Santana do Livramento/Unipampa;
- d) Reconhecer ferramentas que contribuíram e consolidaram a inovação educacional no Campus Santana do Livramento/Unipampa, a partir dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional.

A escrita da presente pesquisa está estruturada em seis capítulos. As considerações iniciais, incluindo a trajetória Acadêmica da pesquisadora, a problemática e os objetivos desta pesquisa são apresentadas neste primeiro capítulo.

Após, no capítulo segundo, estão detalhados o referencial teórico-metodológico, com os autores que deram suporte a esse estudo, e o detalhamento dos procedimentos metodológicos da pesquisa.

No capítulo três apresento o referencial teórico com diversos autores fazendo um resgate teórico acerca da história das universidades e do ensino superior, a seguir é tratada a Internacionalização e a Cooperação Internacional no âmbito do ensino superior. globalização e, também abordei brevemente sobre a. Ademais, abordei um panorama acerca dos organismos internacionais e suas influências no ensino superior e, por fim, a mercantilização do ensino seus impactos nas políticas de Internacionalização.

No capítulo quatro destinei à discussão e à análise dos resultados, a partir do Ciclo de Políticas apresentado por Stephen J. Ball e seus colaboradores, e, no Brasil, pelos estudos de Mainardes (2006). O capítulo foi dividido em outros cinco subcapítulos, contendo os principais contextos que foram utilizados para dar suporte a uma análise crítica e contextualizada dos resultados.

No capítulo cinco apresento as considerações finais quanto ao desenvolvimento desta pesquisa e a análise dos documentos da Unipampa e dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional a fim de compreender melhor como se estabelece os processos de Internacionalização na instituição; também são apresentadas ferramentas de inovação que possam auxiliar na consolidação dos Acordos, além de sugestões para futuras pesquisas na temática estudada.

Por fim, constam as Referências consultadas como referencial teórico-epistemológico da pesquisa.

2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

No Brasil, a Internacionalização atinge um momento crucial, onde se faz necessário definir a existência ou não de fundamentos para a construção de políticas públicas para a Internacionalização do sistema de Ensino Superior. A Internacionalização constitui um dos mais importantes desafios frente ao novo século já que pode ser considerada uma das forças que mais impacta e define a educação superior.

São relevantes as contribuições da Cooperação Internacional que possam acarretar para o Ensino Superior, e que para isso “é preciso forte compromisso político, rigoroso sistema de planejamento, criatividade, e competência profissional”. (INOCÊNCIO, 1999). Portanto, identificar a influência que as redes de Cooperação implicam no contexto binacional e procurar demonstrar o caráter inovador que a Internacionalização no panorama educacional desencadeia no desenvolvimento local e regional.

Este capítulo tem por finalidade apresentar o referencial teórico-metodológico escolhido para fundamentar os aspectos teóricos e práticos da pesquisa. A investigação científica configura-se como um procedimento sistemático e reflexivo que tem como objetivo a aquisição do conhecimento por meio de fatos ou leis. (ANDER-EGG, 1978; COLLIS; HUSSEY, 2005). Segundo Ander-Egg (1978, p. 28), pesquisa consiste em um “procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”; complemento pelo entendimento de que:

Pesquisa é a exploração, é a inquisição, é o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade. A pesquisa é definida como uma forma de estudo de um objeto. Este estudo é sistemático e realizado com a finalidade de incorporar os resultados obtidos em expressões comunicáveis e comprovadas aos níveis do conhecimento obtido. (BARROS; LEHFELD, 1990, p. 14).

Para assegurar a confiabilidade e o sucesso dos resultados, é necessário que seja escolhido o método de pesquisa adequado capaz de contemplar da melhor forma possível o problema da investigação. (VERA, 1980). A pesquisa científica, de acordo com Gil (2010), é “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.” A pesquisa também pode ser vista como uma atividade que busca solucionar diversos problemas utilizando com isso os processos científicos. (CERVO; BERVIAN, 1996). Para Marconi e Lakatos (2007, p. 157), “a pesquisa é um procedimento

formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. É a pesquisa que alimenta a ciência, é por meio das indagações que a realidade é construída contextualmente, a pesquisa dialógica teoria e ação. (MINAYO, 2007).

A metodologia de uma pesquisa pode ser entendida como a maneira de chegar às respostas que emergem no percurso da investigação. A pesquisa científica é uma ação intencional que tem como objetivo ampliar o nosso conhecimento sobre a realidade. É um processo de investigação detalhado em que são aprofundados e interpretados os assuntos acerca do mundo natural, social, histórico e cultural. É a maneira como a vida, os homens e as coisas são interpretados, por meio dessa procura pelo conhecimento; isto é, conhecimentos que possam auxiliar a compreender e dar sentido a realidade vivida. (TONOZI-REIS, 2005).

A metodologia das pesquisas científicas pode ser classificada e definida conforme sua abordagem, finalidade e procedimentos técnicos empregados. (GIL, 2010; VERGARA, 2006). Nesse sentido, para que se possam alcançar os objetivos desta pesquisa, anteriormente citados, fiz a opção em utilizar a abordagem qualitativa, que segundo Gaskell (2002, p. 68), tem a finalidade de explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão. A pesquisa qualitativa visa entender, descrever e explicar os fenômenos sociais de modos diferentes, por meio de análise das experiências individuais e grupais, exame de interações e comunicações que estejam de desenvolvendo, assim como da investigação de documentos ou de experiências e integrações. (FLICK, 2009). A pesquisa qualitativa caracteriza-se pelo fato do pesquisador ser o instrumento-chave, o ambiente ser considerado fonte direta dos dados e não requerer o uso de técnicas e métodos estatísticos. (GODOY, 1995).

Dessa maneira, a presente pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, entendida como todos aqueles que buscam descobrir ideias e soluções, na tentativa de adquirir maior familiaridade com fenômeno de estudo. (SELLTIZ; JAHODA; DEUTSCH, 1974). Segundo Gil (2002):

As pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (GIL, 2002, p. 41).

Também possui caráter descritivo, cujo foco não consiste na abordagem, mas sim no processo e seu significado, ou seja, o principal objetivo é a interpretação do fenômeno objeto de estudo (SILVA; MENEZES, 2005). Ainda segundo Gil (2002):

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Serão inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas estão na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. (GIL, 2002, p. 42).

A pesquisa também se caracteriza sendo descritiva e exploratória pelo fato de buscar uma nova visão para o problema, focando assim nas relações sociais e práticas do ambiente de atuação da pesquisadora. Essa pesquisa também se constitui como um estudo de caso que pode ser definido como:

É a investigação profunda e exaustiva de um participante ou pequeno grupo. Procura-se investigar tudo o que é possível saber sobre o sujeito ou grupo escolhido e que achamos que possa ser relevante para a pesquisa. [...] Não se investiga uma variável isolada; procura-se, ao contrário, descrever todos os aspectos que envolvem o caso, apreendendo uma situação em sua totalidade. O estudo de caso é um tipo de pesquisa qualitativa, com ênfase maior na exploração e descrição detalhada de um determinado evento ou situação, sem a preocupação de descobrir uma verdade universal e generalizável. (LEFFA, 2006, p. 14-15).

A escolha do estudo de caso como tipo de pesquisa se deve ao fato da aproximação da pesquisadora com o objeto de estudo, proporcionando uma maior familiaridade, buscando assim, respostas a partir da compreensão dessa realidade. O estudo de caso trata-se de uma categoria que analisa profundamente a natureza e a abrangência da unidade em estudo, tornando-se mais complexa à medida que se aprofunda no tema (TRIVIÑOS, 1987). Segundo Yin (2001), “um estudo de caso é uma observação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Por isso, como o objeto da pesquisa é o ambiente em que a pesquisadora trabalha, o estudo de caso é considerado o método mais adequado para investigar o contexto e fazer uma análise mais profunda e situada. Levando em conta que o conhecimento é um processo socialmente construído dentre as relações cotidianas dos sujeitos, é de extrema necessidade a aproximação do pesquisador a essas situações. Segundo ainda a definição de Yin (2001):

A investigação de um estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise dos dados. (YIN, 2001).

O estudo de caso trata-se de uma investigação empírica e exaustiva sobre um ou poucos objetos, de forma a identificar os fatores que influenciam ou são influenciados. (GIL, 2002).

Por isso, esta pesquisa se fundamentou na realidade do *campus* universitário investigado e todo o seu contexto para que se avalie da melhor forma possível, todas as perspectivas apresentadas. Esta investigação buscou compreender os Acordos de Cooperação existentes na Unipampa, sendo o *locus* da investigação o *campus* Santana do Livramento.

2.1 Contextualização da pesquisa

O sistema educacional de ensino superior no Brasil vem passando por intensos processos de transformação. Esses processos têm contribuído para que cada vez mais as pessoas possam ter acesso a uma educação de qualidade, proporcionando novas relações de cultura e conhecimento. O fenômeno da globalização possibilitou aos sujeitos estabelecerem contatos e relações com inúmeras culturas e línguas e, esse novo entorno social das trocas culturais enriquece cada vez mais a construção de identidades nas áreas de fronteira.

Na região da fronteira entre Brasil e Uruguai existe essa interdependência entre uma cidade e outra com culturas entrelaçadas, e esse contato de línguas acaba por influenciar na construção da identidade do fronteiriço – o sujeito, que é considerado como bilíngue, pois tem a possibilidade de escolher qual língua falar de acordo com o interlocutor. a fronteira é um espaço de contato, de antagonismos, de integração, lugar de início, de interseção, de final, lugar onde culturas e línguas se entrelaçam ou se intercalam na convivência diária. Esse movimento evidencia a natureza complexa e relativamente estável tanto do entendimento do que é fronteira quanto das identidades que ali se manifestam.

No Brasil, a faixa de fronteira compreende uma faixa territorial paralela à linha de fronteira, cuja extensão é de 150 km a partir da linha divisória entre o território nacional e seus vizinhos. (Lei 6.634, de 2/5/79). As fronteiras entre o Brasil e o Uruguai são, naturalmente, influenciadas pelo processo de integração do Mercosul. Essa influência atua em dois sentidos, sendo esta relação afetada por decisões e resoluções avulsas, porém com efeito contínuo, bem como pelas atividades de instâncias permanentes que vão constituindo a

integração fronteiriça. (PUCCI, 2010). Em Santana do Livramento e Rivera, geralmente é difícil saber em qual lado nos encontramos, se do lado Brasileiro ou Uruguaio, já que a demarcação é um tanto confusa. Dentro disso, é possível afirmar que fronteira(s) são:

Marcos simbólico, locus privilegiado de encontro com a diversidade e, talvez por isso mesmo, espaços de tensão, simbólica e real. A construção das fronteiras pode ser verificada no interior da cultura, a exemplo do “imaginário” e do “maravilhoso”. O imaginário é um dos fenômenos culturais que englobam as formas de pensar, as cosmologias e cosmogonias, ou seja, as representações que o homem cria sobre o seu universo simbólico. (DIAS, 2011, p. 8).

O espaço da fronteira se caracteriza de maneira híbrida, moldado por características desses dois países, que têm línguas diferentes, mas histórias comuns resultando diretamente na construção da identidade dessas pessoas. Seguindo por essa ideia, Machado (1998) propõe que a fronteira:

Implica, historicamente, aquilo que sua etimologia sugere – o que está na frente. A origem histórica da palavra mostra que seu uso não está associado a nenhum conceito legal e que não é um conceito essencialmente político ou intelectual. Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado. (MACHADO, 1998, p. 41).

Geograficamente, a fronteira é entendida como o lugar de divisão e separação entre territórios, fim de um e início de outro. Ainda sobre o entendimento da fronteira:

A palavra fronteira também não é neutra, mas carregada de valores. Para o exilado político, passar a fronteira significa libertação. Para o contrabandista, fronteira significa aflição. A palavra fronteira suscita sentimentos e valores diferentes. Mas ela é, também, uma palavra descritiva, designa o lugar do início ou do fim: início de um Estado, ou fim de outro Estado. Numa linha visível ou imaginária de fronteira, um Estado termina e outro começa. Fronteira é o fim do mundo para quem deixa o seu Estado de pertença; ou o início do mundo para quem volta ao seu Estado de pertença. Fronteira é fato social, no sentido empregado por Durkheim em *As Regras do Método Sociológico* (1895). Ela é uma coisa criada (feita) pelos seres humanos. Coisa social, exterior, que se impõe (coercitiva) a dada coletividade. Porém, 34 mesmo sendo reais, nem sempre as fronteiras são visíveis, pois além de fronteiras físicas, sedentárias, como as fronteiras geográficas entre os Estados - fronteira stricto sensu -, podemos pensar também em fronteiras lato sensu, fronteiras nômades, espaços de encontro entre sujeitos diferentes no miolo dos Estados e não exclusivamente em suas bordas físicas. Se dois grupos culturais diferentes se encontram no miolo do Estado, tal encontro há um quê de encontro de fronteira (cultural), mesmo não ocorrendo nas bordas físicas do Estado. (BENTO, 2012, p. 3-4).

Assim, a fronteira existe delimitando territórios, marcando o que separa e enfatizando as diferenças e também a unificação e a aproximação entre dois ou mais espaços. É um espaço

de Cooperação, integração e comunicação com as diferenças existentes nesse espaço Internacional. Sobre a fronteira e suas particularidades Mazzei (2013) afirma que:

En esas áreas fronterizas, y más particularmente en la frontera uruguayo brasileña con más frecuencia de vecindades terrestres, el modelo territorial uruguayo tradicionalmente ha demostrado una menor consistencia institucional. Se trata de un contexto cultural donde priman las redes sociales de parentesco y amistad sostenidas en su particular capacidad de aprovechar los vaivenes cambiarios en la valoración de bienes y servicios de uno y otro lado de la frontera, oportunidades jugadas en un azar lucrativo cuyas ganancias o pérdidas se dirimen entre lo legal y lo ilegal, lo de —derechol y lo de —hechol. (MAZZEI, 2013, p. 27).

Nesse âmbito da fronteira ainda existe um sentido de Cooperação, a construção de um espaço histórico e simbólico. Por essas características, a Cooperação Internacional se torna tão importante nesses espaços objetivando sempre a troca, sejam elas econômicas, culturais ou políticas.

No âmbito da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, a ligação entre o estado brasileiro e o país vizinho se estende ao longo de 1.068,1 km. Doze municípios gaúchos de um total de 426 são diretamente limítrofes com o Uruguai: Barra do Quaraí, Uruguiana, Aceguá, Quaraí, Santana do Livramento, Dom Pedrito, Bagé, Pedras Altas, Herval, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar e Chuí (MAZZEI; SOUSA, 2012). Alguns desses municípios são chamados de cidades gêmeas, como é o caso de Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY). Nas palavras de Mazzei e Sousa (2012) são lugares de “contacto binacional cuya regulación institucional los define con las características propias de un espacio de intercepción de estrategias territoriales para los proyectos de desarrollo de uno y otro país.” Com o estabelecimento da Universidade Federal do Pampa e de outras instituições na região o desenvolvimento do setor alimentício e imobiliário tem aumentado ainda mais para as cidades gêmeas. (LUCENA, 2012).

Além disso, é importante relatar que as cidades gêmeas de Santana do Livramento - Brasil e Rivera - Uruguai são delimitadas e unidas pela única praça binacional do mundo, Parque Internacional e, também, de ser chamada de Fronteira da paz, devido à integração com os países membros do MERCOSUL. Como pode ser observada na figura a seguir:

Figura 1 - Parque Internacional de Santana do Livramento e Rivera



Fonte: Prefeitura de Santana do Livramento (2020).

Esse espaço de fronteira entre as cidades de Santana do Livramento e Rivera proporcionou uma história conjunta entre esses países vizinhos Brasil e Uruguai, onde a delimitação indeterminada gerou intercâmbios econômicos e culturais definindo uma hibridez de nacionalidades.

É na cidade de Santana do Livramento, que a Unipampa possui um dos seus *campi*, pois, como definido no seu atual PDI 2019-2023, é uma instituição que tem por objetivos “ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, PDI, 2019-2023).

Nesse movimento, o campo investigativo da presente pesquisa foi na Universidade Federal do Pampa – Unipampa, tendo como campo investigativo o Campus Santana do Livramento.

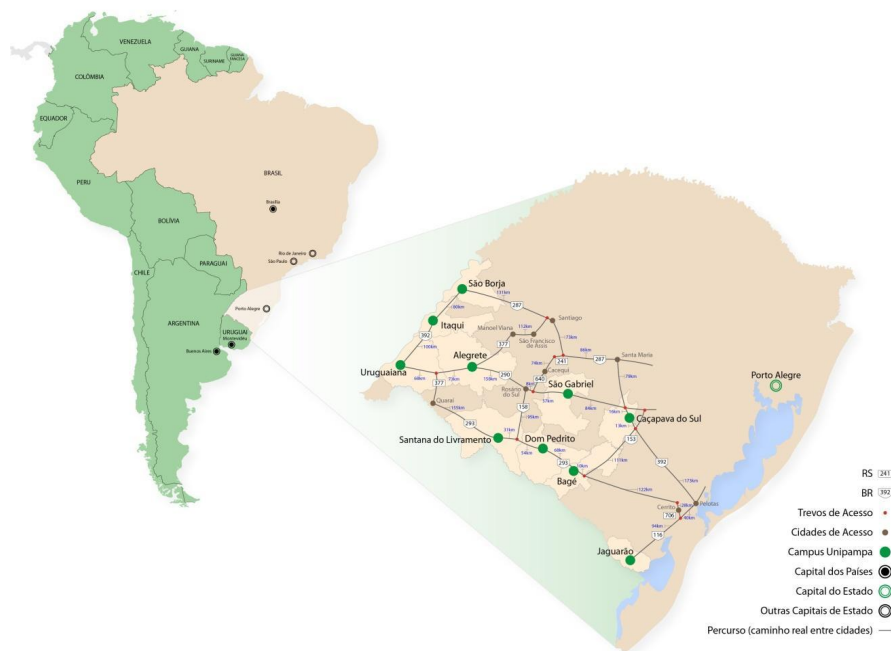
A Unipampa é uma instituição de ensino superior *multicampi* criada em 2008, a partir de um projeto de expansão das Instituições Federais de Educação Superior. Está localizada na maior área fronteiriça do MERCOSUL.

De acordo com Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Missão da Unipampa é a partir da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assumir a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e Internacionall (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, PDI, 2014, p. 13).

A Unipampa é distribuída em dez unidades universitárias (*campi*): Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São

Gabriel e Uruguaiana. Todos os *campi* têm seus cursos organizados de acordo com o desenvolvimento de cada região. Com o estabelecimento da universidade em diversas regiões os cidadãos passaram a ter mais acesso à qualificação Acadêmica, contribuindo, assim, para o progresso regional. Na figura 1 apresento a localização da Unipampa e seus *campi* no estado do Rio Grande do Sul.

Figura 2 – Localização dos *campi* da Unipampa



Fonte: Universidade Federal do Pampa (2020).

De acordo com o Relatório de Gestão de 2019 da Instituição (UNIPAMPA, 2019), o Campus Santana do Livramento possui os seguintes cursos de bacharelados: Administração (integral e noturno), Ciências Econômicas, Gestão Pública, Relações Internacionais e Direito. Além do mestrado em Administração e da especialização em Relações Internacionais Contemporâneas. O Campus conta com aproximadamente 1.014 (mil e catorze) discentes, 69 (sessenta e nove) docentes e 31 (trinta e um) técnicos administrativos.

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI - é um documento que rege a identidade da instituição de Ensino Superior e ajuda com o seu planejamento e ações institucionais. O PDI tem vigência de quatro anos e é um documento criado coletivamente por toda a comunidade Acadêmica, neste documento consta a missão, a visão, as diretrizes, os valores da instituição dentre outros assuntos.

Por ter algumas de suas unidades localizadas em regiões de fronteira, a Internacionalização é um processo que a Universidade tem desenvolvido ao longo dos anos. Como consta no próprio PDI da Universidade:

O processo de Internacionalização torna-se, de fato, essencial ao desenvolvimento da Universidade, enquanto concepção transversal em todas as suas áreas de atuação. Conforme almejado no Plano de Internacionalização, a política perpassa não somente o ensino, a pesquisa e a extensão, mas também a gestão da Universidade e a integração regional. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023).

Além disso, a Universidade tem um compromisso social de compartilhar conhecimentos e auxiliar no desenvolvimento da região de seus *campi*. Por isso, os Acordos de Cooperação na Universidade, sob o enfoque da Internacionalização, viabilizam todo esse processo. Como está explícito no referido documento:

O processo crescente de Cooperação Internacional está contribuindo para ampliar o espectro de atuação, em um contexto de Internacionalização, de prestação de serviço, de competitividade, de exigência de qualidade, de eficiência, de excelência Acadêmica e de visibilidade e apoio à comunidade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2019 -2023).

Ainda saliento que a Unipampa, por meio da Diretoria de Assuntos Estratégicos, Relações Institucionais e Internacionais (Daeinter), realiza os processos de seleção para alunos interessados em intercâmbios no exterior. Em 2018, foram ofertadas 4 bolsas pelo programa BRAMEX, 4 bolsas pelo programa BRACOL e 2 bolsas pelo Programa Santander de Bolsas Ibero-Americanas. No relatório também é destacado a importância que esses programas têm para a Universidade no intuito de fortalecer a Internacionalização da atividade Acadêmica, criar laços de colaboração e reciprocidade além de fortalecer o intercâmbio bilateral aos estudantes permitindo o acesso a diversas culturas.

A Daeinter é um órgão ligado diretamente à Reitoria e sediado no município de Bagé no estado do Rio Grande do Sul. O órgão funciona como um instrumento de articulação, promoção e administração da Cooperação da Universidade Federal do Pampa com outras instituições de ensino.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) com vigência de 2019-2023, o fato de a Universidade ter seus *campi* distribuídos em cidades de fronteira potencializa a Internacionalização como fator local e regional, possibilitando que estudantes de outros países possam estudar na Unipampa. Com isso, enfatiza a Internacionalização como

promoção da paz e construção de um mundo onde as fronteiras sejam meramente simbólicas. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2019).

Ainda no próprio PDI se destacam as práticas pedagógicas inovadoras com o qual a Unipampa se compromete para incentivar tecnologias, metodologias e pedagogias que se relacionem aos processos de Internacionalização. Outra prática inovadora destacada são as metodologias ativas como o *English as a Medium of Instruction* (EMI), ou Inglês como Meio de Instrução e a Internacionalização do currículo, fomentando as relações interculturais dentro da Universidade. As metodologias ativas procuram criar situações de aprendizagem em que os aprendizes fazem coisas, colocam conhecimentos em ação, pensam e conceituam o que fazem, constroem conhecimentos sobre os conteúdos envolvidos nas atividades que realizam, bem como desenvolvem estratégias cognitivas, capacidade crítica e reflexão sobre suas práticas, fornecem e recebem feedback, aprendem a interagir com colegas e professor e exploram atitudes e valores pessoais e sociais (BERBEL, 2011; MORAN, 2015; PINTO et al., 2013).

Todas essas ações presentes no PDI relatam o que as parcerias oferecem para o desenvolvimento regional proporcionando uma integração entre as nações mais eficaz.

Como já foi mencionada, a Unipampa foi estabelecida em regiões onde havia problemas estruturais e socioeconômicos por isso sempre foram escolhidos determinados cursos em consonância com a carência de cada região. De acordo com o planejamento estratégico da Universidade e as demandas da comunidade Acadêmica, o eixo da excelência Acadêmica tem por objetivo a preocupação com a Internacionalização do ensino superior. No eixo do aperfeiçoamento institucional encontra-se a preocupação pela consolidação das relações internacionais e interinstitucionais. Ainda segundo o PDI:

A Universidade coloca-se como espaço de diálogo com as diferenças, respeita as especificidades das diversas áreas do conhecimento, ao mesmo tempo em que acredita na possibilidade de inter-relações, colocando o conhecimento a serviço do conjunto da sociedade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023).

Ademais, também é importante salientar o método desenvolvido pelo sociólogo inglês Stephen J. Ball chamado Ciclo de Políticas (*policy cycle approach*), que trata de uma abordagem que contribui para as discussões no campo das políticas sociais e educacionais. Essa abordagem se faz importante para a análise das políticas educacionais no Brasil, assim como suas contribuições para a democratização do ensino superior desde a implementação até seus efeitos no contexto da prática. De acordo com os pesquisadores Mainardes e Gandin, os

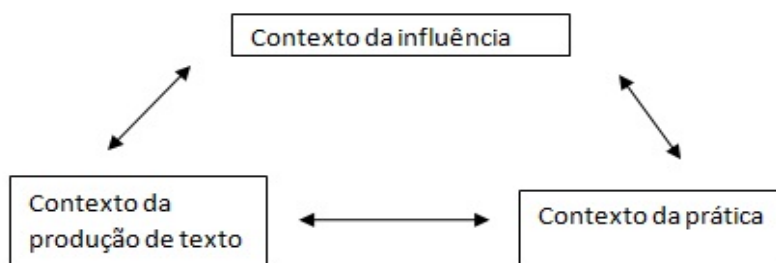
conceitos de Ball são sofisticados e abrangentes, na verdade podem ser usados não somente para os assuntos que dizem respeito às políticas educacionais e sociais, mas por pesquisadores de diversos campos de pesquisa. (MAINARDES; GANDIN, 2013, p. 256).

Ainda de acordo com Mainardes (2013), “a abordagem do ciclo de políticas adota uma orientação pós-moderna, baseia-se nos trabalhos de Stephen Ball e Richard Bowe, pesquisadores ingleses da área de políticas educacionais”. Mais precisamente o objetivo do ciclo de políticas:

Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. (MAINARDES, 2006, p. 49).

Na sua proposta Ball indica que o foco da análise de políticas deveria recair sobre a formação do discurso de política e a interpretação que os profissionais atuantes no contexto da prática fazem ao relacionar os textos da política à prática. Um ciclo contínuo de contextos foi proposto pelo autor, sendo eles: contexto da influência, contexto da produção de texto, contexto da prática, contexto dos resultados (efeitos) e contexto da estratégia política. Os três primeiros contextos são os mais conhecidos e serão utilizados nesta pesquisa. Todos eles estão inter-relacionados, formando um movimento cíclico e cada um influenciando o outro, como se pode observar na figura 3. (MAINARDES, 2006).

Figura 3 – Contextos dos processos de formulação de uma política



Fonte: Autora (2020) adaptado de Bowe *et al.*, 1992, p. 20.

O contexto de influência é aquele no qual, normalmente, são iniciadas as políticas e os discursos políticos construídos (BOWE; BALL; GOLD, 1992). São discutidas as influências dos diferentes grupos e suas relações de poder. Sendo que os órgãos governamentais como

partidos políticos, agências internacionais se pronunciam e se manifestam, quando esses diferentes grupos “disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado” (MAINARDES, 2006, p. 51). Assim, diferentes grupos se reúnem e discutem acerca da elaboração das políticas que dizem respeito à educação. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a UNESCO e o Fundo Monetário Internacional (FMI) podem ser considerados agências que exercem influência sobre o processo de criação de políticas nacionais.

Já o contexto da produção de texto, diz respeito à elaboração de regras e normas que norteiam as escolas e que estão articuladas com “a linguagem do interesse público em geral” (BOWE; BALL; GOLD, 1992, p. 20). Nesse contexto podem ser encontrados os textos legais oficiais e políticos, comentários formais ou informais sobre esses, pronunciamentos e revistas.

Por último, temos o contexto da prática, onde os diversos significados podem ser recriados e política está sujeita à interpretação. Lugar onde a política pode gerar mudanças e efeitos significativos na política original. A política é recontextualizada pelos atores, podendo até mesmo ser recriada e reinventada. De acordo com Ball e Bowe:

Os profissionais que atuam no contexto da prática [escolas, por exemplo] não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos (...). Políticas serão interpretadas diferentemente uma vez que histórias, experiências, valores, propósitos e interesses são diversos. A questão é que os autores dos textos políticos não podem controlar os significados de seus textos. Partes podem ser rejeitadas, selecionadas, ignoradas, deliberadamente mal-entendidas, réplicas podem ser superficiais etc. Além disso, interpretação é uma questão de disputa. Interpretações diferentes serão contestadas, uma vez que se relacionam com interesses diversos, uma ou outra interpretação predominará, embora desvios ou interpretações minoritárias possam ser importantes. (BALL; BOWE, 1992, p. 22).

Assim, esse contexto coloca os educadores como protagonistas no processo de interpretação e reinterpretação da implementação das políticas, levando em consideração o que eles acreditam e pensam.

Dessa maneira, a abordagem de Ball a respeito do Ciclo de Políticas oferece instrumentos que possam auxiliar na análise de políticas, desde sua formulação até a sua implementação. Além de trazer várias contribuições já que é um processo multifacetado. Assim, a utilização da abordagem do Ciclo de Políticas na coleta de dados permite uma maior diversidade de procedimentos, como por exemplo, o uso de entrevistas com pessoas que estão diretamente relacionados com a formulação de políticas educacionais e até mesmo a pesquisa bibliográfica usando o contexto de influência. Também no contexto da prática onde permite a inserção em ambientes onde as políticas são desenvolvidas para que se possa observar

minuciosamente todo esse processo. Lembrando que em todos esses contextos vale ressaltar a influência que as relações de poder têm para entender o desenvolvimento das políticas.

Após esta discussão sobre o ciclo de políticas de Ball, tratarei acerca da coleta de dados utilizando a análise documental. Nessa fase do estudo, foi organizado material de acordo com o objetivo de investigar os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional existentes no Campus Santana do Livramento da Unipampa. De acordo com Ludke e André (1986), “a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.” Assim sendo, a análise documental tem como função contextualizar os fatos e conduzir à adoção de novos panoramas em outros ambientes, permitindo a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no documento, compondo um processo sistemático de coleta, tratamento e análise de informações (CELLARD, 2012).

A análise documental requer a avaliação do contexto de produção dos documentos, sua natureza e procedência. Esse tipo de análise é, concomitantemente, técnica de coleta e análise de dados e método de pesquisa. Enquanto técnica de coleta e análise de dados é utilizada de forma complementar a outras formas de coleta e análise de dados, visando a tornar o objeto de estudo mais compreensível. Enquanto método de pesquisa pressupõe o enfoque que servirá de base para uma investigação, podendo ser utilizada como um caminho metodológico rigoroso para a pesquisa. (MOREIRA, 2009).

Para esta pesquisa, os instrumentos investigativos se constituem na elaboração de entrevistas semiestruturadas, a serem realizadas com os seguintes sujeitos da pesquisa: os antigos diretores do campus Santana do Livramento da Unipampa e os coordenadores da Daeinter. Totalizando nove sujeitos no período de 2011 a 2020. Devido à situação atual do nosso país e colaborando com as medidas protetivas para o enfrentamento do COVID-19, as entrevistas se darão de forma *online* pela plataforma *Google Meet*. Será disponibilizado para os participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a fim de assegurar a confidencialidade e privacidade das informações prestadas. Após a realização das entrevistas, as mesmas serão transcritas para melhor análise dos resultados.

A entrevista semiestruturada busca uma maior profundidade dos dados coletados. Ela permite uma flexibilidade à coleta de dados dando uma maior abertura ao entrevistado, tornando assim, as respostas mais fidedignas. (LAVILLE; DIONNE, 1999) Laville e Dionne (1999), expondo a cerca da entrevista semiestruturada, afirmam que:

A entrevista semiestruturada oferece maior amplitude na coleta dos dados, bem como uma maior organização: esta não estando mais irremediavelmente presa a um documento entregue a cada um dos interrogados. Por essa via, a flexibilidade possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo assim a exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores. (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 188 - 189).

Assim, o pesquisador não precisa interferir mantendo a sua neutralidade e também deixando que o entrevistado possa formular suas respostas pessoais e exprimir o que realmente pensa.

De acordo com Triviños (1987), a entrevista semiestruturada tem questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses e que estão relacionadas ao assunto da pesquisa. Ainda de acordo com o autor, a entrevista semiestruturada favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão da sua totalidade. (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Já para Manzini (1991), a entrevista semiestruturada se baseia em um roteiro sobre determinado assunto com perguntas principais e outras questões que possam surgir durante a entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista permite que as informações possam surgir de forma mais livre e assim, as respostas não ficam condicionadas a um padrão somente.

Para a análise de dados da pesquisa, será utilizado o método de Análise Textual Discursiva (ATD), dos autores Moraes e Galiazzi. Conforme os autores, a ATD transita entre duas formas que seria a análise de conteúdo e análise de discurso. Ainda, os autores especificam que não há uma técnica específica que possa ser considerada melhor para exercer a hegemonia nas análises dos estudos qualitativos. Como principal característica da Análise Textual Discursiva que a difere da Análise de Conteúdo e da Análise de Discurso no que concerne à descrição e à interpretação na análise, está a aceção de desenvolver ambos os elementos de modo integrado. São processos complementares que se fiam como redes em busca de sentidos e de significados, podendo se reiniciar a qualquer momento do processo analítico. (MORAES; GALIAZZI, 2016). Ainda de acordo com Moraes (2003), a ATD:

Pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução do corpus, a unitarização, o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização, e o captar do novo emergente em que nova compreensão é comunicada e validada. (MORAES, 2003, p. 192).

A análise textual discursiva é um processo em que um texto se divide em várias unidades de significados (unitarização) para melhor compreensão das informações recebidas.

Durante todo esse processo, o pesquisador apropria-se de outras vozes e palavras para compreender melhor o texto. Depois disso, passa-se para a categorização dos significados, onde são reunidas as unidades de significados semelhantes gerando vários níveis de categorias de análise (MORAES; GALIAZZI, 2016). Ao finalizar o processo de categorização, inicia-se a última etapa da ATD que consiste na construção de metatextos através da transformação das categorias em textos, momento no qual o pesquisador exprime suas construções e interpretações pessoais, porém sempre tendo como referência às informações obtidas com os sujeitos da pesquisa, mantendo fidelidade e respeito às mesmas (MORAES; GALIAZZI, 2013).

Na análise textual discursiva as realidades investigadas não são dadas prontas para serem descritas e interpretadas. São incertas e instáveis mostrando que ideias e teorias não refletem, mas traduzem a realidade (MORAES, 2004, p. 199). De acordo com Moraes (2003):

A análise textual parte de um conjunto de pressupostos em relação à leitura dos textos que examinamos. Os materiais analisados constituem um conjunto de significantes. O pesquisador atribui a eles significados sobre seus conhecimentos e teorias. A emergência e comunicação desses novos sentidos e significados é o objetivo da análise. (MORAES, 2003, p. 3).

Portanto, pesquisas qualitativas têm cada vez mais se baseando nas análises textuais, já que os objetivos se enquadram na compreensão profunda do tema e objeto de estudo. (MORAES, 2003, p. 191). De acordo com o autor:

A análise textual qualitativa pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma seqüência recursiva de três componentes: desconstrução dos textos do corpus, a unitarização; estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar do novo emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada. (MORAES, 2003, p. 192).

A partir do corpus da pesquisa e do conjunto das informações reunidas que se tem a análise textual. No caso, na pesquisa um dos objetos de análise dos dados serão as entrevistas semiestruturadas realizadas com o diretor e ex-diretores da Universidade, além dos responsáveis pela Daeinter. Também se constitui como *corpus* da pesquisa os documentos da Universidade Federal do Pampa, no campus Santana do Livramento, que serão identificados e analisados tendo como base o referencial teórico metodológico. Conforme Moraes (2003):

O corpus da análise textual, sua matéria-prima, é constituído essencialmente de produções textuais. Os textos são entendidos como produções linguísticas, referentes

a determinado fenômeno e originadas em um determinado tempo. São vistos como produtos que expressam discursos sobre fenômenos e que podem ser lidos, descritos e interpretados, correspondendo a uma multiplicidade de sentidos que a partir deles podem ser construídos. (MORAES, 2003, p. 194).

Então, de acordo com a ATD, após a delimitação e escolha do corpus como objeto de análise, se faz necessário iniciar o processo de unitarização ou desconstrução do texto. De acordo com Moraes e Galiazzi (2011):

A escrita propriamente dita de um texto é encaminhada a partir da categorização. Pode ser iniciada pela escrita de parágrafos com base nas categorias menos abrangentes construídas, seguida de um encadeamento cada vez mais consistente dos parágrafos entre si. Ao mesmo tempo estabelecem-se as interlocuções teóricas e empíricas com diferentes sujeitos no sentido da construção da validade dos textos produzidos. (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 207).

A ATD tem uma abordagem fenomenológica, que propõe de acordo com Bicudo (2014):

Um trabalho exaustivo de evidenciar características percebidas em destaques de descrições sobre o investigado. Focam-se essas características e procede-se, mediante articulações do pensamento analítico, crítico e reflexivo, à convergência de ideias com maior abrangência e que digam mais do que aquelas colocadas em relevância e, ao mesmo tempo, abranjam o dito naqueles destaques, tomados em sua individualidade. Procede-se efetuando articulações sobre articulações de modo rigoroso, pois há que se ficar atento à interrogação formulada, sempre se colocando a pergunta O que diz isso do interrogado? (BICUDO, 2014, p. 20).

Para que se possa assim fazer uma análise mais crítica e reflexiva do objeto de pesquisa foi feita a categorização dos documentos: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Institucional de Internacionalização (PII) e o Regimento Geral da Unipampa. Como exemplo pode se observar no quadro abaixo:

Quadro 1 – Quantificação das categorias iniciais

Códigos	Categorias Iniciais
ACAI	Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional
IP	Inovação Pedagógica
I	Internacionalização

Fonte: Autora (2021).

Assim para cada documento analisado foi utilizado a sua inicial acrescida do código da categoria inicial, como pode se observar no exemplo: PDI-IP.14

Inovação pedagógica, que reconhece formas interculturais de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos. (Princípios do ensino, p. 28).

Esta organização dos dados utilizando a ATD permite uma análise e reflexão mais aprofundada do objeto da presente pesquisa, pois se entende que “o trabalho é sempre um esforço de o pesquisador voltar-se sobre o que é efetuado, para, filosoficamente, compreender o feito e realizar uma análise crítica e reflexiva” (BICUDO, 2011, p. 23).

No próximo capítulo serão apresentados alguns autores e discussões que auxiliaram no aprofundamento da temática da Internacionalização e Cooperação Acadêmica, assim como refletir melhor sobre a inovação no contexto da educação superior.

3 REFERENCIAL TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICO³

Nesse capítulo fez-se uso de diversos autores, com um resgate teórico acerca da globalização e seus impactos nas políticas de Internacionalização, aborda-se também brevemente sobre a história das universidades e da Educação Superior. Ademais, aborda-se um panorama acerca dos organismos internacionais e suas influências na Educação Superior e a Cooperação Acadêmica como forma de Internacionalização; bem como o entendimento da inovação pedagógica neste contexto.

3.1 Universidade e Saberes

De acordo com Santos (2009) epistemologia significa toda noção ou ideia refletida e que conta como conhecimento válido. O conhecimento é construído pelas práticas sociais envolvendo diversos atores. E toda essa construção se dá por meio de relações sociais e assim, gerando diferentes epistemologias. No seu sentido mais amplo, as relações sociais são sempre culturais (intra-culturais ou inter-culturais) e políticas (representam distribuições desiguais de poder). (SANTOS, 2009, p. 9).

As nossas ideias nascem nas dúvidas, a nossa visão de mundo diversificado em relação às culturas e saberes, de acordo com Santos (2009), os impactos causados historicamente pelo capitalismo acabam por ser um campo de desafios epistêmicos, em se tratando das relações de colonialismo no mundo e principalmente entre norte e sul. O que se considera importante é que nem sempre só de dominação o colonialismo existia, muitas vezes se estendia para outros âmbitos fazendo desaparecer conhecimentos específicos de certos povos e nações colonizadas.

O reconhecimento e valorização dos saberes, práticas e experiências contribuem para que nos provoque inquietação a ponto de levantar novos questionamentos, gerar expectativas e abrir novos horizontes em relação aos paradigmas impostos pela modernidade capitalista, auxiliando assim, na descolonização do saber. Para que as práticas sociais sejam compreendidas de maneira mais justa e democrática possível é necessário destacar essa valorização da diversidade de saberes e também no diálogo horizontal entre as diferentes formas de conhecimento.

³ Aspectos teóricos deste capítulo serviram de suporte para a escrita do artigo “Reflexões sobre a cooperação acadêmica internacional no contexto da pandemia da Covid-19”, submetido à Revista Triângulo (UFTM), que está em avaliação.

O extraordinário em uma estrutura societal é que os elementos, experiências, produtos, historicamente descontínuos, distintos e distantes além de heterogêneos possam se articularem-se juntos em uma estrutura conjunta. (SANTOS, 2009).

A fim de criar uma universidade comprometida com as aspirações democráticas e justiça social da nossa sociedade e também, envolvida na tarefa de contribuir para a construção de saberes universitários no mundo.

Em um dos seus textos acerca da universidade e seus desafios, Boaventura de Sousa Santos identificava três crises enfrentadas pelas universidades. A primeira delas era a crise da hegemonia, onde se confrontavam as tradições da universidade ao longo do século XX. Essa crise se estendia por um lado com a tradição e a formação das elites que vinham se instaurando nos ambientes universitários com seus pensamentos e produções de alta cultura. Do outro lado, a formação de mão de obra qualificada para o mercado capitalista com conhecimentos e produções de cultura média. Essa crise ao tentar desempenhar funções totalmente contraditórias, levou a universidade a deixar de ser o único meio para produção de pesquisas e domínio do ensino superior.

A segunda crise se tratava da legitimidade, em face da universidade ter restrições de acesso e credenciação das competências através da hierarquização dos saberes especializados e também ao mesmo tempo a democratização desses mesmos saberes e reivindicação de igualdades para as classes populares.

A última a institucional, representa a contradição entre a autonomia na definição dos valores e objetivos acadêmicos ante ao estabelecimento de critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social no âmbito das Universidades (SANTOS, 2004; SANTOS, ALMEIDA FILHO, 2008). De acordo com o próprio autor:

Pode dizer-se que nos últimos trinta anos a crise institucional da universidade na grande maioria dos países foi provocada ou induzida pela perda de prioridade do bem público universitário nas políticas públicas e pela conseqüente secagem financeira e descapitalização das universidades públicas. (SANTOS, 2008, p. 16).

Para entender um pouco sobre as transformações do ensino superior e os impactos dessas no ensino público é necessário discorrer sobre o aporte teórico de Boaventura de Sousa Santos, onde o autor salienta o papel das Instituições de Ensino Superior (IES) e seus papéis frente às transformações sociais.

Santos e Almeida Filho (2008) agregam reflexões importantes à discussão sobre as mudanças ocorridas nas Universidades no século passado e suas potenciais influências no ensino superior na atualidade:

As reformas devem partir do pressuposto que no século XXI só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão. Sem qualquer destes, há ensino superior, não há universidade. Isto significa que, em muitos países, a esmagadora maioria das universidades privadas e mesmo parte das universidades públicas não são universidades porque lhes falta a pesquisa ou a pós-graduação. (SANTOS, 2008, p. 59).

Um ponto a ser levado em consideração é a transnacionalização da educação superior, onde a oferta transfronteiriça do ensino, presencial ou a distância, é feita por meio das organizações transnacionais de serviços educacionais visando a lucratividade. Dessa maneira, as desigualdades entre as universidades se agravam ainda mais. Os gastos com as universidades são incrivelmente altos e, com isso, muitos analistas financeiros visam as universidades não apenas como centro de educação e compartilhamento de conhecimento e saberes, mas como um dos mais promissores mercados do século XXI. De acordo com Azevedo (2015):

Pela proporção de matrículas em instituições privadas, pode-se dimensionar o mercado de educação superior no Brasil. Segundo o INEP, pouco mais de 25% vagas ($\frac{1}{4}$ do total) são preenchidas em instituições públicas. Esta é uma saliente evidência da privatização da oferta de educação superior no País e da transformação da maioria dos estudantes em consumidores de educação, que pagam diretamente anuidades escolares ou que são financiados por intermédio de bolsas pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI) ou pelo Fundo de Financiamento Estudantil. (AZEVEDO, 2015, p. 1150).

A expansão da educação superior no Brasil aconteceu em um ambiente dominado por empresas de serviços educacionais que visam a lucratividade. Além disso, cabe lembrar que a Organização Mundial do Comércio (OMC) tem um papel importante na emancipação comercial, reforçando os argumentos de privatização da educação do Banco Mundial. O setor privado de educação no Brasil tem faturado milhões nos últimos anos. A educação superior foi tirada de foco e diminuída desse processo de mercantilização após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da educação LDB nº9394/1996 e também pelo financiamento através de agentes públicos como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para todos (PROUNI). Tomando alguns dados pelos próprios programas FIES e PROUNI tem-se ideia da demanda da educação superior por cidadãos carentes no Brasil. Assim, no período de 2005 a 2013, o PROUNI atendeu 1.273.665 estudantes, sendo 873.648 bolsas

integrais (69% do total) e 400.017 bolsas parciais (31%). Os processos seletivos de 2014 ofereceram 306.726 bolsas, dessas 205.237 são integrais (66,9%) (LORENZONI, 26 dez 2014). Já o FIES, de 2010 a 2014, consignou 1.722.960 contratos de financiamento estudantil (ANUP, 2015), tendo repassado 13,4 bilhões de Reais, somente em 2014, para as instituições privadas de ensino superior no Brasil (TOLEDO; SALDAÑA; BURGARELLI, 2015). Por isso, é possível observar que por meio desses dois programas, que fornece empréstimos aos estudantes os transformando em consumidores, a educação superior no Brasil está passando por um processo de mercadorização como aponta Dias Sobrinho:

A ideia de que a educação é um direito social e um bem público se contrapõe à concepção de educação como mercadoria que se pode adquirir privadamente, como qualquer item de negócio (...). Nada disso é inócuo (...). A educação é um 'bem comum, público' ou, ao contrário, um 'bem ou serviço de consumo, privado'? Esta é a grande questão de fundo para as reformas educacionais que hoje se discutem ou se empreendem. (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 136-137).

Esse grande fluxo financeiro que vem sendo investido no país através da transnacionalização da educação superior, que é produzido pela mobilidade estudantil e então disfarçada de Internacionalização. Neste sentido, conforme Azevedo:

O que se tem chamado de Internacionalização da educação superior é, em grande medida, transnacionalização da educação superior, pois a mobilidade de estudantes tem se fundado, majoritariamente, no comércio de serviços de educação terciária, o que contribui para a formação de um mercado mundial de educação superior e menos para a construção de um campo social global de educação superior. (AZEVEDO, 2015, p. 1161).

Na medida em que a educação no geral passou a ser considerada como um serviço, a educação superior tem entrado cada vez mais em pauta como uma alavanca para o desenvolvimento dos países considerados emergentes. Cada vez mais as organizações como Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial (BM) têm possibilitado para que ações sejam realizadas e a educação superior seja considerada uma mercadoria no atual cenário do nosso País. Como uma estratégia dessa transnacionalização da educação podemos citar as políticas públicas que inclui a mobilidade entre estudantes e pesquisadores. Existe uma preocupação por parte desses organismos internacionais que se vem discutindo na agenda política do País sobre como a educação superior possa cumprir todas as demandas da nossa sociedade do conhecimento formando pessoas capazes de se colocarem disponíveis para o mercado de trabalho e assim gerando

mais lucros. Duarte diz que a “[...] chamada sociedade do conhecimento é uma ideologia produzida pelo capitalismo, é um fenômeno no campo da reprodução ideológica do capitalismo” (DUARTE, 2008, p. 13).

Para esses organismos, o conhecimento é gerado nas universidades e por isso necessita do intercâmbio com entidades internacionais através da Cooperação e colaboração. Por isso, é necessário que se desenvolvam e se estimulem programas de mobilidade estudantil e Acordos de Cooperação entre as universidades de diferentes países com o intuito de produzir recursos humanos para a realização de pesquisas e inovações tão essenciais para a nossa sociedade. De acordo com Azevedo:

[...] mobilidade transfronteiriça de estudantes, para além das possíveis e desejáveis interculturalidade e integração, está sendo, na realidade, uma modalidade de transnacionalização e de venda de serviços, no caso [...] de educação. (AZEVEDO, 2015, p. 74).

O desenvolvimento de políticas públicas para a contribuição da Internacionalização do ensino é fundamental para a construção da nova sociedade do conhecimento.

Knight (2002) destaca que a demanda da educação superior em razão do crescimento da economia do conhecimento, juntamente com limitações orçamentárias do Estado, abre portas ao setor privado e à economia do mercado. A inter-relação entre educação e internacionalização é mais complicada e multifacetada do que parece.

O censo da educação superior, realizado anualmente pelo INEP registra dados sobre as instituições de educação superior (IES) oferecendo à comunidade acadêmica e a sociedade informações detalhadas sobre as mesmas. O censo de 2018 mostra que existe 2.537 instituições de ensino superior, sendo 299 instituições públicas e 2.238 instituições privadas; dessas últimas 86.2% são faculdades. Já na rede pública federal 57.3% são universidades. O número de cursos existentes totalizou 37.962, sendo que mais da metade das matrículas 58% foram para os cursos de Bacharelado, seguidos pelos cursos tecnológicos 20.9% e 20.5% nas Licenciaturas. (BRASIL, 2018). Os dados só confirmam a disparidade existente no setor da educação pública e privada, podendo ser observados na imagem a seguir:

Figura 4 – Número de vagas nos cursos de graduação

NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO,
POR TIPO DE VAGA E CATEGORIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2018

CATEGORIA ADMINISTRATIVA	VAGAS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO			
	TOTAL GERAL DE VAGAS	VAGAS NOVAS OFERECIDAS	VAGAS DE PROGRAMAS ESPECIAIS	VAGAS REMANESCENTES
Total Geral	13.529.101	9.858.706	26.606	3.643.789
Pública	835.569	649.726	6.974	178.869
Federal	468.861	354.635	4.825	109.401
Estadual	267.720	214.629	1.520	51.571
Municipal	98.988	80.462	629	17.897
Privada	12.693.532	9.208.980	19.632	3.464.920

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Censo da Educação Superior 2018.

Fonte: INEP (2018).

A transnacionalização da educação seria a oferta transfronteiriça de ensino, presencial ou a distância, por intermédio de organizações transnacionais de serviços educacionais com finalidade de lucro (AZEVEDO, 2015, p. 87). Já de acordo com Santos (2004, p. 27), a transnacionalização como uma forma de se materializar a mercadorização do ensino superior e por isso, a necessidade de se alterar o paradigma institucional da universidade por um paradigma com uma ideia mais empresarial, considerando a universidade como um dos mercados mais promissores do séc. XXI.

Ainda vale ressaltar acerca da crise que as universidades públicas vêm enfrentando através da descapitalização. Para que isso possa acontecer no Brasil é necessário que a universidade pública e seus aliados políticos tenham poder suficiente para impedir o afloramento do mercado das universidades privadas (SANTOS, 2008, p. 23). Na década de 90, com o aumento e exigência da mão de obra qualificada a universidade tornou-se então um mercado onde a mesma deveria se adaptar às exigências da economia. Com todas essas transformações a universidade o direito à educação torna-se questionável onde os estudantes recebem bolsas por empréstimos para estudo tornando-os consumidores. Como aponta Santos (2008):

Os analistas da empresa de serviços financeiros Merrill Lynch consideram que o setor da educação tem hoje características semelhantes às que a saúde tinha nos anos 1970: um mercado gigantesco, muito fragmentado, pouco produtivo, de baixo nível tecnológico, mas com grande procura de tecnologia, com um grande déficit de gestão profissional e uma taxa de capitalização muito baixa. (SANTOS, 2008, p. 29).

O autor também evidencia algumas ideias que poderiam justificar a expansão do mercado educacional como, por exemplo, estamos na era da informação e do conhecimento e

infelizmente a competitividade econômica gira em torno de informações essenciais. Como a economia também é baseada na informação, é exigida cada vez mais o capital humano. A universidade precisa estar a serviço da sociedade da informação e da economia baseada no conhecimento se quiser se destacar e sobreviver. (SANTOS, 2008, p. 30).

Conforme Morosini (2021) pontua,

[...] a internacionalização da educação superior tendo em vista que há maior inter-relação multicultural e menor homogeneização de tais culturas, torna-se possível controlar e talvez frear os impactos danosos da educação transnacional. O desenvolvimento de uma determinada nação a partir da importância destinada ao conhecimento e ao capital humano amplia e fortalece a interconexão entre internacionalização da Educação Superior, globalização e regionalização. (MOROSINI, 2021, p. 96).

O Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) que trata exclusivamente sobre as regras e princípios para o comércio de serviços tornou-se um dos temas mais polêmicos e debatido no âmbito das universidades, desenvolvendo a ideia de tornar o ensino mais diversificado possível e aliando ganho econômico com maior acesso à universidade. De acordo com Santos (2008), GATS distingue quatro grandes modos de oferta transnacional de serviços universitários mercantis: oferta transfronteiriça; consumo no estrangeiro; presença comercial; presença de pessoas. A oferta transfronteiriça trata do serviço sem que haja movimento físico do consumidor como por exemplo cursos *online* e universidades virtuais. Já o consumo no estrangeiro diz respeito ao consumo do serviço com contato do consumidor. A presença comercial consiste no produtor privado da educação superior oferecer serviços no estrangeiro. E a presença de pessoas exige a deslocação temporária dos fornecedores de serviço para o estrangeiro, na maioria das vezes professores ou pesquisadores.

Ainda assim, muito se discute a respeito da educação fazer parte dessa organização pelo fato de que não se deve considerá-la uma mercadoria, porém, é necessário levar em consideração todos os aspectos negativos e positivos que a educação é tratada no contexto da Organização Mundial do Comércio (OMC). A educação superior é tratada como um setor de serviços nesse âmbito, de acordo com Knight (2003), “O GATS existe desde 1995 e não vai desaparecer. [...] A educação é um dos seus setores bases. Isto não será mudado” (KNIGHT, 2003, p. 5). O papel da educação superior se revela como formas de capacitação profissional, realização individual e mobilidade social relacionando-se com a cidadania, cultura e formação da identidade nacional.

3.2 Educação Superior e Internacionalização

No âmbito acadêmico é necessário levar em consideração a importância da escrita para a formação do pesquisador. Nessa perspectiva, o estado do conhecimento proporciona uma leitura da realidade do que está sendo discutido na comunidade Acadêmica. De acordo com Morosini (2014), o estado do conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. É importante ressaltar o contexto no qual o pesquisador está inserido e quais as influências que permeiam seu ambiente e suas relações. Pensar na perspectiva do campo científico nos suscita a ver a importância do tema e sua compreensão mais aprofundada. Assim, o estado do conhecimento nos permite ter essa visão mais ampla e ajuda a nos orientar para as futuras etapas da pesquisa pretendida. Por isso, o movimento inicial de uma pesquisa deve-se basear pelo estado do conhecimento, já que orienta todas as outras etapas da investigação e permite assim, uma compreensão mais global dos estudos relacionados ao nosso objeto de pesquisa.

Nas últimas décadas, muitas mudanças significativas ocorreram no âmbito da educação. Por isso, o campo de conhecimento não está limitado e determinado, existe muita coisa ainda a ser estudada e explorada. Repensar esse momento da escrita nos faz adentrar nas muitas reflexões realizadas acerca da nossa temática de estudo nos oferecendo um panorama muito rico sobre o assunto. Ademais, é importante ressaltar também a importância que essa etapa proporciona para a produção do conhecimento contribuindo também para o avanço das Ciências, nos fazendo sair de nossa zona de conforto para perceber com “outros olhos” os problemas de nossa pesquisa que vão mais além do que nossas inquietações individuais mexendo com nossas dúvidas e incertezas. Assim, essa visão do que foi produzido acerca do meu objeto de estudo me permite definir a relevância que o mesmo possa ter no campo de produção do conhecimento. Dessa forma, esse procedimento me auxiliou a delimitar e contextualizar o meu objeto de estudo, relacionando-o com outros temas e artigos/trabalhos.

Ademais, foi possível identificar os marcos educacionais mundiais e a legislação brasileira que tratam do assunto. Apesar do conceito de Internacionalização ser um termo recentemente novo, o material acerca do assunto está crescendo muito nas últimas décadas. Esse aumento crescente se deve ao fato da importância que as universidades e instituições de ensino superior estão dando ao assunto, com a globalização a educação superior não poderia ficar imparcial frente às transformações decorrentes das mudanças globais que alteraram o

cenário Internacional. A educação tem sido tema recorrente das discussões e discursos sobre políticas sendo ela um elemento central para os países atingirem uma posição de destaque no cenário mundial. De acordo com Altbach (1998) a universidade sempre foi uma instituição global, e esse processo de globalização apenas reforça a Internacionalização dos sistemas educativos, desde a ideia da ampliação de fronteiras até a mobilidade de alunos e professores. A Internacionalização está mudando o mundo do ensino superior e a globalização está mudando o mundo da Internacionalização. (KNIGHT, 2004, p. 5). Pode-se entender que Internacionalização da Educação Superior (ES) teve como ponto de partida a mobilidade discente e docente, seja para buscar conhecimentos que nas instituições de origem dos acadêmicos não se encontrava, seja para a partilha do conhecimento e experiências (SANTOS; ALMEIDA, 2012).

No Brasil são identificados três períodos do processo de Internacionalização: o primeiro chamado de Internacionalização via distinção, a partir de 1950, com a mobilidade da elite brasileira para as escolas europeias, o segundo denominado processo de modernização do Estado Brasileiro, a partir de 1970 com o financiamento público para aperfeiçoamento em nível de pós-graduação para professores e investigadores; e o terceiro Internacionalização científica para a globalização, que a partir da promulgação da LDB em 1996, se fortalece com o foco na inovação. (MOROSINI; SOMERS, 2015).

A Internacionalização da Educação Superior pode ser entendida como um esforço sistemático de tornar a universidade mais enérgica no repensar das ações que deve adotar para encarar os desafios da globalização. (MOROSINI, 2006). Assim também como a estudiosa latino-americana Gacel-Ávila apresenta algumas concepções para a Internacionalização da Educação Superior:

[...] un proceso de reforma educativa, que favorece a partir del reconocimiento y el respeto a la diferencia cultural, la formación en los estudiantes de una capacidad crítica, para trabajar y convivir en la comunidad mundial. Los prepara para que sean respetuosos de las diferencias y la riqueza cultural de la humanidad con sentido de responsabilidad política, y de defensa de los principios democráticos en la sociedad en la cual viven y actúan. (GACEL-ÁVILA, 2018, p. 112).

Também outros autores corroboram com as concepções da autora acerca da Internacionalização da Educação Superior:

El proceso intencional de integrar una dimensión Internacional, intercultural y global en los propósitos, funciones y provisión de la educación terciaria, buscando incrementar la calidad de la educación y la investigación para todos los estudiantes y el personal de las instituciones, con la finalidad de hacer una contribución

significativa a la sociedade. (DE WIT; HUNTER; HOWARD; EGRON-POLAK; 2015 *apud* GACEL-ÁVILA; RODRÍGUEZ, 2018, p. 24).

Existem muitas definições para o termo Internacionalização do ensino superior. Segundo Miura (2006), o termo tem passado por mudanças de abordagem desde o final da década de 1980, quando passou a ser objeto de estudos desenvolvidos com mais rigor e passou de uma, até então, abordagem de atividades a uma abordagem de processo. Assim, na perspectiva de Van Der Wende (2001), é importante que a Internacionalização não seja caracterizada como um fim em si, mas, um meio de atingir outros objetivos específicos do ensino superior. O mesmo autor também enfatiza a importância do conjunto de esforços que a Internacionalização representa para a busca de um ensino superior de qualidade e que atenda às demandas globais da sociedade. Dada a diversidade de definições do termo Internacionalização De Wit (2002) alerta sobre possíveis cuidados e sugere alguns parâmetros básicos do conceito:

Na medida em que a dimensão Internacional da educação superior ganha mais atenção e reconhecimento, as pessoas tendem a usar o termo da forma que melhor satisfaça a seus propósitos. Uma definição mais focada é necessária para ser entendida como a importância que ela merece. Mesmo se não houver concordância sobre a definição, a Internacionalização precisa ter parâmetros para ser avaliada e, portanto, contribuir com a educação superior. Este é o motivo pela qual o uso de uma definição em construção com uma estrutura conceitual é relevante para Internacionalização do ensino superior. (DE WIT, 2002, p. 114).

Por isso, repensando nesses conceitos definidos, a autora Knight (2003) redefine sua concepção de Internacionalização formulada em 1994 e propõe uma nova construção conceitual focando o processo e as mudanças.

De acordo com Morosini (2006), Internacionalização da educação superior é um conceito complexo, com uma diversidade de termos relacionados, apresentando diversas fases de desenvolvimento. São citadas: a) *dimensão Internacional* – presente no século XX, que se caracteriza por ser uma fase incidental mais do que organizada; b) *educação Internacional* – atividade organizada prevalente nos Estados Unidos, entre a segunda guerra mundial e o término da guerra fria, preferentemente por razões políticas e de segurança nacional; e c) *Internacionalização da educação superior*, posterior à guerra fria e com características de um processo estratégico ligado à globalização e à regionalização das sociedades e seu impacto na educação superior.

Bartell (2003) conceitua a Internacionalização como trocas internacionais relacionadas à educação e a globalização como uma avançada fase no processo que envolve a

Internacionalização. A globalização e Internacionalização da educação superior compreendem as novas formas de relações entre pessoas, instituições e países no que chamamos a nova era do conhecimento. Os termos globalização e Internacionalização não são sinônimos, mas, são processos que acompanham e são impactados pelas constantes mudanças sociais, especialmente com as novas formas de comunicação e com o avanço das tecnologias (KNIGHT, 2005). De acordo com Knight e De Wit (1997), a globalização funciona como um fluxo de tecnologia, economia, conhecimento, pessoas, valores, ideias e outros tantos aspectos através das fronteiras. Segundo estes autores, cada país é afetado de modo diferente devido às suas histórias, tradições e culturas e assim oportunizando que se cria distintas dimensões internacionais relacionados à educação superior. Do ponto de vista de Altbach (2004), a globalização pode ser entendida como um resultado inevitável das amplas tendências econômicas, tecnológicas e científicas que têm afetado diretamente a educação superior e que, ao se colocarem alheias às tendências econômicas e sociais passam a se tornar pouco relevantes no cenário Internacional.

Ainda, Altbach (2004) explica que a globalização é uma realidade do século XXI conformada pela economia mundial, integrada pelas tecnologias de comunicação e informação e pelo surgimento de uma rede Internacional do conhecimento. E também, endossa que a Internacionalização é definida como a variedade de políticas e programas que as universidades e os governos implementam para responder à globalização. Os processos de globalização mostram-nos que estamos perante um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo (SOUSA SANTOS, 2011, p. 1).

A discussão sobre a sociedade do conhecimento, no contexto da América Latina precisa procurar responder a questões sobre quais conhecimentos são mais relevantes para a ideia de integração. A universidade, com o seu papel de uma instituição com tradição ética e moral tem condições de investigar e refletir sobre possíveis alternativas e rumos para os impasses existentes. (CUNHA, 2015, p. 97).

Gacel-Ávila (1999) trata do processo de Internacionalização como uma abertura institucional para o exterior e salienta a importância de tal processo ser parte dos planos de desenvolvimento das instituições de ensino superior (IES), principalmente porque essa perspectiva se configura, para a instituição, como uma estratégia de desenvolvimento de uma nova cultura com enfoque Internacional, intercultural e interdisciplinar, aproximando-se de ações de interação e Cooperação institucional.

Outra importante ferramenta para o devido aumento do crescimento da Internacionalização nas universidades é a Cooperação Acadêmica, já que a educação superior precisará incorporar as relações internacionais como princípio fundamental para estabelecer vínculos de Cooperação e intercâmbio nos campos do ensino, pesquisa acadêmica e inovação pedagógica.

Segundo Knight (2003), os termos “fronteiras” e “transfronteiras” surgiram como referência ao novo contexto em que estão inseridas as IES. Dada a relevância da fronteira geográfica, argumenta que a Internacionalização de IES deve ser entendida em níveis diferentes: nacional, setorial e institucional. Segundo De Wit (2002, p. 114), Internacionalização de IES é ainda um conceito em construção. De acordo com esse autor, “mesmo que não se alcance um consenso sobre uma definição precisa, Internacionalização precisa ter parâmetros para ser avaliada”. Da mesma forma, Knight (2004, p. 111) defende a necessidade de se “criar uma definição que seja genérica o suficiente para se aplicar a diferentes países, culturas e sistemas educacionais”. A circulação de pessoas incentivou para o desenvolvimento da Internacionalização nas IES, já que permitiu a interação entre todos os indivíduos. Dessa forma, enfatiza o papel formador da universidade uma vez que além de fornecer a formação profissional requerida pelas empresas, as IES também são responsáveis pela produção de pesquisas básicas e aplicadas que impulsionam a inovação em diferentes áreas do conhecimento, assumindo um papel central na sociedade do conhecimento do século XXI. (MIURA, 2006)

De acordo com Araújo e Silva (2015), a Internacionalização tem sido objeto de estudo sobre avaliação de qualidade do ensino e da investigação. Ainda nas palavras das autoras, elas observaram que a Internacionalização é fruto da globalização, sendo uma maneira de fazer política em âmbitos nacional e Internacional. Segundo Cevasco (2006), no processo de Internacionalização há a importância do hibridismo cultural, que é a confluência de diversas formas de culturas, formadas anteriormente por uma espécie de caldo cultural, que gerou vocábulos, formas de pronúncias e tantas diversidades, que acabam por formar certa identidade de um país continental como o Brasil. Já em Chermann (1999), a Internacionalização do ensino é vista não só como aquele processo que foi influenciado pela globalização, mas também como um fator que beneficia a própria globalização, dando uma contribuição mais efetiva para o enriquecimento cultural.

Conforme Daquila (2013) e Meiras (2004), cada país têm respondido de forma diferente à Internacionalização do ensino. Observa-se que as diferentes abordagens para a Internacionalização estão diretamente ligadas aos diferentes contextos em que operam as

instituições de ensino superior (TAMTIK; KIRSS, 2016). Knight (2015) relata ainda que questões políticas, tendências regionais e internacionais, motivações e estratégias específicas de cada país ou instituição também influenciam diretamente quanto a escolha da abordagem (KNIGHT, 2015).

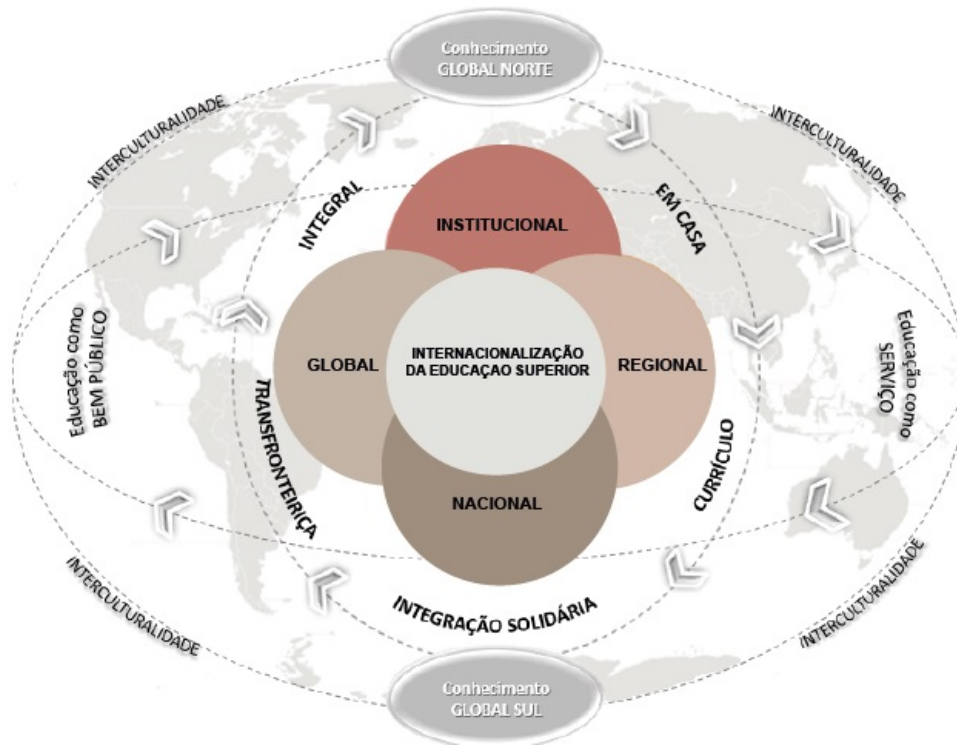
Segundo Morosini (2006), as estratégias de Internacionalização ganharam destaque nos anos de 2004 e 2005 e estiveram voltadas primordialmente às funções de ensino. Com uma abordagem Internacional, as estratégias focam a avaliação do currículo, o desenvolvimento tecnológico, a atuação e o aprendizado dos estudantes, a construção da identidade intercultural, entre outros aspectos.

De acordo com Stallivieri (2016, p. 108), existem 10 passos para se pensar a Internacionalização e instituí-la em uma universidade, sendo eles: 1) reconhecer a importância e a necessidade da Internacionalização; 2) desenvolver planos e metas para alavancar o processo da Internacionalização; 3) institucionalizar o processo de Internacionalização; 4) criar estruturas adequadas para o processo de Internacionalização; 5) criar uma relação próxima entre as metas de Internacionalização, a missão institucional e seus objetivos com relação ao ensino, pesquisa, extensão e gestão; 6) integrar a dimensão Internacional no desenvolvimento de projetos das unidades e dos departamentos das instituições; 7) utilizar estratégias que incluam o ensino, a educação continuada, a pesquisa, a mobilidade Acadêmica e administrativa e, principalmente, a inovação curricular; 8) desenvolver a avaliação sistemática da Internacionalização de acordo com os padrões de qualidade, 9) estabelecer comitês de relações internacionais como agentes de mudanças institucionais levando em consideração as necessidades da instituição e 10) estabelecer um plano que dê visibilidade às atividades de Internacionalização.

No atual cenário da pandemia da Covid-19 é sabido que o campo da internacionalização da educação superior tem sido afetado, já que devido a essa crise mundial os indivíduos estão isolados interrompendo assim os intercâmbios e mobilidades entre os países, além do fechamento das fronteiras. Com isso, Morosini (2021) salienta o desafio da implantação da internacionalização *at home*. Esse tipo de internacionalização engloba o ensino internacional da instituição sem deslocamentos físicos para outros países e para que ocorra é necessário a capacitação de recursos humanos, políticas de suporte institucional e o predomínio da cultura da educação *on-line*. Para o sul global, a internacionalização *at home* se torna interessante pois permite a internacionalização para as classes que não tem possibilidade de intercâmbio. (MOROSINI, 2021).

Na figura abaixo é possível visualizar o campo da internacionalização da educação superior e alguns de seus principais elementos constitutivos:

Figura 5 – Internacionalização da Educação Superior e principais elementos constitutivos.



Fonte: Morosini; Dalla Corte (2021).

No presente estudo podemos ressaltar alguns elementos principais a serem investigados, como a área da fronteira e todos os aspectos regionais e institucionais que afetam a internacionalização na universidade.

Para Morosini (2021):

Na perspectiva do Sul Global, a internacionalização da Educação Superior tem oportunizado ações ancoradas no processo de compartilhamento da produção do conhecimento, na construção das relações entre os países do sul veiculadas por acordos de cooperação, parcerias regionais e pelas alternativas sociais. (MOROSINI, 2021, p. 70).

A construção de um mundo mais solidário com base na internacionalização intercultural e na integração se torna um dos maiores desafios globais. Preparar cidadãos do futuro para um mundo interligado e interdependente requer um sistema de educação superior cujo processo de Internacionalização permita o conhecimento direto e o respeito pela

diversidade cultural, promovendo, acima de todos os conceitos, o entendimento e o respeito pela multiplicidade de valores e a tolerância entre os povos. (STALLIVIERI, 2014, p. 4).

3.3 Internacionalização e Cooperação Internacional

A Internacionalização da educação superior é um assunto bastante complexo, e envolve diversos aspectos como o limite da atuação dos Estados, nacionalização dos objetivos e presença de atores internacionais, como a OMC. (MOROSINI, 2006; MARIN, 2004; LEHER, 2005a; GOMEZ, 2009).

De acordo com Knight (2002), o termo Internacionalização pode ser definido como dimensão Internacional das atividades Acadêmicas com motivação econômica. Já Azevedo (2006) descreve a Internacionalização como “um processo de integração em um ambiente acadêmico globalizado onde os diversos atores sociais começam relações sociais com a intenção de cooperar e compartilhar solidariamente no âmbito de suas ações sociais e espaços de influências no que se relaciona ao conhecimento, à ciência, à técnica, às artes e a cultura”.

Para Knight (2005), a Internacionalização pode ser doméstica ou no exterior. A primeira focaliza as relações ligadas a currículos e processos de ensino aprendizagem sem que seja necessária a saída do local de origem. A Internacionalização no exterior é a educação transfronteiriça (transnacional) que envolve a mobilidade.

Marin (2004) descreve a Internacionalização como o conjunto das atividades de Cooperação Internacional entre as instituições educacionais. Sendo esse tipo de Cooperação institucionalizada por meio de Acordos multilaterais. Morosini (2006) retrata a Internacionalização como um conceito complexo que objetiva levar a educação superior a responder às exigências e desafios relacionados à globalização.

A Internacionalização da Educação Superior brasileira está intimamente relacionada com as políticas de Internacionalização implementadas. O conceito de Internacionalização na Educação Superior é um termo relativamente novo, não tem mais de duas décadas. Antigamente ele era empregado como “educação Internacional”, e englobava uma série fragmentada de atividades internacionais pouco relacionadas entre si. Somente nos últimos anos que o termo “Internacionalização da Educação Superior” passou a ser empregado contemplando uma abordagem mais conceitual (WIT, 2013). Ainda podemos destacar o conceito de Internacionalização como tendo o objetivo de adequar a Educação Superior às exigências e desafios relacionados à globalização da sociedade, da economia e do mercado de trabalho. (MOROSINI, 2006).

Hans de Wit em suas obras acerca do processo de Internacionalização das universidades levanta alguns equívocos na utilização de conceitos de Internacionalização e aborda novas perspectivas. De acordo com Wit (2013), a recepção de estudantes estrangeiros na universidade sem um projeto de integração cultural e social não promove uma Internacionalização eficaz e abrangente. Tampouco a quantidade de parcerias entre instituições na área de Cooperação Acadêmica Internacional por si só promove a Internacionalização do ensino superior.

Com relação ao atual panorama do processo de Internacionalização da Educação Superior no Brasil, destaca-se o Plano Nacional da educação aprovado pela Lei nº 13.005/2014 que entre as metas ligadas ao ensino superior e Internacionalização estão:

13.7) fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e Internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

[...]

14.9) consolidar programas, projetos e ações que objetivem a Internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa; (BRASIL, 2014).

Como já mencionado, o acordo de Bolonha considerado um marco europeu no que diz respeito às integrações regionais por meio do Ensino Superior, também tem seu destaque no âmbito da Internacionalização e globalização educacional. Como afirmam Spiegl e Westphal (2008), nas universidades:

A implantação do processo de Bolonha representou uma completa mudança paradigmática em função das diferenças nas estruturas Acadêmicas prévias. Esta mudança paradigmática não foi amplamente debatida antes da introdução do processo de Bolonha, apesar da mudança fundamental envolvida em cada país e cada sistema de educação universitária. (SPIEGL; WESTPHAL, 2008, p. 2).

O acordo proporcionou uma maior integração do ensino superior e unificação da universidade com o mercado de trabalho. A universidade proposta pelo acordo de Bolonha torna uma adversidade voltada para o mercado, uma universidade rápida, barata, e mercantilmente adaptada. Uma universidade que exige mais dos alunos e professores em menos tempo e menos meios (BIANCHETTI, 2010). As transformações que se verificam na Internacionalização da educação superior têm reflexo na condução das relações diplomáticas entre os países. Por isso, a Internacionalização pode ser vista como um meio de promover o acesso a instrumentos de cidadania global à população. Assim, no entender de Panizzi (2000), o significado de Cooperação Internacional tem a face do desenvolvimento multicultural e

multifacetado da universidade e da sociedade que a abriga. Dessa forma, afirma-se que a Cooperação não se dá apenas na pesquisa e produção de conhecimento, porque ela se faz no ensino e na extensão igualmente.

A Internacionalização deve ser vista como um processo que reflete as prioridades específicas de um determinado país ou instituição. (KNIGHT, 2008). Esse espaço europeu criado para a Educação Superior (ES) impulsionou o desenvolvimento da dimensão Internacional, em especial no Brasil, propondo novos desafios e propósitos para as universidades. (DIAS SOBRINHO, 2009; VEGA, 2009; CATANI, 2010). De acordo com a autora Knight (2010), a Internacionalização:

Para alguns, significa uma série de atividades, tais como: a mobilidade Acadêmica de estudantes e de professores, redes internacionais, associações e projetos, novos programas acadêmicos e iniciativas de investigação. Para outros, significa a transmissão da educação a outros países através das novas disposições, como sucursais ou franquias de universidades, usando uma variedade de técnicas presenciais e à distância. Para muitos, significa a inclusão de uma dimensão Internacional, intercultural e/ou global dentro do currículo e o processo de ensino-aprendizagem. E, outros, concebem a Internacionalização como centros regionais de educação, *hot spots*, redes de conhecimento. Os projetos de desenvolvimento internacionais são percebidos tradicionalmente como parte da Internacionalização e, mais recentemente, o aumento na ênfase no comércio da educação superior também está sendo visto como Internacionalização. (KNIGHT, 2010, p. 1).

No Brasil, a forma mais difundida de Internacionalização é a mobilidade Acadêmica. Apesar desse destaque dado à mobilidade Acadêmica e sua importância para o processo de Internacionalização, não se pode limitar-se somente a ela. Como reflete Dias Sobrinho (2010):

A qualidade da educação superior não pode ser pensada fora das ações e dos compromissos que cada instituição instaura em seu âmbito interno e nas suas vinculações com o entorno mais próximo, com a sociedade nacional, com os contextos internacionais do conhecimento e com o Estado Nacional. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1228).

A Internacionalização do Ensino Superior tem se desenvolvido muito nos últimos tempos, dando destaque aos países emergentes como, por exemplo, o BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China. (MOROSINI, 2011). Ainda assim, a autora pontua que:

Apesar de essas nações congregarem quase metade da população do planeta, 20% do território mundial e 15% do PIB, muitos tijolos devem ser consolidados para que se constituam em regiões de inovação, desde a presença de regimes ditatoriais, nações superpopulosas, relações comerciais conflitantes até o próprio entrave da língua. (MOROSINI, 2011, p. 105).

Nesse processo de Internacionalização do Ensino Superior muitos modelos e estratégias estão sendo propostos. A Internacionalização em casa (*at home*) como já foi mencionada, que de acordo com Morosini (2021): “se refere à integração das dimensões internacional e intercultural no currículo formal e informal envolvendo de maneira intencional os alunos em ambientes de aprendizagens domésticos.” Ainda de acordo com a autora, a IaH (internacionalização *at home*) “permite compreender diferentes culturas no próprio país através do uso de novas ferramentas virtuais para o ensino, aprendizagem e contato com pessoas de diferentes idiomas.”

Segundo Beelen e Jones (2015):

Esses contextos podem ser vistos como ambientes de aprendizagens, mas é a articulação e a avaliação de resultados de aprendizagem internacionalizados dentro do contexto específico de uma disciplina que permitirá que tais ambientes sejam usados como meios de alcançar a aprendizagem internacional e intercultural. (BEELEN; JONES, 2015).

Ainda conforme os autores, um dos maiores obstáculos enfrentados pela IaH é a falta de conhecimento por parte dos professores do que é internacionalização, a falta de incentivo e capacitação por parte das próprias instituições e também estratégias para sua implementação. (BEELEN, 2015). Também se retrata acerca de outro modelo, a Internacionalização transfronteiriça – *cross-border*, conforme Morosini (2021) “se refere às varias formas de Educação Superior desenvolvidas, presencialmente, transcendendo as fronteiras nacionais.”

De acordo com Morosini (2011), existe o modelo de *Cooperação Internacional Tradicional – CIT* que enfatiza a competitividade entre as instituições de ES quando se trata dos consumidores. A ênfase é posta nos contatos internacionais e nas atividades que fortalecem a IES, principalmente de pesquisa e pós-graduação. (BROVETTO, 1998). De acordo com a UNESCO (1995), a Cooperação Internacional deve:

[...] *lograr invertir el proceso de decadencia de los centros de docentes de los países en desarrollo, y en particular de los menos adelantados», para lo cual es esencial que los organismos Internacionales y nacionales de financiación de desarrollo, las organizaciones y fundaciones no-gubernamentales y la comunidad universitaria en general consideren el apoyo a los centros de educación superior de los países en desarrollo como indispensable para el desarrollo general del sistema educativo y para el fomento de la creación de capacidades endógenas.* (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E A CULTURA, 1995, p. 20).

Além disso, também é proposto por Didriksson (2005) o modelo de *Cooperação Internacional Horizontal (CIH)*, que se opõe ao modelo tradicional, tendo como base a solidariedade. De acordo com o próprio autor esse modelo:

Debe ser fortalecer los componentes claves de la integración y la articulación de los sujetos, instituciones, agencias y recursos para garantizar un tipo de cooperación horizontal compartida y que evite sustituir, alterar o dirigir la iniciativa local. El desarrollo de una capacidad propia o su potenciación local, sub-regional y regional debe ser el objetivo central de las nuevas formas de cooperación. Ello significa que los actores locales son los principales responsables del diseño y formulación de las propuestas, programas y proyectos de cambio y los actores principales del proceso de transformación. (DIDRIKSSON, 2005, p. 25).

A Cooperação Internacional deve se basear na solidariedade, reconhecimento e apoio mútuos. O intuito é que propicie conhecimento e a disseminação de informações entre as instituições parceiras. Segundo Morosini (2011):

Os Acordos bilaterais são programas que fomentam projetos conjuntos de pesquisa entre grupos brasileiros e estrangeiros. São financiadas missões de trabalho (intercâmbio de professores), bolsas de estudo (intercâmbio de alunos), além de uma quantia para o custeio das atividades do projeto. (MOROSINI, 2011, p. 104).

De acordo com a Conferência Mundial do Ensino Superior, realizada pela Unesco, em Paris no ano de 2009, foram enfatizadas novas dinâmicas do Ensino Superior constituindo como elementos inter-relacionados à cooperação internacional: internacionalização, regionalização e globalização. No documento⁴ final da Conferência está entre as principais pautas para a cooperação internacional: a) cooperação internacional baseada na solidariedade e respeito mútuos, b) promoção de valores humanísticos e diálogo intercultural; c) responsabilidade social de ajudar no desenvolvimento dos países por meio da crescente transferência de conhecimentos; d) redes de universidades internacionais e parcerias para auxiliar no crescimento do entendimento mútuo e da cultura da paz; e) cooperação e parcerias internacionais para pesquisa e equipe e intercâmbio de estudantes; f) disposição transfronteiriça da Educação Superior oferecendo educação de qualidade, promovendo valores acadêmicos, mantendo a relevância e respeitando os princípios básicos de diálogo e cooperação, reconhecimento mútuo pelos direitos humanos, diversidade e soberania nacional; g) cooperação regional nas áreas de reconhecimento de qualificações garantia de qualidade, governança, pesquisa e inovação. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E A CULTURA, 2009).

⁴ Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/315.pdf>

A Cooperação Internacional ganha cada vez mais destaque no nosso mundo globalizado, onde a busca por novas tecnologias, avanços científicos e informações relevantes faz com que as universidades, propulsoras de conhecimentos globais, se interessem mais e mais por um lugar proeminente nesse panorama global. As instituições ou nações que desenvolvem esse trabalho em conjunto, de Cooperação, procuram a inserção na comunidade Internacional e também na promoção da inovação. (YILMA, 1993, p. 29).

Segundo Morosini (2021):

Os movimentos de internacionalização da educação superior têm provocado (re)formulações nas políticas públicas educacionais voltadas à cooperação internacional e à interlocução compartilhada entre instituições de ensino superior no mundo inteiro, com vistas à produção de conhecimento e formação compartilhada e de qualidade. (MOROSINI, 2021, p. 73).

O Brasil atualmente participa ativamente no cenário da Cooperação Internacional, sejam elas multilaterais ou bilaterais. Souto (2005) ressalta a relevância das atividades de Cooperação técnicas:

Cabe ressaltar que as atividades de Cooperação técnicas tanto bilaterais quanto multilaterais constituem um importante recurso para o desenvolvimento, transferência e captação de fundos em prol de evolução econômica e social dos países em desenvolvimento. (SOUTO, 2005, p. 13).

Stallivieri (2014) complementa ao colocar que:

[...] a Cooperação Internacional deixa de ser um luxo institucional e passa a fazer parte da vida Acadêmica da instituição, tendo um valor em si mesma e contribuindo de forma inegável para o desenvolvimento equilibrado dos países, das comunidades e dos seus cidadãos. (STALLIVIERI, 2014, p. 10).

Para consolidar novas formas de Cooperação Internacional é necessário um aprofundamento nas relações interinstitucionais garantindo assim uma maior qualidade nos projetos de investigação e Cooperação para o desenvolvimento. A Cooperação precisa ir além de maior envolvimento da comunidade e aprofundamento das relações, mas em uma Cooperação baseada na reciprocidade.

A identificação de ações conjuntas, que elevam as parcerias entre duas instituições, que aproximam as suas comunidades onde ambas colhem resultados concretos no âmbito da integração, do reconhecimento e do respeito mútuos, poderão contribuir para que outras instituições, que se encontram em fase da busca pela Internacionalização de suas estruturas

Acadêmicas, reflitam sobre os melhores caminhos de se chegar ao panorama Internacional. (STALLIVIERI, 2014, p. 5).

3.4 Mercantilização da Educação Superior

Sabe-se que a mercantilização da educação superior não é um assunto exclusivo do nosso País, e em decorrência da globalização e disseminação das tecnologias de informação, a transformação do setor educacional em mercadoria só tem aumentado. A mercantilização da educação superior pode ser entendida como a transformação da educação em mercadoria. Busca-se aproximação com o setor produtivo, não só por causa dos ingressos orçamentários, mas, também, como parâmetro para o que deve ser ‘produzido pelas Instituições de Ensino Superior - IES (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2000, p. 171). Ainda de acordo com Sguissardi (2008), a transformação em mercadoria é inerente à sociedade capitalista, e para a compreensão do fenômeno recorre a dois conceitos, ou duas faces da mesma moeda: a educação-mercadoria, como objeto de exploração de mais-valia ou de valorização pelos empresários da educação, mas até certo ponto também para os interesses privado/mercantis no aparelho do Estado; e a mercadoria-educação, dada pela expansão rápida de profissionais graduados (em algumas áreas específicas) que favorece o capital industrial, criando um exército de reserva que tende a rebaixar os salários dessa categoria profissional. Philip Altbach (2002) identifica a existência recente de transformação da educação em uma mercadoria (*commodity*) comprada e vendida no mercado. Em termos econômicos, *commodity* refere-se a um bem comercializado Internacionalmente, cujo preço é definido na bolsa de futuros nos Estados Unidos.

O aumento crescente da Internacionalização se vincula com o aumento de intercâmbios acadêmicos e profissionais e a Cooperação entre instituições (DE WIT, 2005: 222). Essas transformações de nível Internacional estão interligadas por três fenômenos que contribuem para o desenvolvimento da mercantilização do ensino superior: as novas formas de intercâmbio internacionais nas Universidades e a expansão da oferta do ensino privado, as novas concepções da Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Acordo Geral de Comércio e Serviços/*General Agreement on Trade in Services* (AGCS/GATS) considerando a educação superior como um serviço e por último o aumento dos Acordos internacionais entre instituições de ensino superior. (KELSEY, 2003; ROBERTSON, 2003; SOLANAS 2009b; VERGER, 2010.) O acordo Geral de comércio e serviços regula a inclusão da

prestação de serviços da educação superior na lista de serviços comerciais da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A Organização Mundial do Comércio tinha três objetivos: promover o desenvolvimento sustentável sem concorrência predatória do comércio Internacional, garantir e reconhecer as necessidades dos países em desenvolvimento e estabelecer instrumentos legais de controle e fiscalização das relações comerciais incluídos em Acordos multilaterais (THORSTENSEN, 2005). O quadro abaixo retrata alguns elementos diferenciadores entre a OMC e a AGCS.

Quadro 2 - Elementos diferenciadores entre a OMC e a AGCS

AGCS/GATS	OMC
Acordo multilateral sem base institucional	Organização Internacional, ou seja, pessoa jurídica de direito Internacional
Caráter provisório institucional	Caráter permanente
Possuía uma pequena secretaria associada	Possui estrutura organizacional
Fragilidade dos mecanismos de solução de controvérsia comerciais, extremamente suscetíveis ao bloqueio	Sistema de solução de controvérsias mais efetiva e menos sujeitos aos bloqueios; o descumprimento de suas determinações pode acarretar sanções comerciais graves
Os compromissos assumidos sob sua égide eram facilmente descumpridos em virtude da ausência de mecanismos insuscetíveis aos bloqueios	Os compromissos assumidos sob seus auspícios são absolutos e permanentes
Seus signatários são contratantes	Seus signatários são membros
Normas restritas ao intercâmbio de mercadorias	Normas referentes ao intercâmbio de mercadorias, serviços e diferentes de propriedade intelectual relacionada ao comércio.
Possuía Acordos de caráter plurilateral, uma vez que as regras não foram subscritas por todos os países.	Seus Acordos são multilaterais, ou seja, subscritos por todos os membros, com exceção para os Acordos sobre carne bovina, lácteos, aeronaves civis e contratação pública que são denominados plurilaterais de adesão voluntária.

Fonte: Rego (1996, p. 10).

É possível observar através do quadro que os compromissos e obrigações assumidos pelos membros da OMC tornam o intercâmbio mundial mais previsível, mas também retiram

graus de liberdade dos governos nacionais na definição de suas práticas comerciais. (REGO, 1996, p. 2)

Segundo Thorstensen (2003), o AGCS/GATS tem como objetivo declarado estabelecer um quadro de referência multilateral no qual constem regras e princípios para o comércio de serviços, com vistas à expansão desse comércio dentro de condições de transparência e de progressiva liberalização, a fim de viabilizar o desenvolvimento de todos os parceiros internacionais e dos países em desenvolvimento.

Quanto à prestação de serviços AGCS/GATS reconhece-se quatro tipos: primeiro sendo a *prestação transfronteira*, se referindo a prestação de serviços originária de um país e destina-se a outro. (Thorstensen, 2003). E referindo-se à educação, essa modalidade seria a mobilidade do programa como, por exemplo, o ensino a distância (AZEVEDO, 2008). Em relação à educação superior, de acordo com Dias (2002, p. 3), “talvez seja a forma prevalente de oferta Internacional dos serviços, em razão da grande tendência dos últimos anos de comercialização favorecida pelo desenvolvimento de novas tecnologias.” Para o autor, “controlar a educação pode representar, em tempos de internet e de novas tecnologias, lucros fabulosos”.

Outro tipo são os *serviços de consumo no exterior*, e inclui a prestação de serviços dentro de um país membro para pessoas ou empresas de serviços de qualquer outro membro (THORSTENSEN, 2003). No setor educacional podemos apontar a mobilidade estudantil, como a graduação no exterior ou a pós-graduação sanduíche etc (AZEVEDO, 2008).

A terceira modalidade da prestação de serviços conhecida como *presenças comerciais*. Trata de serviços prestados por um membro da organização por intermédio de qualquer outro membro. No caso da educação tem-se a abertura de *campi* (THORSTENSEN, 2003).

E a última, *presença de pessoas físicas*, oferecida pelo prestador de serviços de um membro por intermédio de presença de pessoa natural desse membro no território de qualquer membro (THORSTENSEN, 2003). No campo da educação, temos a mobilidade Acadêmica científica como exemplo, a presença de professores e pesquisadores que trabalham temporariamente no exterior (AZEVEDO, 2008). Os termos do AGCS/GATS abrem a possibilidade de uma regulação transnacional para os mais diferentes tipos de serviços, dentre eles a educação.

Para o autor Santos (2004), a inclusão da educação na lista de serviços AGCS/GATS pode acarretar em questionamentos acerca da educação como um bem público já que se for incluso nesse acordo comercial, a educação passaria a ser vista como um bem comercial. Já o autor Dias Sobrinho (2003) vai de encontro à premissa da inclusão da educação no AGCS,

fundamentado pela relação mercadorial *versus* serviços públicos. O mesmo autor destaca dois processos que tem contribuído muito para debates sobre os serviços considerados públicos: 1) a prestação desses serviços por órgãos públicos com concorrência aos prestadores privados; 2) a inclusão da educação na lista de serviços da OMC, os quais têm transformado alguns serviços públicos em comerciais. Segundo Dias Sobrinho (2003):

Um bem público, em termos jurídicos, os governos soberanamente têm o direito de delegar as funções que lhe correspondem, as instituições da sociedade civil, tudo dentro de normas e leis, base de um sistema de concessão, delegação ou autorização. (SOBRINHO, 2003, p. 822).

Apesar das discussões propostas pelos autores mencionados de tratar a educação como um bem público ou um direito, a natureza do próprio acordo de livre comércio que não contesta a educação como um bem público e, que também defende a ampliação da participação de investidores para garantir o seu acesso.

Para a OMC, existem diferenças no tratamento para o comércio de bens e serviços. Como retrata Abreu:

Bens e serviços podem ser distinguidos por suas diferentes características. Enquanto aqueles são tangíveis, visíveis, armazenáveis e seu comércio são efetuados pela passagem física pelas fronteiras, estes são considerados inatingíveis, invisíveis, não duráveis, transitórios, indivisíveis, esgotáveis, até mesmo porque sua produção e consumo acontecem ao mesmo tempo. No entanto, há muita polêmica com relação a estas definições: como dizer que um desenho de um arquiteto é intangível? Uma peça de teatro invisível? Ou mesmo uma cirurgia plástica não durável? Devido a estas diferenças conceituais, os membros da OMC e os negociadores da Rodada do Uruguai resolveram adotar uma abordagem distinta para mercadorias e serviços. (ABREU, 2005, p. 159).

Assim, ao tratar das questões da educação como um bem ou como um serviço, é necessário levar em consideração nosso atual cenário e também o que os organismos internacionais retratam sobre isso, como o Banco Mundial e a OMC.

O Banco Mundial (2008) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (1994) defendem tendências à transnacionalização da Educação Superior estabelecendo padrões de comércio que transcendem as fronteiras nacionais e nesse cenário internacional, a educação superior é entendida como mercadoria. (MOROSINI, 2015, p.77).

Existem três pontos principais para manter a Educação Superior como um bem público estabelecidos na Conferência Mundial sobre o Ensino Superior da Unesco (1998 e 2009) e em Conferências Regionais do Ensino Superior da América Latina e Caribe (2008 e 2018), sendo

eles: a pertinência, a melhoria da qualidade de conteúdo e de gestão e a internacionalização considerada essencial para reduzir a diferença entre os países. (MOROSINI, 2015, p. 80).

A educação como bem público destaca a perspectiva acadêmica que defende a internacionalização da aprendizagem e do conhecimento tendo como propósito a solidariedade, as trocas científicas e culturais, a integração entre as esferas do local e do global, a equidade social, a interculturalidade, o desenvolvimento sustentável, entre outros. (JACOB CHAVES, 2015).

A concepção da Educação Superior como bem público é defendida já que a internacionalização passa a ser um instrumento essencial para a redução das diferenças socioeconômicas entre os países. A internacionalização preserva a cultura dos países parceiros que integram todo esse processo de construção coletiva que pode ser visto na cooperação internacional e no compartilhamento de conhecimentos. (MOROSINI, 2021).

A educação no ensino superior, no atual cenário de globalização, passa a ter seu papel questionado quando o conhecimento é visto como um bem comercializável. Frente a este contexto, o desenvolvimento científico e cultural da comunidade Acadêmica vem sendo prejudicado pela eliminação e pela reorganização das atividades que não agregam valor econômico. (MÜHL, 2009).

De acordo com Morosini (2021), a globalização passou a interferir nas demandas do mercado mundial e na produção de informação e conhecimento no âmbito da educação superior, assim novas demandas foram criadas para que se atenda as exigências do contexto universitário exigindo cada vez mais pessoas qualificadas para uma atuação inovadora no mercado de trabalho. (MOROSINI, 2021, p. 49).

Cabe agora à Universidade pensar novas formas de pedagogias inovadoras para que o ato de ensinar e aprender supere o modo instrumental baseado apenas na transmissão de conhecimentos. "O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo [...] o transformam e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos" (FREIRE, 1973, p. 46). Assim, a educação para ser verdadeiramente humanista precisa ser libertadora. Inovar na educação é pensar novos conceitos e pensar no processo educativo de forma coletiva e dialógica, e com isso buscar cada vez mais uma educação de qualidade.

3.5 Organismos Internacionais e a Educação Superior

Como uma ferramenta que pode impulsionar a economia do país, a educação superior tem sido destaque nas discussões políticas. Sabemos que o contexto sócio-político tem grande

influência nas questões relacionadas ao ensino. Além disso, as transformações que têm ocorrido no tocante à mundialização e à chamada sociedade do conhecimento tem impacto no modo como a educação é ajustada para se encaixar nesses moldes.

A globalização se instaurou de vez e com ela a Internacionalização ganhou destaque nessa nova era como um fenômeno que vem cada vez mais se aprofundando. As barreiras que existiam e as fronteiras geográficas foram rompidas e a divulgação do conhecimento se espalhou na velocidade do vento. A educação superior também seguiu o mesmo rumo e tem possibilitado a troca de conhecimentos seja pela mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores ou pela disseminação cotidiana das trocas de informações.

A globalização é vista como uma corrida frenética que o mundo contemporâneo está submetido. As mudanças do mundo atual, em especial nas áreas científicas e tecnológicas e as disputas entre as nações desenvolvidas pelo poder econômico acabam por exigir um cidadão atento e antenado com os diversos assuntos acerca das necessidades globais. (BAUMAN, 1999). Essas transformações desta nova sociedade e fácil acesso às informações acabam criando novos perfis de cidadãos e profissionais melhorando a qualidade de vida das populações de um modo geral. De acordo com Ianni, uma comunidade global se revela como um novo momento na história. “O horizonte pelo qual se pode reler o passado, interpretar o presente e imaginar o futuro” (IANNI, 1999, p. 134).

Ao mesmo tempo se questiona os motivos de a Internacionalização da educação superior ser tão importante para as instituições. Desde o início, a busca de conhecimento através do intercâmbio entre estudantes e professores de diferentes países sempre foi recorrente. Por isso o passado auxilia ao se pensar no presente e repensar o sistema educacional futuro, para que os novos pesquisadores, estudantes e professores desenvolvam uma consciência global melhorando assim suas habilidades para trabalhar em ambientes multiculturais. A Internacionalização torna-se possível em todos os ambientes das instituições de ensino superior indo muito além do ensino, pesquisa e extensão.

Com o desenvolvimento cada vez maior do ensino superior algumas medidas foram tomadas para a criação de políticas públicas, e com isso contribuir para as demandas de um mundo cada vez mais globalizado e mundializado. Os governos e países precisam se adequar a essas transformações da chamada sociedade do conhecimento e da mundialização. É preciso focar na ressignificação do papel e funções da educação no sentido de adaptação à nova etapa do capitalismo.

Segundo Ianni (1998), o fenômeno da globalização é um processo histórico-social de vastas proporções que rompe e recria o mapa do mundo, inaugurando outros processos, outras

estruturas e outras formas de sociabilidade que se articulam e se impõem aos povos, tribos, nações e nacionalidades. (IANNI, 1998, p. 2). Para o autor, a globalização é afetada a partir do domínio do capital na nossa sociedade. Na nossa sociedade atual, o capitalismo e conhecimento trabalham juntos para maximizar os resultados através da disseminação do conhecimento e transformá-lo dentro da nossa sociedade em um fim lucrativo. Já a mundialização de acordo com Chesnai (1996), retrata o novo perfil do capitalismo mundial que surgiu nos anos 80.

Na mundialização podemos destacar o acúmulo de capital recorrente da integração Internacional dos mercados e das novas tecnologias da informação e comunicação. A Internacionalização é uma ferramenta acima de tudo financeira (CATTANI, 2001, p. 79). A mundialização poderia ser entendida como um evento derivado do esforço da ideologia neoliberal, em comunhão às políticas econômicas, tanto nacionais como internacionais, que fortalecem as atividades produtivas de organizações multinacionais articuladas em prol do aumento do capital fictício (HALL, 1990) Também pode ser entendida como uma fase específica do processo de Internacionalização do capital e de sua valorização, alertando para o fato de que os seus fundamentos são tanto políticos como econômicos, não sendo o fenômeno de mundialização, natural, mas resultante de intervenções que se originam tanto do mundo das finanças quanto do próprio Estado (CHESNAI, 1996, p. 32)

Por isso, pode-se entender que a mundialização é um fenômeno voltado mais para o capital fictício no âmbito econômico e regional; e a globalização como um fenômeno voltado não só para os aspectos econômicos e financeiros, mas também para as atividades sociais, política, cultural e religiosa. A mundialização é entendida como uma ferramenta capaz de transformar o mundo em mercadoria, interferindo diretamente nos aspectos sociais, políticos, econômicos e financeiros da sociedade.

Cada vez mais o processo de Internacionalização se amplia e ganha mais espaço. O papel dos organismos internacionais se aprofundou mais com toda a globalização, permitindo uma maior participação desses organismos em diferentes áreas de países em desenvolvimento. Com isso, essas organizações tiveram mais interesse na educação superior através de diretrizes e documentos sobre esse tema e sendo responsáveis pelo encaminhamento de na elaboração e estabelecimento de políticas educacionais.

Vários organismos internacionais além de associações das universidades passaram a ter interesse, se posicionar e desenvolver linhas de ação orientadoras para diversos setores, entre eles o da Educação Superior; e tudo isso causado pela globalização e o seu respectivo

desenvolvimento focando na internacionalização como uma resposta a tudo isso. (MOROSINI, 2021).

As políticas que regulam a Educação Superior no Brasil em âmbito Internacional estão relacionadas aos interesses do Norte Global, onde se encontram os países desenvolvidos caracterizados pelo elevado produto interno bruto (PIB). Um exemplo disso é o acordo entre Brasil e diversos países relativos ao Programa Ciência Sem Fronteiras (CsF).

Com o crescimento econômico na última década, o Brasil acabou se tornando um país com uma grande procura de mão de obra especializada. Por isso, a Educação Superior se destacou nas discussões sobre a necessidade de se formar profissionais qualificados. Após a assinatura do Processo de Bolonha (1999), o mercado passou a exercer uma grande influência sobre as políticas educacionais. O processo de Bolonha consiste nas reformas institucionais processadas por cada país (ao todo foram 45 países), conduzindo a um novo sistema europeu de Educação Superior, estabelecendo um espaço mais atrativo para estudantes europeus e de outros países. Em 1998, em Paris, os ministros da educação da Alemanha, França, Itália e Reino Unido assinaram uma declaração conjunta onde perspectivam já a construção de um “espaço europeu de educação superior.” (DECLARAÇÃO DA SORBONNE, 1998).

As universidades ao longo dos séculos vêm construindo vários elementos para criação de seus modelos próprios dentro de determinadas relações políticas, culturais e religiosas; constituindo assim suas autonomias. As universidades sempre foram uma instituição social, uma prática social baseada no reconhecimento público de sua legitimidade e atribuições por isso, a elas são conferidas autonomia perante outras instituições, além de serem regidas por regras e valores internos a elas.

É visível, com efeito, uma reforma da Educação Superior à escala europeia, sem precedentes, em que se destaca, em primeiro lugar, uma grande perda de protagonismo dos estados nacionais, a tal ponto que talvez se possa falar de uma espécie de “desnacionalização” da Educação Superior ou, de outro ponto de vista, de uma decisiva e definitiva “europeização” das universidades e outras escolas superiores, optando por políticas de liberalização e pela necessária harmonização para a emulação e a competitividade, vencendo barreiras e fronteiras tradicionais. (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008, p. 12).

Após a segunda guerra mundial, em 1945, houve a construção de um organismo mediador do entendimento entre diversos países e assim surgiu a Organização das Nações Unidas (ONU). Ao longo da década de 90, houve um aprofundamento da mercantilização da Educação Superior devido à ampliação de espaços privados conquistado pelas lutas da classe trabalhadora. Essa ampliação se realizou através do desenvolvimento de instituições privadas,

a privatização das universidades públicas com cobranças de taxas e mensalidades e as parcerias das mesmas com empresas do setor privado (BANCO MUNDIAL, 1994). O Banco Mundial defendeu a cobrança das taxas de matrículas e mensalidades para os estudantes, além da utilização de verbas privadas advinda de doações de empresas.

Las instituciones a cargo de los programas avanzados de enseñanza e investigación deberían contar con la orientación de representantes de los sectores productivos. La participación de los representantes del sector privado en los consejos de administración de las instituciones de enseñanza superior, públicas y privadas, puede contribuir a asegurar la pertinencia de los programas académicos. (BANCO MUNDIAL, 1994, p. 79).

Em 1997, o BM elaborou um documento chamado *Relatório sobre o desenvolvimento mundial*, defendendo que o Estado era necessário para o desenvolvimento econômico e social. Para o Banco Mundial, a “mundialização, isto é, a integração progressiva dos sistemas econômicos e das sociedades em escala global é um processo complexo que envolve muitos aspectos de nossa existência” (BANCO MUNDIAL, 2002, p. 10). Por isso, a mundialização contribui para a Internacionalização com a expansão dos mercados e, também para a mercadorização da educação com a transformação do conhecimento em força produtiva. E é por esse motivo que chamamos a sociedade do conhecimento, de acordo com Bernheim e Chauí (2008) “novo paradigma econômico e produtivo no qual o fato mais importante deixa de ser a disponibilidade de capital, trabalho, matérias-primas ou energia, passando a ser uso intensivo de conhecimento e informação” (BERNHEIM; CHAUI, 2008). Ainda assim, esses autores enfatizam que:

A vantagem comparativa é determinada cada vez mais pelo uso competitivo do conhecimento e das inovações tecnológicas, tornando-se um pilar da riqueza e do poder das nações, ao mesmo tempo em que encoraja a tendência a tratar o conhecimento como mercadoria sujeita às leis do mercado e aberta à apropriação privada, integrando-se ao capital que começa a depender do conhecimento e tecnologia para a sua acumulação e reprodução. (BERNHEIM; CHAUI, 2008, p. 7).

Assim, nessa nova era da chamada sociedade do conhecimento, os organismos internacionais passaram a ter mais interesse nas universidades. O Banco Mundial (BM) tem sido uma grande influência nas políticas educacionais para o ensino superior no Brasil. Conforme explana Sguissardi (2000):

A simples leitura dos principais documentos publicados pelo BM seria suficiente para verificar-se a profunda influência de seus diagnósticos e orientações sobre a educação superior junto às políticas públicas da maioria dos países [...] Examinando-se as reformas tópicas em curso no Brasil, que vão da legislação (LDB, Decretos,

Portarias Ministeriais, Propostas de Emendas Constitucionais sobre a autonomia, contratos de gestão, projetos de desenvolvimento institucional, etc.) ao financiamento (montantes e percentuais sobre o PIB aplicados em educação superior pelo Fundo Público), passando pela questão da natureza das IES, como já demonstrado por diversos estudos, é inevitável sua associação às diretrizes e recomendações do BM. (SGUISSARDI, 2000, p. 11-12).

Também se pode ressaltar que, na primeira década dos anos 2000, muitas mudanças ocorreram na Educação Superior no Brasil. Alguns decretos e leis foram elaborados, dentro outros como afirma Lima (2011), podendo citar alguns deles tais como: 1) o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), Lei n. 10.861/2004; 2) o Decreto n. 5.205/2004, que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado; 3) a Lei de Inovação Tecnológica, Lei n. 10.973/2004; 4) o Projeto de Lei (PL) n. 3.627/2004, que institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas; 5) a Lei n. 11.741/2008, que trata da reforma da educação profissional e tecnológica; 6) o Projeto de Parceria Público-Privada (PPP), Lei n. 11.079/2004; 7) o Programa Universidade para Todos (PROUNI), Lei n. 11.096/2005; 8) o Projeto de Lei n. 7.200/2006, que trata da Reforma da Educação Superior e se encontra no Congresso Nacional desde junho de 2006; 9) a política de educação superior a distância, especialmente a partir da criação da Universidade Aberta do Brasil, Decretos n. 5.800/2006 e n. 5.622/2005; 10) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Decreto n. 6.096/2007, e o Banco de Professor-Equivalente; 11) o “pacote da autonomia”, lançado em 2010 e composto pela Medida Provisória (MP) n. 495/2010 e pelos Decretos n. 7.232, n. 7.233 e n. 7.234/2010; 12) o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e 13) a MP n. 520/2010 e a Lei n. 12.550/2011, que criaram a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (LIMA, 2011).

O pesquisador Philip G. Altbach (2002) tem construído e desenvolvido materiais que tratam a Internacionalização da educação superior como *commodity*. O autor identifica as universidades como aquelas que buscam o domínio global por interesses comerciais invés de questões políticas. Desse modo, todo o processo de Internacionalização se daria pela busca da lucratividade.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que tem o objetivo de promover melhorias na educação através da instauração de políticas públicas juntamente com o MEC, declara que o ensino superior é de necessário para a economia mundial e do conhecimento já que é através dele que estabelecemos relações internacionais, a fim de disseminar conhecimento, tecnologias e informações. As estratégias nacionais de internacionalização da Educação Superior podem impactar a competitividade nacional, por

meio da captação de iniciativas internacionais de pesquisa, de parcerias, e pode facilitar a mobilidade de estudantes e professores. (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2012, p. 12).

A cooperação do Brasil com a OCDE data do início da década de 1990 quando a OCDE começou a trabalhar com quatro países latino-americanos (incluindo também a Argentina, Chile e México). O Brasil juntou-se ao seu primeiro comitê, o Comitê de Aço em 1996 e tornou-se membro do Centro de Desenvolvimento em 1997. Desde então, a cooperação tem crescido constantemente, e o Brasil é hoje o parceiro-chave mais engajado da Organização⁵. Assim, devido a sua parceria com a OCDE o Brasil passou a se inserir numa comunidade global compartilhando experiências e com vistas ao desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Altbach (2004 *apud* NEVES, 2016, p. 3) enumera sete características de uma universidade de classe mundial, a saber: excelência na pesquisa; liberdade de ensino, pesquisa e extensão; autonomia Acadêmica; infraestrutura adequada; financiamento; cosmopolitismo; diversidade. Thiengo, Bianchetti e Mari (2018, p. 717) dizem que, para ser uma Universidade de Classe Mundial, é preciso ter “alto nível de Internacionalização (para atração de talentos); investimento alto e diversificado; gestão flexível e transferência de tecnologia/interação com o setor produtivo (inovação), entre outras características”.

Sabe-se que na nossa sociedade o sentido da palavra eficiência quando se trata da educação está, muitas vezes, ligado à expansão do capital. É por isso que os organismos internacionais têm um papel importante na avaliação dos resultados das Universidades, o que contribui para a mundialização da economia. O que vem ocorrendo nas Universidades é a relação entre educação superior e a predominância financeira como características da economia globalizada. (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 118).

Existe uma grande preocupação que as universidades brasileiras se alinhem aos modelos de Internacionalização adotados pelos organismos internacionais, cujo um dos objetivos é a mercantilização do conhecimento com o saber voltado para o capital. O que não se deve descuidar é a importância do ensino superior para o país e para o papel da construção social levando em consideração o objetivo maior do ensino, pesquisa e extensão.

⁵ OECD, 2020 - Disponível em: <http://www.oecd.org/latin-america/Active-with-Brazil-Port.pdf>

3.6 Inovação Pedagógica na Educação Superior

Nesta pesquisa, a compreensão de inovação pedagógica perpassa reflexões sobre o processo de ensino-aprendizagem visando melhorias para o mesmo e a transformação socioeducacional e cultural dos envolvidos. Entende-se com Carbonell (2002) que:

Existe uma concepção que é bastante aceita no âmbito educacional, que define inovação como: um conjunto de intervenções, decisões e processos, com certo grau de intencionalidade e sistematização, que trata de modificar atitudes, ideias, culturas, conteúdos, modelos e práticas pedagógicas. (CARBONELL, 2012, p. 19).

Assim, pode-se entender a inovação pedagógica com a quebra de antigos paradigmas da educação bancária, no uso das ideias de Freire (2004). Nesse sentido, a reconfiguração de saberes que acontece nos espaços acadêmicos universitários e interinstitucionais também está aqui referendada, em que inovação é entendida como as mudanças necessárias para romper com o sistema tradicional de ensino construindo uma nova epistemologia.

Pode-se entender, então, inovação como sendo: “toda tentativa visando consciente e deliberadamente introduzir uma mudança no sistema de ensino com a finalidade de melhorá-lo.” (Organização para o comércio e Desenvolvimento Econômico – OCDE apud Cardoso, 1992). A inovação depende da criação de conhecimentos por meio da educação e da ciência. É necessária a construção de políticas inovadoras na universidade, e a Internacionalização e a Cooperação Internacional são formas eficientes de garantir e compartilhar o conhecimento.

Conforme mencionado anteriormente, para que haja inovação é necessário a (re)construção ou revisitação do paradigma educacional vigente a fim de que possibilite a construção do processo de conhecimento, sua organização e funcionamento. (SOUZA, 2006). Para que essa busca seja efetivada, novas concepções de homem e sociedade são necessárias resultando assim, em novas formas de pensar, compreender e valorizar as questões educacionais e pedagógicas. (SOUZA, 2006).

Colaborando neste aspecto, apresentam-se as colocações de Cunha (2003):

As inovações que adivinhamos próximas se materializam pelo reconhecimento de formas alternativas de saberes e experiências, nas quais imbricam objetividade e subjetividade, senso comum e ciência, teoria e prática, cultura e natureza, anulando dicotomias e procurando gerar novos conhecimentos mediante novas práticas. (CUNHA, 2003, p. 150).

A inovação existe e está presente quando o pensamento pedagógico é transformador. (SOUZA, 2008). Ainda assim, nas palavras de Souza (2008, p. 59): “os processos de inovação

envolvem ferramentas que incentivam a criação, a análise, o fluxo de ideias e a oportunidade de aprimoramento das relações interpessoais.”. Cabe ainda ressaltar a opinião do autor Castanho (2001) sobre o processo de inovação em que: “O momento atual está evidenciando a necessidade de profundas transformações sociais, o que implica dizer que toda vida institucional precisa reestruturar-se em vista das profundas mudanças que vêm ocorrendo na organização da vida humana.” (CASTANHO, 2001, p. 76).

Souza (2008), em suas pesquisas, relata alguns aspectos que contribuem para construir práticas pedagógicas inovadoras, dentre eles: a) considerar o conhecimento prévio dos alunos; b) trabalhar a aprendizagem cooperativa, considerando que aprendizagens individuais e coletivas se constroem reciprocamente; c) praticar a metacognição, que se refere a consciência sobre os processos mentais; d) enfatizar a motivação; e) desenvolver autonomia, criticidade e criatividade como atitudes interdependentes que orientam os alunos a tomar decisões; f) reconhecer as relações dialéticas entre pensamento e emoção. (SOUZA, 2008, p. 60).

Quando paramos para pensar no processo de inovação no Brasil, destacam-se as considerações de Garcia (1980) a respeito da contextualização em que o processo tem se desenvolvido. Segundo o autor, existem alguns pontos essenciais, sendo que o primeiro diz respeito à importação da matriz cultural de outros países incorporada na história do nosso País, tentando modernizar o que deu certo em outros lugares. O segundo ponto é que a inovação foi vista como algo que iria mudar completamente o sistema educacional, afetando então muitas pessoas. O terceiro ponto, conforme o autor é a tentativa de institucionalizar e enquadrar a inovação nos procedimentos administrativos. (GARCIA, 1980, p. 11).

Pensar a inovação é algo complexo, principalmente no que tange a inovação pedagógica na educação. Mas não há dúvidas que para a discussão do tema da inovação todos os caminhos devem apontar para a direção de uma educação emancipatória. Como afirma Figueiredo (2005), no dicionário do pensamento marxista, o conceito de emancipação:

Tem a ver com a liberdade em um nível da supressão dos obstáculos à emancipação humana, ou seja, ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas e à criação de uma nova forma de associação digna da condição humana. Dentro da comunidade terá cada indivíduo os meios de cultivar seus dotes e possibilidades em todos os sentidos. (BOTTOMORO, 1997 *apud* FIGUEIREDO, 2005, p. 2).

Assim como para Freire a libertação por meio da educação é um ato de intervenção no mundo e deve estar a serviço das transformações sociais, para o autor a educação jamais pode ser neutra, ela é instrumento da libertação do homem ou é um instrumento da domesticação, seu treinamento para a opressão. (FREIRE, 2001).

Sobre os processos pedagógicos inovadores, Souza (2008) destaca que “estes adotam a perspectiva da complexidade, exigem disciplina, comprometimento e paixão; envolvem instrumentos pedagógicos que incentivam a criação, a análise, o fluxo de ideias e a oportunidade de aprimoramento das relações interpessoais” (SOUZA, 2008, p. 2). Por isso, esta pesquisa prioriza ações inovadoras que possibilitem a integração do “indivíduo e do seu contexto, do ser humano e da natureza, facilitando novas formas de relações entre as pessoas e que passam a caracterizar como seres mais solidários e cooperativos.” (SOUZA, 2006, p. 9).

De acordo com a autora Cunha (2004), existem indicadores que ajudam a caracterizar a inovação pedagógica, sendo alguns deles: a) ruptura com a forma tradicional de ensinar e aprender; b) gestão participativa; c) reconfiguração dos saberes; d) reorganização da relação teoria/prática; e) perspectiva orgânica no processo de concepção, desenvolvimento e avaliação da experiência desenvolvida. (CUNHA, 2004, p. 14).

Em suma, essas características apontam que para que se tenha uma experiência inovadora é necessário romper com a forma tradicional de pensar dando espaço a práticas pedagógicas que englobam a dimensão sócio-histórica do conhecimento.

No que se refere à gestão participativa elucidada sobre a participação de todos os envolvidos no processo, desde o começo até o resultado. A reconfiguração de saberes inclui a diminuição ou até mesmo o desaparecimento das clássicas dualidades, enfatizando a formação integradora do sujeito e a natureza. A reorganização da relação teoria-prática estabelece a dúvida epistemológica, em que a prática tem um enfoque predominante, não significando a aplicação da teoria, mas a sua fonte. E, por fim, necessária perspectiva orgânica no processo de concepção, desenvolvimento e avaliação da experiência desenvolvida, que enfatiza a compreensão que se desenrola por todo o processo do ensinar e aprender.

A inovação pedagógica não envolve somente a inserção da tecnologia, ela vai além dos recursos tecnológicos, “é preciso assumir a inovação como pressuposto orientador da prática educativa.” (PENSIN; NIKOLAI, 2013, p. 35). Para Cunha (2016, p. 92), “muitas vezes a inovação é compreendida como a inclusão de aparatos digitais e tecnológicos nas instituições de ensino. Entretanto, essa é uma forma reducionista de abordar o tema”. Ao se falar em inovação deve se ter em mente, uma nova forma de pensar o novo.

A inovação curricular busca atender as demandas da sociedade, bem como a necessidade de inovação curricular para a Internacionalização do ensino superior (ROCHA, 2016). Questões como currículo Internacional, competências e políticas institucionais sustentam as discussões sobre a educação Internacionalizada. A Internacionalização da

educação superior tem como objetivo a inovação no âmbito educacional exigindo novas práticas de ensino e aprendizagem unindo o local e o global.

4 CICLO DE POLÍTICAS NOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL NO CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO, UNIPAMPA

Neste capítulo é apresentada os resultados da análise (metatexto) desta pesquisa, em três principais subcapítulos de acordo com o Ciclo de Políticas de Ball e colaboradores (2006): 4.1 Conhecendo o contexto da influência da política pesquisada, mostrando resumidamente algumas influências nas leis que amparam os acordos de cooperação; 4.2 Discutindo o contexto do Texto da Política dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional, que retrata a análise dos documentos da Unipampa: Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 – 2023), Regimento Geral e Plano Institucional de Internacionalização e 4.3 Refletindo o Contexto da Prática da Política nos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional: olhares dos sujeitos, retratando então o ponto de vista dos sujeitos entrevistados.

Para melhor visualização, o último subcapítulo também foi dividido em outros dois: 4.3.1 Dificuldades na implementação dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional na Unipampa, discutindo assim, as principais dificuldades elencadas pelos participantes e 4.3.2 Perspectivas e potencialidades de inovação nos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional na Unipampa, sendo apontado pelos participantes algumas possíveis ferramentas/instrumentos de inovação que devem estar presentes nos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional.

4.1 Conhecendo o contexto da influência da política pesquisada

Como já foi discutida previamente, a abordagem do Ciclo de Políticas de Ball (2006) vem sendo cada vez mais utilizada no Brasil para abordar e discutir a temática de políticas educacionais. Nessa parte da análise será abordado um dos contextos principais no Ciclo de políticas: **Contexto da Influência da Política.**

Nesse contexto referido é onde tudo se inicia e as políticas são debatidas e construídas. No âmbito da Universidade Federal do Pampa, que é uma instituição pública de ensino superior, existiram vários movimentos para que a mesma fosse implantada. De acordo com o documento “Critérios e parâmetros para a criação de novos Campi e novas universidades” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2017), reuniram-se os representantes das novas universidades da Andifes, pois entendiam que: “há (havia) uma legítima reivindicação por expansão do ensino público superior no país, resultante de uma demanda suprimida de grandes faixas da população por ensino superior de qualidade.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2017, p. 1).

A Andifes é a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior, criada em 23 de maio de 1989, que representa oficialmente as universidades federais e suas interlocuções com o governo federal, associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e a sociedade em geral. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR, 2008). A Andifes é constituída pelas universidades federais e pelas instituições de ensino superior representada por seus reitores e dirigentes, sendo que a Unipampa integra essa Associação.

A criação da Unipampa, no ano de 2008, deu-se no governo do ex-presidente Inácio Lula da Silva com o objetivo da expansão das universidades e também para fortalecer o desenvolvimento regional. De acordo com os estudos de Gentil e Lacerda (2017), o processo de criação da Unipampa teve significativa influência política movendo ações governamentais em favor da fronteira sul e deixando evidente a importância das políticas públicas propostas pelo governo federal como forma de contribuir significativamente para expansão, interiorização e democratização do acesso ao Ensino Superior. Também devemos levar em consideração a influência do contexto regional e local, onde se tem o interesse de determinados grupos de pessoas que procuram satisfazer seus propósitos mais específicos, utilizando assim da influência favorável para propor ações e medidas para o surgimento de novas políticas. Como mencionada pelas autoras Gentil e Lacerda (2017):

A Unipampa nasce de uma grande mobilização regional, e que conduzida por lideranças políticas locais e pelo momento político que trilhava a expansão da educação superior, reivindicava a criação de uma instituição de educação superior pública, que atendesse as demandas de formação profissional local e fosse propulsora de novos caminhos de desenvolvimento regional. (GENTIL; LACERDA, 2017, p. 6).

Assim sendo, foi pelos interesses políticos dos representantes das regiões que iniciou a expansão e criação das Universidades no Pampa. Santos (2011) afirma que os atores políticos representam determinados grupos ou organizações cujos interesses podem ser afetados, positiva ou negativamente, pelo rumo de determinada política pública. Em Santana do Livramento se torna ainda mais evidente a necessidade da criação da universidade, principalmente pela influência da cidade vizinha Rivera no Uruguai. Esse espaço de fronteira entre Santana do Livramento e Rivera proporcionou uma história conjunta entre esses países vizinhos, onde a delimitação indeterminada gerou intercâmbios econômicos e culturais definindo uma hibridez de nacionalidades. Como já foi mencionada, a Unipampa foi estabelecida em regiões onde havia problemas estruturais e socioeconômicos, e, com isso,

foram escolhidos determinados cursos em consonância com a carência de cada região. Por isso, os interesses políticos dos representantes das regiões e toda a manifestação em prol de novas atividades que poderiam influenciar e transformar a economia regional e local na fronteira sul, tiveram um importante papel ao influenciar a criação da nova universidade e de seus *campi*.

Em 28 de julho de 2005, chega a Bagé a possibilidade de efetivar-se uma instituição pública de ensino superior, anunciada pelas palavras do próprio Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, que, perante uma platéia composta de lideranças e moradores de várias cidades da região da Campanha, comprometeu-se em encaminhar ao Congresso Nacional o projeto de lei de criação da Universidade Federal do Pampa. (GENTIL; LACERDA, 2017, p. 7).

A expansão e criação das universidades ocasiona um aumento no fluxo econômico da região além da grande mobilização de recursos humanos e financeiros que acabam por impactar na economia local e regional. Por isso, a instalação de universidades em cidades pequenas acaba por retomar o crescimento e o desenvolvimento social, econômico e político dessas regiões ao influenciar na renda e oferta de empregos devido ao investimento do dinheiro público para o desenvolvimento das mesmas.

Schneider (2002) analisa a universidade como um atrativo de grande importância para o surgimento de novas atividades e investimentos nos municípios onde as mesmas são instaladas, devido ao volume considerável de recursos injetados, seja através do salário dos docentes e dos técnico-administrativos seja através do consumo efetuado pelos estudantes, o que desencadeia um efeito multiplicador para a economia do município.

Menciona-se que no Contexto da Influência da Política diversos grupos se posicionam de modo a explicitar seus interesses e assim influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. (MAINARDES, 2006). Assim, nesse contexto é essencial pontuar a influência das universidades e as representações de grupos como as entidades e organismos internacionais. Toda a articulação desses grupos permite que sejam elaboradas as políticas públicas e diversas ações educacionais e políticas como os Acordos de Cooperação. Assim de acordo com Oliveira (2014):

Além da influência local, em torno dos grupos que estão no poder (sociedade política) e dos grupos da sociedade civil organizada, podem ser constatadas, ainda, influências do macro contexto social, isto é, as delimitações internacionais e nacionais que, através de agências multilaterais ou de governos, interferem nos processos educacionais e sociais como um todo. (BALL, 1992 *apud* OLIVEIRA 2014, p. 44).

Ao analisar as influências locais, tem-se, então, a criação e expansão das universidades na região. Nesse sentido, nesta pesquisa, foram realizadas análises de entrevistas com sujeitos que estavam nos cargos de direção do campus Santana do Livramento, da Unipampa, e também dos coordenadores da Daeinter, atuantes na formulação de políticas públicas desde a criação da Universidade até o presente momento, que serão apresentadas na sequência.

O processo de elaboração dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional conta com a participação das universidades e instituições internacionais locais, onde diversas reuniões foram conduzidas de modo a se chegar a uma parceria. Assim, o reflexo das ações de um acordo de Cooperação local, nesse caso específico, falando de parcerias entre Brasil e Uruguai vai acabar resultando em outras ações regionais e internacionais.

Após a lei de criação da Universidade, com a nomeação da reitoria “pró-tempore” que começaram a se discutir e elaborar toda a documentação da mesma. Durante a análise dos documentos, foi possível identificar que o planejamento e construção das normativas, como por exemplo, o Estatuto da Unipampa e o Regimento Geral, foram realizados de forma coletiva e democrática com a participação de todos os *campi* universitários. A organização da Unipampa como está hoje passou por inúmeras modificações para se tornar essa instituição. Foi um processo lento que incluiu muitas reflexões, discussões e avaliações por parte de muitos servidores e grupos de trabalho.

De acordo com o PDI 2009-2013, para a construção do mesmo foi criada uma comissão de implantação da Unipampa com o objetivo de construir os primeiros passos para elaboração da identidade dessa nova universidade.

Assim, como mencionado anteriormente, a elaboração dos documentos que orientam e regem a Universidade foi composto por três eventos: *Seminário de Desenvolvimento Profissional: pedagogia universitária*, que foi o primeiro evento realizado com público-alvo a participação dos docentes, tinha o objetivo de discutir a construção do projeto político-pedagógico e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Como consta no próprio PDI de 2009-2013: “A atividade culminante do Seminário foi a elaboração do “perfil do egresso” que será a base do projeto de formação Acadêmica da Universidade.” Também ocorreu o *Seminário de Desenvolvimento Profissional: construindo a identidade da Unipampa*, esse segundo evento contou também com a participação dos servidores técnico-administrativos e tinha o objetivo de coletivamente construir e discutir ideias para a identidade da Unipampa. Já o terceiro evento: *II Seminário de Desenvolvimento profissional: pedagogia universitária*, contou com a participação de todos os dirigentes e docentes da Unipampa e teve como

objetivo “iniciar a capacitação dos docentes para o planejamento dos cursos e disciplinas, visando a alcançar o perfil do egresso adotado pela Unipampa”. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, 2009, p. 5).

Ainda de acordo com o PDI:

A gestão, em todas as suas instâncias, deverá promover a Cooperação interinstitucional e a aproximação com os atores locais e regionais, visando à constituição de espaços permanentes de diálogo voltados para o desenvolvimento regional, implicando, este, em mudanças estruturais integradas a um processo permanente de progresso do território, da comunidade e dos indivíduos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, p. 8).

Ademais, de acordo com o próprio documento, a Instituição não tinha uma concepção de projeto inovador e os primeiros cursos foram cursos tradicionais com os PPCs semelhantes a outras instituições.

No âmbito do Contexto da Influência da Política também foram analisados alguns documentos internacionais formulados através de discussões pela UNESCO que focalizam o ensino superior. As políticas internacionais também influenciam direta e indiretamente na formação educacional no ensino superior e no modo como são implementados os Acordos internacionais. Os organismos internacionais defendem que a educação, sobretudo a educação superior, deve ser a propulsora da nova forma de organização social. O Banco Mundial teve forte influência, já que o mesmo possui importantes atuações nas políticas públicas Brasileiras. De acordo com o Banco Mundial (BM) (1999), o saber se transformou no mais importante fator do desenvolvimento econômico. Os desafios enfrentados pelo Brasil em relação à educação superior ainda hoje são grandes. Para o Banco Mundial (1999), é de extrema necessidade que os países transformem suas instituições de ensino superior em universidades de Classe Mundial. A transformação das instituições de nível superior em universidades de Classe Mundial acarreta em significantes resultados o que vai gerar uma demanda e procura pelo mercado de trabalho, pelas pesquisas e pelas contribuições de cunho tecnológicas. Para o BM (1999, p. 37), para que essas características possam existir são necessários vários aspectos considerados fundamentais, tais como: professores altamente qualificados; pesquisas de ponta; ensino de qualidade; importantes fontes de financiamento público e privado; estudantes muito bem dotados de inteligência; existência de estudantes internacionais de alto nível; liberdade Acadêmica que implica estruturas autônomas e de governança bem definidas e de infraestruturas bem equipadas para o ensino e a pesquisa.

Tendo como referência os estudos de Ball (1994); Bowe, Ball e Gold (1992); Mainardes (2006), assume-se que a influência Internacional no processo de formulação de políticas nacionais se faz sentir basicamente pela circulação Internacional de ideias e pelo patrocínio e imposição de algumas soluções oferecidas e recomendadas por organismos internacionais, tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a OCDE e a UNESCO. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) também atua na formulação de políticas públicas, como consta em um de seus documentos denominado: “A Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem” (1990), que foca no acesso da construção de uma educação básica para todos.

Assim, constata-se a influência, por exemplo, da Conferência Mundial de Educação para, de Jomtien em 1990, convocada e organizada pela UNESCO, onde resultou o documento citado anteriormente. A conferência foi realizada na cidade de Jomtien, na Tailândia e contou com o apoio de diversas organizações governamentais e não governamentais. Com esse documento, os países foram incentivados a elaborar planos que contemplassem a educação e que as diretrizes da declaração fossem contempladas. É preciso levar em consideração a importância do ensino básico para fortalecer os níveis superiores da educação e a formação científica e tecnológica das universidades. Também se considera as articulações e alianças consolidadas entre os países a fim de proporcionar um ensino de qualidade, sendo o ensino a chave para o crescimento econômico e social resultando na Cooperação Internacional.

Ainda, cita-se outra importante conferência para o ensino superior “Segunda Conferência Mundial da Educação Superior”, que ocorreu em 2009, em Paris, na sede da UNESCO. Essa conferência tratava sobre “As novas dinâmicas do Ensino Superior e pesquisas para as mudanças e o desenvolvimento social”, reafirmando mais uma vez a importância da Cooperação Internacional e seus fundamentos baseados na solidariedade e respeito mútuo. Esse documento em questão apresenta a Cooperação Internacional como uma importante chave para o desenvolvimento das instituições de educação superior, impulsionando para o compartilhamento de conhecimentos além das fronteiras e buscando soluções conjuntas para a construção do saber.

Além de todas essas considerações feitas, é importante contextualizar o momento em que está sendo realizada esta pesquisa e a influência que o atual cenário reflete como um todo nos aspectos educacionais dentro de uma universidade.

Vive-se em meio à pandemia causada pela Covid-19. No Brasil, o ano de 2020 foi marcado pelo Sars-CoV-2, o novo coronavírus. No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a doença causada pelo coronavírus - Covid-19 uma pandemia. A pandemia não trouxe apenas mortes, mas pânico e medo para todos os lugares do mundo. Em função disso, toda a comunidade Internacional, incluindo o Brasil, vem tomando medidas preventivas como o distanciamento social, o isolamento, o uso de máscaras e luvas, além de tratar as pessoas que se contaminaram com o vírus. Porém, para a superação da pandemia o desenvolvimento da vacina e sua distribuição para toda a comunidade é extremamente necessário e urgente. Os impactos da pandemia no mundo ainda não foram mensurados, mas sabe-se que se estende em todos os âmbitos, principalmente na economia e na educação do país.

A necessidade de buscar novas maneiras de lidar com as coisas tem se tornado uma questão crucial de adaptabilidade e tem exigido cada vez mais que se pense em diversos contextos onde as pessoas precisarão se adaptar frente à situação atual de pandemia. No atual contexto pandêmico de Covid-19, a Cooperação Internacional ressurgiu com maior relevância do que anteriormente tendo em vista que os países necessitam se unirem no combate a este vírus que tem impactado mundialmente em diversos fatores da vida em todos os aspectos. Pensar em modos de enfrentar a Covid-19 resulta também em pensar na situação pós-pandemia e em como o cenário Internacional vai estar afetado e quais medidas deverão ser seguidas para a redução do impacto econômico, cultural e socioeducacional do país.

No mês de março de 2020, a Universidade Federal do Pampa – Unipampa, assim como outras instituições, suspenderam todas as suas atividades Acadêmicas e administrativas devido à pandemia da Covid-19. Assim que foi anunciada a situação de pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a reitoria da Unipampa criou o Comitê de Monitoramento do Coronavírus⁶ para acompanhar a evolução e os impactos da pandemia e propor ações que contribuíssem no enfrentamento à Covid-19. Também foi anunciado o Grupo de Trabalho⁷ para elaboração de protocolos de retorno, para quando voltarem às atividades Acadêmicas e administrativas presenciais contando com orientações para um retorno seguro.

No que se refere à Internacionalização da educação na Unipampa, algumas ações continuaram na pandemia mesmo que de forma *online*, como por exemplo, o intercâmbio

⁶ Portaria nº 869/2020 disponível em: <https://sites.Unipampa.edu.br/coronavirus/files/2020/04/portaria-comite.pdf>

⁷ Portaria nº 1416/2020 disponível em: <https://sites.Unipampa.edu.br/coronavirus/files/2020/07/portaria-gt-protocolo-retorno.pdf>

virtual da Colômbia para o ano de 2021 com a *Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia*, que está oferecendo o intercâmbio virtual em nível de graduação e pós-graduação. Também cabe destacar o Projeto Online “Ponte Chinesa”, no qual a Universidade Normal de Hebei oferece aos estudantes brasileiros a oportunidade de aprender chinês online. Assim como a mobilidade virtual na *Universidad de Mendonza*, uma instituição de Ensino Superior na Argentina, que tem parceria com a Unipampa, que teve uma oferta curricular para alunos cursarem um semestre no ano de 2020.

Várias ações e projetos, como diversas palestras, no formato online e remoto, foram organizadas e implementadas na Unipampa com o intuito de continuar as atividades pedagógicas.

Devido ao rápido processo de contaminação da Covid-19 e a velocidade com que o vírus se espalha, governos do mundo todo tiveram que aderir às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), adotando medidas emergenciais ao combate do coronavírus. Em meio ao caos, os fluxos comerciais nacionais e internacionais foram seriamente afetados pela pandemia. Em um documento publicado no dia 23 de abril de 2020, a Organização Mundial do Comércio (OMC) apresentou os efeitos da pandemia relacionados ao comércio e também as medidas adotadas pelos países.

A pandemia da Covid-19 apresenta ao mundo um desafio sem precedentes à saúde pública. Medidas para conter a propagação da doença fecharam grandes áreas da economia mundial. A demanda mundial por produtos médicos para combater a pandemia é sem precedentes. Todos os países dependem do comércio Internacional e das cadeias globais de valor para adquirir esses produtos. Isso é desafiador à luz das interrupções em andamento no transporte Internacional, particularmente na carga aérea, que geralmente acompanha as viagens de passageiros. (OMC, 2020) Ainda assim, apesar de todos os efeitos da pandemia surgem demandas visando novos Acordos internacionais nas mais variadas áreas, principalmente na saúde. As organizações internacionais passam a ressaltar a importância dos Acordos internacionais no momento em que vivemos para a superação dos desafios e para que o fluxo Internacional continue circulando. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tem monitorado os impactos da pandemia e do isolamento forçado nas diversas dimensões da economia, com destaque para os países da OCDE.

Ademais, entre todos os impactos causados pela pandemia, o isolamento social ocasionou diversas mudanças na educação no Brasil; conseqüentemente diversas ações de ensino tiveram que ser ajustadas nas instituições de ensino superior e universidades para que

as atividades não fossem suspensas por tempo indeterminado. As aulas tornaram-se *online* usando diversas plataformas e, com isso, a busca por novas ferramentas de estudo e trabalho para contribuir com as práticas de estudos. Uma estratégia que foi potencializada para este contexto na Unipampa foi a adoção das Atividades de Ensino Remoto Emergenciais – AERES.⁸ De acordo com as diretrizes do documento, as AEREs “são atividades pedagógicas não presenciais, síncronas e assíncronas, desenvolvidas para garantir o atendimento aos discentes com o uso de tecnologias de apoio à aprendizagem durante o período de pandemia.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2020, p. 1)

A UNESCO publicou um documento, no dia 06 de abril de 2020, chamado “*Covid-19 y educación superior: de los efectos inmediatos al día después*”⁹, contendo informações e diretrizes acerca dos efeitos da Covid-19 na Educação Superior.

Em relação às instituições de Ensino superior foi necessário um preparo de toda a comunidade para se adaptar às aulas em formato remoto, inclusive aquelas que já estavam familiarizadas com essa modalidade tiveram que pedir auxílio externo. O fato é que apesar de todos se adaptarem a essa realidade não se imaginava quanto tempo ainda se levaria nessa situação pandêmica. O relatório também faz uma crítica ao governo federal brasileiro pelo descaso dado às instituições educacionais, com poucas recomendações, alegando que as mesmas possuem autonomia. O que deve se levar em consideração é que toda essa crise global provocou importante reflexão em todos os setores educacionais ao pensar em novas formas de ensinar, possibilitando inovar com uso de recursos digitais e plataformas para a continuidade das atividades pedagógicas.

A pandemia causada pela Covid-19 deixou claro que estamos em um mundo cada vez mais conectado e as relações existentes entre o local e o global se tornam mais interdependentes por conta da globalização. No contexto da Internacionalização da educação superior, a pandemia reforçou uma tendência que já vinha se mostrando uma realidade, qual seja a de que a mobilidade física é para poucos, mas a mobilidade virtual pode ser para muitos. (HILDEBLANDO JÚNIOR; FINARDI, 2018).

Nesse contexto pandêmico, pensar na Cooperação Acadêmica como um meio de garantir o apoio necessário em outras instituições no e fora do Brasil, é preciso mais do que nunca fortalecer as relações interinstitucionais com o objetivo de cada vez mais melhorar a qualidade do ensino, pensado sempre no tripé ensino, pesquisa e extensão.

⁸ As AEREs estão disponíveis na Norma Operacional nº 4/2020: https://sites.Unipampa.edu.br/prograd/files/2020/08/norma-operacional-n-o-4-2020_diretrizes-operacionais-para-oferta-das-atividades-de-ensino-remoto-emergenciais.pdf

⁹ Disponível em: <http://www.iesalc.unesco.org/wp-content/uploads/2020/04/COVID-19-060420-ES-2.pdf>

De acordo com o Plano de Internacionalização da Unipampa (2019):

Como ações concretas, buscar-se-á incentivar a participação em programas de colaboração Internacional em redes de pesquisa internacionais e viabilizar programas e projetos de Cooperação técnico-científica e intercâmbio de docentes no País e no exterior, por meio de parcerias com programas de pós-graduação nacionais e internacionais. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, PLANO INSTITUCIONAL DE INTERNACIONALIZAÇÃO, 2019, p. 12).

Para consolidar novas formas de Cooperação Internacional é relevante o entendimento sobre as relações interinstitucionais, garantindo assim uma maior qualidade nos projetos de investigação e Cooperação para o desenvolvimento. A Cooperação precisa ir além de maior envolvimento da comunidade e aprofundamento das relações, mas em uma Cooperação baseada na reciprocidade. A identificação de ações conjuntas, que elevam as parcerias entre duas instituições, que aproximam as suas comunidades onde ambas colhem resultados concretos no âmbito da integração, do reconhecimento e do respeito mútuos, poderão contribuir para que outras instituições, que se encontram em fase da busca pela Internacionalização de suas estruturas Acadêmicas, reflitam sobre os melhores caminhos de se chegar ao panorama Internacional. (STALLIVIERI, 2014, p. 5).

Segundo informações obtidas na Diretoria de Assuntos Estratégicos e de Relações Institucionais e Internacionais (Daeinter)¹⁰, os convênios internacionais firmados pela Unipampa, até o ano de 2019, incluía 22 Acordos de Cooperação principalmente com os países da Argentina, Portugal e Uruguai. Isso se deve ao fato dos *campi* de Jaguarão e Santana do Livramento fazerem fronteiras com os países vizinhos, possibilitando essa integração. De acordo com Stallivieri:

Integração, aqui, é vista como uma ação para diminuir barreiras entre nações e povos, aprimorando o desenvolvimento científico, tecnológico, social e cultural, através da Cooperação e da capacitação em setores específicos, com a obtenção de melhores resultados. Integração, portanto, não pode ser entendida apenas como incorporação, substituição ou introdução. (STALLIVIERI, 2014, p. 18).

Assim, a Cooperação Internacional toma o sentido de cada vez mais as universidades buscarem novas maneiras de compartilhar conhecimento e socializar com países distintos.

O ano de 2020 foi um ano atípico devido a pandemia da Covid-19, com a suspensão das atividades Acadêmicas e administrativas, o cenário da Internacionalização pode ter sofrido algumas consequências, principalmente no âmbito da Cooperação Acadêmica

¹⁰ Disponível em: https://sites.Unipampa.edu.br/Daeinter/files/2019/12/convenios-internacionais-da-Unipampa_dez_19-todos.pdf

universitária. Por exemplo, de acordo com a Daeinter (2020), no ano de 2020, apenas dois Acordos foram celebrados com a Unipampa.

Os dois Acordos, firmados e assinados no ano de 2020, são com a Universidade de Valência na Espanha, sendo que o Acordo específico para a co-tutela de um doutorando da Unipampa e o tempo de duração dependerá do tempo do doutorado do estudante. Já o Acordo com a Universidade de La Republica – UdelaR, é um Acordo específico para Cooperação Acadêmica para estudantes da Pós-graduação em Relações Internacionais e a vigência é até 2025.

Assim, apesar dos poucos Acordos firmados na instituição no ano de 2020, importante entender a Cooperação Internacional como uma ferramenta para combater o coronavírus, já que com ela diversos países se aproximaram e estreitaram suas relações numa rede de Cooperação mútua e solidária. A Cooperação sem dúvida é uma grande aliada entre os países para troca de conhecimentos e experiências, além de promover a tríplice que sustenta as universidades: o ensino, a pesquisa e a extensão.

No dia 06 de abril de 2021, a Daeinter divulgou em sua página oficial¹¹ uma notícia acerca do Programa de Mobilidade Virtual Internacional, proposto pela Andifes. O edital da primeira edição do Programa conta com a oferta de cursos gratuitos com duração de seis semanas. A Unipampa será uma das universidades que irá se inscrever para participar do programa. Segundo o professor Waldenor Barros (2021) coordenador do Conselho de Gestores de Relações Internacionais das IFES: “Os cursos serão todos de curta duração – seis semanas, oferecidos virtualmente pelas universidades federais brasileiras para seus alunos, com 30% das vagas, e para os nossos parceiros internacionais 70% das vagas. Os cursos devem ser ofertados em inglês, francês, espanhol ou em qualquer outro idioma em que os professores sejam aptos e fluentes”.

A Universidade de Manizales na Colômbia também está ofertando vagas para intercâmbio virtual para os estudantes da Unipampa. E a Unipampa está oferecendo cursos de português para estrangeiros como língua adicional em contexto de imersão com carga horária de 30h e certificação.

A pandemia não conhece fronteiras, ela se espalha e afeta cada região de modo diferente. Em momentos de incertezas, as universidades precisam descobrir novas maneiras de conceber a educação, e como uma solução temporária que entraram as AEREs. A mudança no formato das aulas presenciais para as salas de aula online aponta que existem muitos

¹¹ Disponível em: https://unipampa.edu.br/portal/sites/default/files/documentos/edital_134-2021_edital_de_programa_de_mobilidade_virtual_internacional_andifes_-_destino_brasil.pdf

problemas que podem ser melhorados na questão do ensino, para se ter um significado transformador é necessário inovar e ressignificar as práticas educativas; e a Internacionalização tem seu papel fundamental durante esse processo.

Além disso, é um momento de profunda imprevisibilidade, pois, até o momento, não há certeza de quanto tempo a pandemia ainda irá durar. Se por um lado, a pandemia da Covid-19 trouxe inúmeras incertezas, com o fechamento temporário das universidades afetando muitos estudantes e o fluxo de intercâmbios e migrações de estudantes estrangeiros sendo reduzido ou até mesmo interrompido. Por outro lado, ela fortaleceu os laços das relações de Cooperação Internacional e proporcionou que os países vizinhos se juntassem na busca de soluções para combater o vírus.

A pandemia da Covid-19 é uma crise de saúde de proporção global que também afetará o cenário da educação como um todo. As universidades e seus espaços não serão os mesmos após essa crise, as mudanças que ocorreram durante esse período já estão abrindo espaços para um novo pensar na formação educacional.

4.2 Discutindo o Contexto do Texto da Política dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional¹²

Neste espaço, apresenta-se o Contexto do Texto da Política, que, conforme Ball e Bowe (1992) esse contexto da política é caracterizado e pode ser assim dito, como a política “de fato”, ou seja, constitui-se por textos políticos que irão amparar as políticas propostas e garantir que as mesmas sejam colocadas em prática.

No Contexto do Texto da Política tem-se a análise dos documentos legais que permeiam e caracterizam o processo de implementação dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional na Universidade Federal do Pampa - Unipampa, especificamente no Campus Santana do Livramento.

Os documentos analisados foram três: o Plano de Desenvolvimento Institucional da Unipampa (PDI), o Plano Institucional de Internacionalização da Unipampa (PII) e o Regimento Geral da Unipampa.

¹² A escrita deste subcapítulo está publicada no artigo intitulado “Contexto do Texto da Produção da Política dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional de uma Universidade Federal”, *Research, Society and Development*, v. 10, n. 9, e43610918292, 2021. Disponível em <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18292>

A análise foi feita a partir da Análise Textual Discursiva (ATD) e da categorização e unitarização dos elementos: Cooperação Acadêmica Internacional, Internacionalização e inovação pedagógica, presentes nos documentos.

Observa-se que na análise dos documentos legais se encontram também relacionados os outros contextos, desde a formulação dos mesmos, o próprio texto, bem como sua aplicação e recriação no contexto da Unipampa. Como já foi mencionado, o Ciclo de Políticas não está estabelecido por etapas individuais e lineares e sim, por um ciclo onde todos os contextos se inter-relacionam e dialogam.

Os documentos legais da Unipampa que apresentam os elementos específicos para a análise podem ou não ser interpretados da maneira correta, ou seja, os autores dos textos não podem ter controle sobre o significado serão atribuídos aos seus textos, e isso leva à interpretação do contexto da prática.

Para isto será necessário identificar os tipos de Acordos e Cooperação Acadêmica Internacional firmados com a Unipampa. Como suporte para a investigação se faz necessário buscar informações no Plano Institucional de Internacionalização da Unipampa, no Regimento Geral e no Plano de Desenvolvimento Institucional vigente.

O Plano de Desenvolvimento Institucional vigente permite visualizar que toda a comunidade Acadêmica deve integrar e se beneficiar das políticas de Internacionalização. Historicamente, a Unipampa tem diversificado o foco de práticas de Internacionalização, focando não somente nas oportunidades de mobilidade. Da mesma forma que são distintos os programas de mobilidade, no recebimento de estrangeiros e envio de acadêmicos, a Universidade tem, da mesma forma, integrado suas práticas de ensino, extensão e pesquisa e gestão para além das fronteiras do Estado-nação. Ressalta-se o crescente protagonismo da Universidade na ampliação e qualificação da promoção de novos convênios bilaterais e multilaterais e na consolidação daqueles já realizados, a exemplo do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, a Associação de Universidades de Língua Portuguesa e do Fórum dos Assessores das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais - Faubai.

O Regimento Geral da Unipampa é um documento que vai orientar o funcionamento da Instituição. Como observado em seu artigo 1º: “O presente Regimento disciplina a organização e o funcionamento da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), bem como estabelece a dinâmica das atividades Acadêmicas e administrativas e das relações entre os órgãos da Instituição”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2010, p. 4).

Segundo o Plano Institucional de Internacionalização, são seus princípios: 3.1. Dignidade da Pessoa Humana; 3.2. Prevalência dos Direitos Humanos; 3.3. Defesa da paz;

3.4. Integração entre os povos; 3.5. Harmonia e reciprocidade nas relações entre instituições; 3.6. Desenvolvimento de regiões e países; 3.7. Transversalidade nas distintas competências educacionais e de gestão; 3.8. Oportunidades inclusivas e igualitárias; 3.9. Práticas de protagonismo e proatividade institucional.

Ressalta-se a localização privilegiada da Universidade que, por estar situada em uma larga zona de fronteira com o Uruguai e a Argentina, tem na participação de estrangeiros em seus cursos uma presença que não pode ser ignorada. Tal presença é estimulada com programas específicos de ingresso de alunos fronteiriços, ou seja, aqueles que residem em cidades gêmeas com as brasileiras onde há unidades da Unipampa. Cita-se Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, Uruguiana e Itaqui. Uma das grandes ações que envolvem o ensino de graduação na atualidade envolve a possibilidade de dupla titulação, além da mobilidade Acadêmica em ambas direções. A dupla titulação envolve, necessariamente, estudos e ações na busca de flexibilizar e compatibilizar os currículos, políticas multilíngues e alinhamentos interinstitucionais, a fim de propiciar ambos certificados. O Plano de Desenvolvimento Institucional prevê o apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias, bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e Internacional.

Como já foi mencionada, a Unipampa por meio de associações promove ações que fomentam a Internacionalização da Educação Superior como forma de desenvolver a Cooperação Acadêmica. São elas a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), ONG Internacional que promove a Cooperação e troca de informação entre Universidades e Institutos Superiores. São mais de 140 (cento e quarenta) membros dos oito países de língua oficial portuguesa - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor - e Macau. A Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI) - criada em 1988, reúne mais de 180 (cento e oitenta) gestores ou responsáveis por assuntos internacionais e promove a integração e a capacitação dos gestores da área e o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) - uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter acadêmico, científico e cultural, composta por 77 instituições brasileiras de Educação Superior. Atualmente, a Unipampa coopera com aproximadamente 30 instituições, objetivando: intercâmbio de discentes, docentes e técnicos e Cooperação técnica e científica.

No tocante a mobilidade Acadêmica Internacional da Unipampa, cabe ressaltar que desde o ano de 2011 a instituição já enviou 271 alunos para fora do País através dessa

modalidade, além de receber diversos alunos de instituições estrangeiras pela participação em programas e convênios, conforme o Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 – Programas e convênios de mobilidade Acadêmica

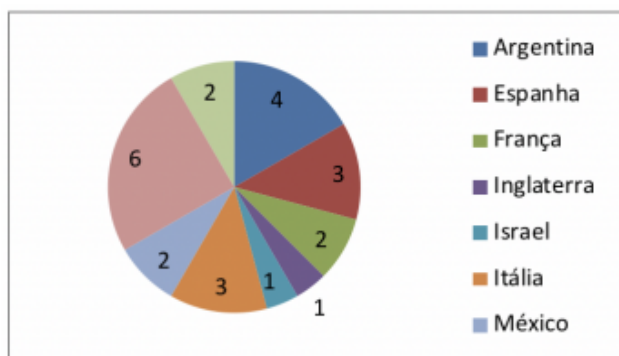
Programa	Graduação
Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)	211
Programa Brasil-México (BRAMEX-GCUB)	5
Programa Brasil Colômbia (BRACOL-GCUB)	13
Programa Capes-Brafitec	15
Programa Santander de Bolsas Ibero-Americanas	23
Convênio Internacional	4

Fonte: Universidade Federal do Pampa – PII - (2014 - 2018).

O Quadro 3 retrata que por meio dos programas GCUB e do Santander de Bolsas Ibero-Americanas, a Universidade recebeu alunos de graduação para cursarem um período de mobilidade ou a pós-graduação completa. Além do Programa Estudante-Convênio (PEC-G), do Ministério de Relações Exteriores, permitindo a participação de acadêmicos para cursarem a graduação completa.

Sobre a Cooperação Internacional, de acordo com o documento Plano Institucional de Internacionalização, a Unipampa firmou Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional com 24 instituições estrangeiras. Conforme figura abaixo, observa-se o número de instituições por cada país.

Figura 6 – IES em cada país firmados os Acordos



Fonte: Universidade Federal do Pampa – PII - (2018).

A figura 6 mostra que a universidade também conta com outros tipos de políticas que visam a Internacionalização, como o processo seletivo para Fronteiriços. Essa ferramenta de fomento de integração entre Brasil e Uruguai, engloba o ingresso de estudantes de nacionalidade Uruguiaia e Argentina nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa – nos *campi* de Jaguarão e Santana do Livramento. Ademais, também existem outras ações como as políticas linguísticas voltadas aos estudantes que queiram cursar outros idiomas. Essas ações são desenvolvidas pelo Programa Idioma sem Fronteiras e o Centro de Línguas.

De acordo com a página da própria Universidade, o Programa tem como objetivo promover ações com vistas à Internacionalização do ensino superior brasileiro. O Programa é voltado para professores e alunos das instituições públicas de ensino superior, que têm acesso a diversos cursos de idiomas (presenciais e a distância) e a teste de proficiência gratuito. Já o Centro de Línguas é um projeto de extensão destinado a oferecer cursos de línguas estrangeiras à comunidade das regiões de Jaguarão e Rio Branco, no Uruguai.

Além disso, é interessante ressaltar que fora as ações e programas de Cooperação Internacional existentes na instituição, há também o evento Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unipampa (SIEPE) promovendo a Cooperação Acadêmica Internacional. É um evento que conta com a parceria de instituições Uruguaias. Na Universidade Federal do Pampa, a Diretoria de Assuntos Estratégicos e de Relações Institucionais e Internacionais (Daeinter) é o setor que é responsável pela parte da Internacionalização e Acordos entre as instituições de educação superior. De acordo com a Universidade, a Daeinter é um:

[...] órgão diretamente ligado à Reitoria da Unipampa, apresenta-se como instrumento de articulação, promoção e administração da Cooperação da Universidade com outras instituições de ensino, entes representativos de Estados como Consulados e Embaixadas, organismos internacionais governamentais e não governamentais. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, DAEINTER, 2020).

O órgão está situado na cidade de Bagé, no campus da Reitoria, mas, atualmente o setor tem uma secretaria no campus Santana do Livramento, *lócus* do estudo e da pesquisadora. De acordo as informações do site da Daeinter/Unipampa, existem alguns Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional vigentes, como ser visto no quadro abaixo.

Quadro 4 – Acordos vigentes na Unipampa

País	Partícipe	Prazo de validade
Argentina	<i>Universidad de Mendonza</i>	01/10/2020
Argentina	<i>Universidad Nacional de Misiones</i>	01/10/2022
Argentina	<i>Universidad Nacional del Nordeste</i>	vigente
Espanha	<i>Universidad de Zaragoza</i>	vigente
Estônia	<i>Tallin University</i>	Abril/2024
França	<i>Chimie de Montpellier</i>	Janeiro/2023
Inglaterra	<i>The University of Nottingham</i>	indeterminada
Itália	<i>Sapienza Università di Roma</i>	13/01/2020
Itália	<i>Università Degli Studi di Roma Tre</i>	03/11/2020
México	<i>Tamaulipas – UAT</i>	vigente
Portugal	<i>Universidade da Beira do Interior</i>	Março/2024
Portugal	<i>Universidade de Coimbra</i>	vigente
Portugal	<i>Universidade de Évora</i>	vigente
Portugal	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>	17/12/2019
Uruguay	<i>Universidad de La Republica</i>	indeterminada
Uruguay	<i>Universidad Tecnológica -UTECH</i>	04/05/2022
Uruguay	<i>Instituto Nacional de Investigación Agropecuária (INIA)</i>	25/07/2022

Fonte: Autora (2020).

O que se pode encontrar sobre Cooperação Acadêmica Internacional, Internacionalização e inovação pedagógica nos textos legais da Unipampa? É para isso que o contexto do texto da política irá me auxiliar na análise dos mesmos no subcapítulo 4.2 Discutindo o contexto do Texto da Política dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional.

No contexto dos documentos legais da Unipampa, selecionou-se no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), vigente para o período de 2019 a 2023, 60 recortes que continham as palavras Internacionalização, Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional e inovação pedagógica.

Em relação aos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional foi encontrado um total de 12 excertos, já em relação à inovação pedagógica 38 excertos e sobre a Internacionalização foram encontrados 21 excertos.

Ao refletir sobre os excertos dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional presentes no documento PDI, observa-se como a mesma é tratada: uma Cooperação que destaca principalmente o desenvolvimento regional e a valorização do compartilhamento de saberes educacionais locais e internacionais, como pode ser observado no seguinte trecho:

[...] Universidade “necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolam as barreiras da regionalização”. (PDI-ACAI.2)

Nesse sentido, a Unipampa aborda em seu documento a questão da Cooperação Internacional como tendo essa importância no estabelecimento de parcerias com diversos países e fortalecimento dos laços já existentes para uma integração regional mais fluída como pode ser observado a seguir:

[...] o processo crescente de Cooperação Internacional está contribuindo para ampliar o espectro de atuação, em um contexto de Internacionalização, de prestação de serviço, de competitividade, de exigência de qualidade, de eficiência, de excelência Acadêmica e de visibilidade e apoio à comunidade. (PDI-ACAI.3)

Assim, a Cooperação Internacional se mostra como uma importante ferramenta para a promoção da Internacionalização do ensino superior no Brasil, já que é por meio dela que estão sendo desenvolvidas a expansão e qualificação de programas acadêmicos, projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Com a Cooperação Internacional, as instituições promovem a Internacionalização do campus universitário, almejando reconhecimento e visibilidade Internacional, atraindo assim professores e pesquisadores renomados, como também estudantes de diversas partes do mundo. As ações cooperativas decorrem dos movimentos globais e, principalmente, da mobilidade de pessoas; contudo não há uma frequência ordenada e sistematizada, e para tanto, se torna iminente o levantamento de atividades que possam diagnosticar a posição da Internacionalização na instituição em questão. (STALLIVIERI, 2017).

Também se nota, que a além dos Acordos de Cooperação Acadêmica, se fala também sobre a mobilidade Acadêmica de estudantes e professores como a seguir:

Viabilização de programas e projetos de Cooperação técnicos científicos e intercâmbio de docentes no País e no exterior, por meio de parcerias com instituições de pesquisa e desenvolvimento. (PDI-ACAI.6)

A mobilidade Acadêmica também é vista como uma primordial ferramenta para a Internacionalização do conhecimento. A busca pela formação e qualificação de profissionais para um mundo cada vez mais competitivo e onde as fronteiras não são mais vistas como um obstáculo e sim, uma forma de repensar a construção do saber dentro da universidade. A Unipampa, assim como outras universidades, busca por meio da mobilidade Acadêmica: “estabelecer uma amplitude nas dimensões intelectual, cultural, social, científica e tecnológica para a formação de cidadãos preparados para enfrentar os desafios do novo milênio.” (STALLIVIERI, 2004, p. 38). Por isso, em um dos seus princípios da extensão disposto no PDI:

[...] Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e Internacional. (PDI-ACAI.7)

Como pode ser observado, apoio no sentido de aperfeiçoar os programas e Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional e com isso, investir na qualificação de recursos humanos. A articulação entre a Cooperação Internacional e ações de integração que permitam o desenvolvimento de intercâmbios também se faz presente.

A mobilidade Acadêmica inter e intrainstitucional permite ao discente cursar, temporariamente, componentes curriculares em outros campi e fazer o aproveitamento de estudos. Esses programas são regulamentados na Instituição e incentivados por meio de **Acordos de Cooperação internacionais**, e a localização da Unipampa é estratégica para a realização de alguns desses Acordos que consideram a região de fronteira. (PDI-ACAI.10).

É interessante observar a importância dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional no contexto da mobilidade Acadêmica Internacional e da Internacionalização como uma estratégia que possibilita aos estudantes vivenciar experiências e compartilhar conhecimentos na formação universitária.

Esses documentos mostram que a Unipampa tem o compromisso de promover a Cooperação Internacional e assim, fomentar as relações inter e intrarregionais. É destacada a importância de a universidade fazer parte desse contexto Internacional promovendo a consolidação das relações com instituições estrangeiras de ensino superior e o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural.

Stallivieri (2004), em seu estudo sobre a Cooperação Internacional no Brasil, enumera alguns parâmetros que podem fazer parte de uma estratégia de Internacionalização

universitária. Entre eles, definir política de Internacionalização; intercâmbio de estudantes, professores e gestores; inserir-se em redes de Cooperação Internacional; participar de projetos de alcance global; captar recursos de diferentes fontes de financiamento; coordenar e participar de eventos internacionais; participar de reuniões de organismos internacionais; coordenar convênios e Acordos internacionais; oferecer títulos acadêmicos em conjunto com outras instituições; apoiar a formação de RH; captar talentos em áreas competitivas; divulgar informações sobre as oportunidades no exterior.

Já quando se trata da inovação educacional presente no documento, observa-se que ela é mencionada muito mais vezes se comparada com as outras categorias. Na primeira vez que ela aparece já fica claro o compromisso da Unipampa em promover a inovação nas suas atividades, como segue abaixo:

Portanto, o PDI organiza-se de modo a propiciar as condições de atendimento a sua atividade fim, procurando repensar, constantemente, as práticas pedagógicas e Acadêmicas, pesquisas científicas e tecnológicas, pós-graduação, extensão, **inovação** [...] (PDI-IP.1).

Voltando novamente para o contexto em que se vive atualmente, devido a crise da Covid-19, as universidades mais que nunca precisam pensar e repensar novas formas de saber, já que essa crise tornou possível inovações que antes não eram sequer levadas em consideração. Relevante pensar o mundo pós-Covid e o papel que as instituições de ensino superior vão desempenhar nós próximos anos.

Também se observa que, muitas vezes, a inovação é vista somente como a inclusão de tecnologias na área da educação:

Empreendedorismo, produção e difusão de inovação tecnológica. (PDI-IP.5)

Esse recorte foi retirado da parte onde são listados os valores da Instituição, e não se trata na inovação educacional especificamente. É claro que é importante pensar na inovação de tecnologias que proporcionam aos professores, alunos e toda a comunidade Acadêmica o uso de modernos recursos didáticos. O uso desses instrumentos também é considerado uma nova forma de ensinar, sendo assim, faz parte da inovação educacional. O que intriga é que a inovação educacional não se limita somente a instrumentos, e sim ela é definida também como ações, políticas que irão reformar os sistemas de ensino educacionais.

As universidades são responsáveis por ações associadas a: produção e difusão do

conhecimento, pesquisa, extensão e cultura, inovação, ensino, formação e educação permanente. (PDI-IP.7)

Nesse aspecto, esse é um dos grandes papéis da universidade: fomentar ações por meio da inovação educacional a fim de promover a qualidade do ensino superior e sua democratização.

Quando se trata da Internacionalização, no PDI ela é mencionada mais vezes que os outros indicadores. Na parte que retrata sobre os valores da Unipampa podemos observar que ela é bem enfatizada:

Desenvolvimento regional e Internacionalização [...] (PDI-I.1)

Já é sabido que a Internacionalização é uma importante estratégia para o avanço e compartilhamento das ciências nas universidades. A Internacionalização no ensino superior engloba políticas e programas de governo, com sistemas e subdivisões Acadêmicas para lidar com a globalização. E também permite significativa autonomia, iniciativa e criatividade no novo ambiente que se forma (ALTBACH, 2004; MOROSINI, 2006).

No trecho a seguir fica especificado o entendimento de Internacionalização por parte da Unipampa:

[...] A Unipampa, por possuir unidades em cidades fronteiriças, tem **a Internacionalização** como potencializador local e regional quando, por exemplo, oportuniza vagas a cidadãos estrangeiros residentes em cidades fronteiriças. Essa iniciativa mostra, com outros projetos de integração, que a Internacionalização é uma rotina de promoção da paz e uma construção de um mundo onde as fronteiras passam a ser mais simbólicas que barreiras. Nesse contexto, o processo de Internacionalização torna-se, de fato, essencial ao desenvolvimento da Universidade, enquanto concepção transversal em todas as suas áreas de atuação. Conforme almejado no Plano de Internacionalização, a política perpassa não somente o ensino, a pesquisa e a extensão, mas também a gestão da Universidade e a integração regional. (PDI-I.2).

A Unipampa, como já mencionado, tem unidades em cidades fronteiriças, como é o caso do campus Santana do Livramento. O fato de o referido campus universitário estar localizado nessa região é uma oportunidade única para que se estabeleça a Internacionalização de fato, seja através da mobilidade Acadêmica ou da Cooperação Internacional. A facilidade que de poder atravessar a fronteira sem que seja preciso passar pela fiscalização aduaneira, vivenciando todos os dias a Internacionalização com essa troca de culturas é algo que precisa

urgentemente ser colocado como foco nas políticas da Universidade. É necessário que se dê mais atenção para essas facilidades e oportunidades que temos no nosso “quintal”. Está bem claro nos documentos que esse é um dos objetivos da instituição:

No eixo Excelência Acadêmica, estão a preocupação com: ensino, pesquisa e extensão, acervo bibliográfico, inovação, interdisciplinaridade, manutenção e ampliação dos laboratórios de ensino, Internacionalização e outras. (PDI-I.4)

O espaço para a criatividade parece estar nas mãos das instituições que devem escolher as melhores formas para se adaptar ao ambiente acadêmico Internacional acomodando, desta forma, diferentes graus de autonomia e iniciativa (KNIGHT, 1997; SCOTT, 1998; DE WIT, 2002). Por isso se torna claro a importância da formulação de políticas e estratégias que possam contribuir para o avanço da Internacionalização dentro da Universidade.

Mais uma vez a Internacionalização aparece como sendo um dos princípios do ensino:

Pesquisa como princípio educativo, como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação, em que a pesquisa e a inovação atendam demandas regionais, assim como a Internacionalização seja um eixo presente em ambos os níveis. (PDI-I.7).

A Internacionalização não pode ser vista como um processo de ações isoladas Ela é dinâmica e envolve todas as esferas do ensino, pesquisa e extensão; e precisa ser pensada como fundamental para o desenvolvimento da universidade em âmbito nacional e Internacional.

Entre as práticas pedagógicas inovadoras, a Unipampa se compromete com a promoção de: tecnologias, pedagogias e metodologias ativas e processos que envolvam e promovam a Internacionalização. (PDI-I.13).

Com isso, observa-se que mais uma vez a Unipampa retrata em seus documentos a importância da Internacionalização, e a tem como um instrumento de inovação para o ensino. A Internacionalização se torna cada vez mais um processo necessário para que o ensino superior se alinhe ao nosso mundo globalizado, a nossa sociedade do conhecimento.

Destaca-se também o desenvolvimento dos programas de mobilidade Acadêmica interinstitucional que permitem ao discente cursar componentes curriculares em outras IES, no Brasil ou no exterior, como forma de vinculação temporária pelo prazo estipulado no

convênio assinado entre as Instituições, assim como receber discentes de outras instituições, promovendo a Internacionalização e a relação com diferentes culturas. (PDI-I.16)

Um importante instrumento de Internacionalização nas universidades é a mobilidade Acadêmica. Stallivieri (2009) explica que a mobilidade de estudantes fortalece a produção de vínculos transnacionais, formando conexões e redes de produção de conhecimento universal. Essas redes intensificam a interação entre comunidades científicas de diferentes partes mundo. Por exemplo, no site da Daeinter¹³ é possível identificar os alunos que viajaram para o exterior em mobilidade Acadêmica como expresso no Quadro abaixo:

Quadro 5 - Número de estudantes na Unipampa em mobilidade no exterior

Número de estudantes na Unipampa em mobilidade no exterior									
Programa	Ano em que o aluno partiu para mobilidade								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Brasil Colômbia – BRACOL – GCUB				5	2	4	3	1	15
Brasil México BRAMEX-GCUB					1	2	4	3	10
CAPES-BRAFITEC	2	5		5	2	1	1		16
Ciência sem Fronteiras – CAPES	4	99	56	6					165
Ciência sem Fronteiras – CNPq	17	18	10	1					46
Convênio Internacional/ sem bolsa		1				1	1	6	9
Santander de Bolsas Ibero-Americanas	5		8	6	1	3		2	25
Total	28	123	74	23	6	11	9	12	286

Fonte: Diretoria de Assuntos Institucionais e Internacionais (2019).

Assim, verifica-se que a Unipampa, com bolsas e programas por meio dos Acordos de Cooperação, conseguiu enviar alunos para o exterior, na chamada mobilidade *outgoing*. Ainda é possível observar, de acordo com a Daeinter, que desses alunos a maior parte foi pelo campus Bagé (95 alunos), Alegrete (53 alunos), Uruguaiana (36 alunos) e Santana do Livramento (31 alunos).

¹³ Disponível em: <https://sites.Unipampa.edu.br/Daeinter/mobilidade/>

A mobilidade Acadêmica inter e intrainstitucional permite ao discente cursar, temporariamente, componentes curriculares em outros campi e fazer o aproveitamento de estudos. Esses programas são regulamentados na Instituição e incentivados por meio de **Acordos de Cooperação internacionais**, e a localização da Unipampa é estratégica para a realização de alguns desses Acordos que consideram a região de fronteira. (PDI-I.17).

No excerto acima é mencionado os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional também como uma forma de Internacionalização juntamente com a mobilidade Acadêmica. A Cooperação é um instrumento eficaz nas estratégias de Internacionalização, que devem ser inscritas nos planos de desenvolvimento institucional (PDI, 2019 - 2023). (SEBASTIÁN, 2005).

A seguir apresenta-se outro documento da Unipampa, o Plano Institucional de Internacionalização (PII) de 2019. As categorias observadas nesses documentos foram as mesmas: Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional, inovação pedagógica e Internacionalização. Analisou-se, inicialmente, a categoria relativa aos Acordos de Cooperação. Como mencionado abaixo, é um dos objetivos:

Construir a Internacionalização como política institucional perpassando todos os níveis de atuação através da Cooperação bilateral e multilateral com instituições internacionais, para ampliação do programa de mobilidade de toda a comunidade Acadêmica. (PII-ACI.1).

Ao pensar nos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional e nessa temática da Internacionalização na Universidade, torna-se primordial pensar em uma política de Internacionalização concreta que englobe toda a estrutura da instituição como seus objetivos, visão e também o próprio Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Stallivieri (2017) cita demais informações essenciais a serem consideradas: localização geográfica; linguagem de comunicação; potencial de publicações científicas em revistas internacionais, assim como a capacidade de participação em pesquisas de níveis mundiais; competência em estabelecer e manter parcerias internacionais; participar e gerir programas globais de mobilidade Acadêmica para docentes, pesquisadores, discentes e corpo técnico; possibilidade de receber pesquisadores internacionais e desenvolver projetos de pesquisa a nível Internacional, e também sua manutenção com recursos disponíveis; não obstante os recursos financeiros, humanos e de infraestrutura necessários à manutenção do plano estratégico.

Ainda no referido documento consta:

[...] Compreender a Internacionalização como eixo transversal e com a importância de política Internacional sempre esteve presente no planejamento institucional. (PII-I.1)

A Internacionalização, ou a política de Internacionalização, deve estar alinhada aos objetivos da Universidade, levando em consideração um plano estratégico bem formulado para que o objetivo maior se concretize, um ensino de qualidade para todos. A Internacionalização se torna um compromisso da instituição com a sociedade globalizada, mesmo trazendo inúmeros desafios para seu desenvolvimento e implantação. Todo o processo de Internacionalização deveria estar regulamentado dentro da Universidade, permitindo um alcance muito maior dos resultados fazendo com que a mesma seja um instrumento essencial para o crescimento da Instituição e a democratização do ensino.

Pode ser observado que é um dos objetivos gerais no documento:

[...] Promover Cooperação Internacional, bilateral e multilateral. (PII-I.2)

Está claro no Plano Institucional de Internacionalização a preocupação da Universidade em cooperar com outras instituições e países. A Cooperação Internacional tornou-se um fator fundamental para o incremento da ciência Brasileira e mundial, justamente nesse período em que a educação está sendo considerada prioritária nas sociedades que se Internacionalizam e são impulsionadas rapidamente devido à era da globalização, que por si só, diminui fronteira, tornando qualquer tipo de contato mais rápido, fácil e eficaz. (WESTPHAL, 2014, p. 55).

[...] Comissão de Relações Internacionais do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras destaca a importância crescente de um programa de Internacionalização da extensão universitária. Um programa para a extensão representaria um salto qualitativo imensurável na vida das comunidades envolvidas com os projetos, bem como transformaria a formação dos estudantes. Tais membros da comunidade Acadêmica estariam em contato com diferentes culturas, ao mesmo tempo em que estariam experimentando metodologias de trabalhos similares, estimulando o desenvolvimento de relações internacionais baseadas na Cooperação e fraternidade entre os povos. (PII-I.5).

Fica evidente a importância da Internacionalização como uma estratégia necessária para a construção de uma política pública que visa a melhoria do ensino no país, e também para a consolidação dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional entre as nações buscando parcerias e interesses em comum. Como afirma Stallivieri (2004):

A Cooperação Internacional, julgada como um reflexo da realidade em razão do avanço das comunicações e diante da necessidade de superação das distâncias e das barreiras agora inaceitáveis aos países passou a auxiliar as universidades a serem melhores e mais competitivas através da definição de políticas claras, apontando objetivos, viabilizando meios, disponibilizando recursos, tanto humanos como materiais, e atuando com base em uma agenda positiva para a Internacionalização. (STALLIVIERI, 2004, p. 8).

Especificado no eixo da gestão, documento traz:

Neste eixo prioriza-se a busca por desenvolvimento de Acordos com instituições de diferentes países objetivando ampliar a gama de parcerias efetivas e consolidar os Acordos com países com os quais a Unipampa já possui Cooperação. Atualmente a Unipampa coopera com aproximadamente 30 instituições, objetivando: intercâmbio de discentes, docentes e técnicos e Cooperação técnica e científica. (PII-I.6).

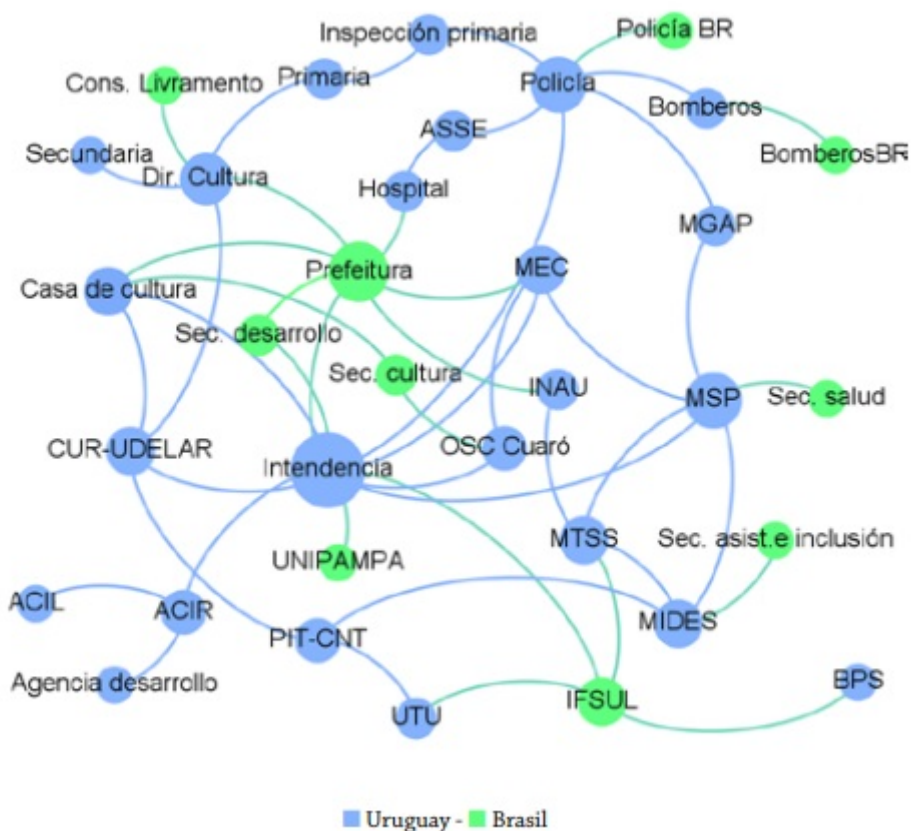
E mais uma vez se leva em consideração a posição geográfica da Unipampa para que os Acordos possam ser firmados com países vizinhos, como é o caso de Santana do Livramento, no Brasil, e Rivera, no Uruguai. A Cooperação na fronteira pode se tornar uma das formas mais eficazes de se atingir os objetivos em comum.

Desde sua criação, a Unipampa firmou Acordos de Cooperação Internacional com 24 Instituições de Ensino Superior estrangeiras, a fim de estimular a Cooperação Acadêmica Internacional. No quadro abaixo, indica-se o número de IES em cada país com as quais foram estabelecidos os Acordos. (PII-I.8)

É importante destacar mais uma vez que, em tempos pandêmicos e de cenário político cada vez mais instável, a sustentabilidade dos Acordos de Cooperação depende cada vez mais de parceiros estratégicos que fomentem e valorizem o crescimento da sua instituição e da sociedade que os permeia. Esse espaço fronteiriço binacional entre Santana do Livramento, no Brasil, e Rivera, no Uruguai, está acostumado a colaborações básicas entre instituições, como na área da saúde, da segurança policial, dos serviços aduaneiros, sociais e culturais. Entretanto, a falta de marcos regulatório, não raras vezes, esvazia os objetivos das ações e não aproveita esta capacidade de relacionamento. (RODRIGUEZ-MIRANDA; GALASO; GOINHEX; 2016).

A seguir, na figura 7, pode se observar a existência de redes de projetos com suas organizações e vínculos de Santana do livramento e Rivera. As cores as diferentes nacionalidades das organizações, e o “tamanho” significa a quantidade de vínculos de cada organização. Quanto maior a organização, mais vínculos ela possui com outras organizações.

Figura 7 – Redes de projetos em Santana do Livramento e Rivera



Fonte: Rodriguez-Miranda; Galaso; Goinhex (2016, p. 86)

Assim, é possível notar que para a realização de projetos, as organizações uruguaias possuem mais vínculos do que as Brasileiras, pelo fato da maior articulação do lado Uruguaio do que do lado Brasileiro. Ainda, é importante ressaltar que existem fortes vínculos entre as instituições fronteiriças. (RODRIGUEZ-MIRANDA; GALASO; GOINHEX, 2016). De acordo com Pinheiro (2009), muitos dos problemas encontrados que cada lado da fronteira encara estão ligados às dificuldades de prover as estruturas administrativas, política e legal para organizar a cooperação transfronteiriça; porque não existe uma forma legal ou institucional comum para essa cooperação. Portanto, existe um espaço transfronteiriço de relações entre as cidades de Rivera e Santana do Livramento, por exemplo. Essa relação pode ser classificada como relevante tanto para o lado uruguaio como para o lado brasileiro. Essa rede de relações é observada na troca de informações, compartilhamento de infraestruturas e

recursos ao implementar projetos e ações, apesar das barreiras formais e institucionais que limitam ou mesmo da ausência do próprio marco legal nessas relações. (RODRIGUEZ-MIRANDA; GALASO; GOINHEX, 2016, p. 61).

Dessa maneira, está claro que existe um espaço de relacionamento transfronteiriço relevante e que as organizações locais são centrais e fundamentais para sustentar esse espaço de fronteira. É necessário pensar em um projeto de cooperação transfronteiriça mais ousado e que não siga o caminho da lógica diplomática de país para país com visões tradicionais da fronteira como um limite, mas que permita a inovação em mecanismos de governanças transfronteiriças que envolvam as organizações locais e a sociedade civil (de ambos os lados da fronteira). Se existe um espaço transfronteiriço no qual se possa experimentar esse tipo de inovação institucional, sem dúvidas as cidades da fronteira do Uruguai e do Brasil são esse espaço. (RODRIGUEZ-MIRANDA; GALASO; GOINHEX, 2016, p. 90).

Ainda consta no documento a importância dessas parcerias com a menção ao evento Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE):

Há 10 anos a Unipampa promove a Cooperação Acadêmica Internacional através **do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNIPAMPA (SIEPE)**. Em 2017, com o propósito de alavancar o processo de Cooperação com o Uruguai, o evento foi sediado pelo campus de Santana do Livramento e, de forma inédita, organizado em parceria entre IES brasileiras e uruguaias. (PII-I.9).

Assim, por dois anos consecutivos o SIEPE foi realizado no campus Santana do Livramento e, com isso, foram firmadas parcerias com instituições brasileiras e uruguaias, por exemplo, o IFSUL e a UTEC. Ressalta-se a importância da Cooperação Internacional na formação de cidadãos capazes de prover um mundo mais igualitário e plural, já que é nas instituições de educação superior que a Cooperação se desenvolve para o ensino e a pesquisa cresça e se fortaleça.

De acordo com Didriksson (2008), as mudanças para a valorização do conhecimento deveriam vir da Cooperação e da integração, tal situação leva as instituições de ensino superior a buscar novas estruturas organizacionais que facilitem o acesso a um conhecimento de valor social. Por isso, a Unipampa se mostra disposta a fortalecer os laços com os países vizinhos a fim de proporcionar a concretização de um espaço que busque valorizar a integração regional através de um ensino superior de qualidade.

No último documento analisado, o Regimento Geral da Unipampa, poucas foram as observações acerca da Cooperação Internacional e inovação. Sobre Internacionalização

especificamente nada é mencionado. A seguir serão observados os recortes mencionando os Acordos de Cooperação:

Art. 8º. Dada a estrutura originária multicampi, a Unipampa observará as seguintes diretrizes de organização: **Cooperação** entre as Unidades Universitárias e os Órgãos Complementares, visando unidade de ação no desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e economicidade na gestão do corpo docente e técnico-administrativo em educação, dos recursos materiais, tecnológicos e financeiros. (RG-ACAI.1)

Sendo que a palavra Cooperação aqui empregada se refere à relação da reitoria e todas as unidades da Universidade constituindo seus campi.

SEÇÃO II - DOS RECURSOS FINANCEIROS Art. 129. Os recursos financeiros da Universidade serão provenientes de: VII. Convênios, **Acordos** e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou internacionais. (RG-ACAI.2)

Sabe-se que a Cooperação entre as nações e a Internacionalização é o caminho para um ensino de maior qualidade e para isso, deve-se elaborar políticas que tratem especificamente acerca da Internacionalização e incluir nos processos de ensino e aprendizagem.

Para atingir e manter a qualidade na perspectiva Internacional ressalta-se que seria necessária a mobilidade entre países, IES e o mundo do trabalho. Também o documento resultante da Conferência Mundial sobre Ensino Superior, em 2009, registra a importância da dimensão transfronteiriça do Ensino Superior como meio para a construção de uma educação de qualidade. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E A CULTURA, 1998).

Já se tratando da inovação pode-se observar o seguinte trecho:

SEÇÃO II - DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES Art. 121. A consecução das atividades estabelecidas nos objetivos institucionais se dará pela: III. busca contínua de técnicas e métodos inovadores; (RG-IP.1)

É notável que a Unipampa, assim como outras instituições de ensino superior, se preocupa com a questão da inovação como método para um ensino de maior qualidade. A busca por métodos inovadores afeta os processos de formação curricular, métodos pedagógicos e todas as atividades que possam ser desempenhadas dentro da universidade, por

professores e alunos. Trata-se de um novo paradigma de Educação Superior, em que a Internacionalização é vista como um importante instrumento para viabilizar o processo de democratizar o acesso ao ensino, proporcionar novas formas de ensinar pautadas no pensamento crítico unindo o local e o global.

No que se refere à questão da Internacionalização nada é mencionado no documento em questão. Como uma instituição que deseja fazer de seu objetivo a Internacionalização como uma nova forma de desenvolvimento e crescimento, falta ainda uma iniciativa para consolidar e definir políticas de Internacionalização e ações que atendam as necessidades da Universidade. É necessário que haja uma visibilidade dentro e fora da instituição, e um choque de conscientização por parte de todos os segmentos da Universidade para que se possa concretizar na maior urgência possível.

Nesse contexto, a Internacionalização pode ser vista como uma forma de preparação dos indivíduos para o engajamento em um mundo mais globalizado capazes de prover uma sociedade mais inclusiva e solidaria (ALTBACH, 2009). Sendo necessária que ela seja prioridade na elaboração das políticas institucionais das instituições de ensino superior, e com isso fomentar e consolidar as relações intra e interinstitucionais através dos Acordos de Cooperação Acadêmica. É importante lembrar qual é a preocupação fundamental que enfrenta o sistema educativo: melhorar a qualidade da educação pública para que todos aprendam mais e melhor. (VEIGA, 2003). Para provocar essa mudança no sistema educacional deve-se levar em consideração a inovação pedagógica, que está cada vez mais ganhando espaço e rearticulando a organização do sistema com base no “novo”. Como retrata Veiga (2003, p. 274): “A inovação procura maior comunicação e diálogo com os saberes locais e com os diferentes atores e realiza-se em um contexto que é histórico e social, porque humano.”. Nada mais inovador do que fomentar as relações internacionais dentro de uma instituição de ensino superior por meios dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional.

4.3 Refletindo o Contexto da Prática da Política nos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional: olhares dos sujeitos

Após a análise dos documentos e uma reflexão sobre os dados institucionais da Unipampa, esta parte da investigação está estruturada com base nas entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, que estiveram envolvidos com o foco investigativo na Universidade Federal do Pampa.

Nesta parte da escrita são detalhadas as percepções dos participantes que de alguma maneira estão ou estiveram envolvidos com as questões de Internacionalização e Cooperação Acadêmica na Unipampa e no campus Santana do Livramento, assim como seu entendimento acerca da questão da inovação pedagógica no contexto do ensino superior.

A fim de facilitar a compreensão das falas e melhor analisar os dados coletados, foram divididos em dois grupos: a) diretores e ex-diretores do campus Santana do Livramento e b) coordenadores e ex-coordenadores da Daeinter que serão identificados por “D” (diretores) e “C” (coordenadores). Dos nove sujeitos que inicialmente seriam entrevistados, apenas três concordaram e responderam à solicitação da entrevista. Dois deles se recusaram a participar alegando que já estavam afastados dos cargos em questão fazia tempo. O restante dos participantes não respondeu à solicitação para participarem da pesquisa, cujo convite foi encaminhado pelo e-mail institucional. Assim sendo, serão representados pelos três sujeitos que aceitaram e foram entrevistados: D1, C1 e C2. Os dados obtidos foram alinhados para que os objetivos propostos da pesquisa se entrecruzem com os aspectos teóricos apresentados.

Os documentos utilizados nesta pesquisa e analisados nos capítulos anteriores são os principais instrumentos para entender a importância da Cooperação Internacional no campus Santana do Livramento da Unipampa e como a inovação é vista como uma estratégia que vem crescendo cada vez mais no âmbito da Internacionalização. Para isso, foi importante observar como os entrevistados compreendem a Cooperação Acadêmica Internacional e a inovação no campus com vistas à melhoria do ensino e as suas percepções quanto ao fomento da Internacionalização na Educação Superior.

Assim sendo, no que se refere à pergunta sobre o entendimento dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional, tanto o diretor como os outros coordenadores fizeram suas ponderações sobre o assunto, sempre ressaltando a importância deles, tanto para Unipampa como para o campus Santana do Livramento, que faz a fronteira com o Uruguai.

[...] Como consta nos Acordos que são firmados nos documentos, né esse documento ele tem como objetivo conjugar esforços visando o desenvolvimento e o mútuo assessoramento na realização de pesquisa, ensino e extensão nas áreas científica, cultural e tecnológica compartilhando recursos materiais, financeiros e humanos. (C2)

Também é mencionado o protocolo de intenções, um documento que precede os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional como explica C2:

[...] Nós atualmente, como você pode ver no nosso site, nós temos vários Acordos de Cooperação e protocolo de intenções. O protocolo de intenções é um documento que precede os Acordos de Cooperação e aonde não se coloca a questão financeira, nós não temos nos protocolos de intenção quanto vai custar uma determinada pesquisa e o que é diferente para nós no acordo de Cooperação. (C2).

Os Acordos de Cooperação Acadêmica sob o ponto de vista de D1 podem ter diversas nomenclaturas dependendo do objetivo como explica:

[...] Eu entendo de uma forma geral que os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional são instrumentos jurídicos, normativos, que podem ter diversos nomes dependendo da instituição, dependendo do objetivo ele vai ser chamado de acordo, de convênio, contrato, protocolo tem declarações de intenções, eu vejo que é um conceito amplo do meu ponto de vista e que visam de alguma forma formalizar uma ação conjunta entre instituições de países diferentes. No caso da Cooperação Acadêmica é entre instituições Acadêmicas da área de ensino, de pesquisa, em nível Internacional. (D1)

É importante destacar que é mencionado pelos participantes o processo que leva a efetivação dos Acordos de Cooperação Internacional e todos os trâmites que eles perpassam muitas vezes, o caminho é bem difícil e lento o que acaba por prejudicar sua realização. O participante D1 relata o seguinte:

[...] Inclusive alguns desses Acordos eles dão o *start*, impulsionam as ações e visam gerar uma ação e outros reconhecem a existência de uma ação. No caso aqui da nossa fronteira, acontece muitas vezes, a gente começa fazendo uma coisa daqui a pouco a gente olha precisamos formalizar isso aqui porque na prática a gente já está fazendo. Acontece muito na fronteira, em várias atividades, mas na academia é uma coisa meio recente porque a nossa fronteira até a algumas décadas não tinha essa característica de ser, vamos dizer assim, povoada por instituições e profissionais da área da educação, mas se tornou uma necessidade a partir de então. (D1)

Além disso, um dos participantes lembra-se do início da criação da Assessoria de Relações Internacionais na Unipampa, que inclusive foi um dos pioneiros para que a mesma pudesse ser desenvolvida. Hoje a Assessoria é conhecida hoje como a Diretoria de Assuntos Estratégicos e de relações Institucionais e Internacionais (Daeinter).

[...] e aí quando cheguei na Unipampa eu logo pesquisei se tinha uma assessoria Internacional e não tinha né, e aí continuei assim né trabalhando também no curso de relações internacionais a gente sempre tem um olhar interessado nessa parte. Aí começamos a conversar etc, e eu me lembro em 2010 como tinha muito interesse por parte da reitora da época né, a Maria Beatriz luce, e em trabalhar na fronteira né, então em ter relações de

Cooperação com o Uruguai né, então ela me convidou algumas vezes para participar em encontros de data cúpula Uruguai-Brasil né que existia na época, na época existia assim tinha mais trabalho de fronteira, então eu fui com ela algumas vezes e daí se começou a se falar na assessoria Internacional. Ela tinha muita vontade de ter né só que criar do nada tudo assim numa universidade nova, sem muitos recursos etc, mas a coisa foi pra frente e eu sei que em 2011 nasceu a assessoria e ela me convidou pra ser assessora Internacional; então a partir de lá comecei a me interessar nos Acordos de Cooperação Internacional e saber como fazia. (C1)

No ano de 2011, que foi criada a assessoria que tratava dos assuntos internacionais e consequentemente dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional na Unipampa, algumas dificuldades foram encontradas para que se conseguisse estabelecer as relações com outros países. Como explica o participante C1:

[...] aí acho que a parte mais complicada, acho que essa é a minha resposta mais demorada né, é que ninguém sabia nada, nem a assessoria jurídica que era aquela que tinha que, então eu me lembro que assim os primeiros contatos que a gente tinha com as universidades e aí eles perguntavam ‘ah me passa a minuta do acordo’ e aí eu pedia para a assessoria jurídica e aí eles me passavam aquela minuta de acordo que era nacional. [...] Então começou todo um trabalho pra tentar simplificar os Acordos, que não tivesse todo aquele peso jurídico, mas que fossem Acordos guarda-chuva muito simples que não envolvesse nenhum recurso financeiro porque quando envolve dinheiro daí tem que ter mil clausula né a gente lutou um monte, eu me lembro de que foi uma luta constante de anos e anos pra chegar a uma minuta enxuta. (C1).

A inovação pedagógica se desenvolveu conjuntamente com a criação da assessoria na Unipampa e de todo o contexto de Internacionalização e Cooperação Acadêmica Internacional se tornam bem claras nesse processo. A intenção era trazer melhorias para a qualidade do ensino, e como afirma Fullan (2001), Carbonell (2002), e Cardoso (2003), a inovação liga-se a um conjunto de intervenções, decisões com certo grau de intencionalidade e sistematização, que visam a transformar as atitudes, ideias, culturas, conteúdos, modelos e práticas pedagógicas. A inovação não é somente uma mudança, ela condiz com os hábitos, atitudes, rotinas e comportamentos já institucionalizados; é uma quebra de rupturas que acaba por deixar muitas incertezas e com ela, todos os envolvidos devem estar abertos e receptivos às mudanças. (CARDOSO, 2002). A autora afirma, ainda, que sendo a inovação um processo inacabado, mais importante do que o produto é a disposição permanente de inovar. Assim, a condição essencial de um projeto inovador reside na sua novidade e na sua capacidade de melhorar a prática vigente e, desta forma, aprender a recomeçar seria a primeira condição de todos os inovadores. O participante C1 menciona essa receptividade às mudanças como uma das maiores dificuldades encontradas no início da assessoria de relações internacionais.

[...] Como cooperar? Isso vai vir depois, mas mesmo assim era um trabalho muito árduo porque as pessoas que estavam na universidade não estavam acostumadas a tratar com o exterior ou tinham medo não sabiam como fazer ou não queriam aprender então sair da zona de conforto era como pedir de se jogar no fogo. Então me lembro de assim às vezes ah vamos receber alunos, ‘que? Alunos de fora? Mas em que língua a gente vai falar?’ não é língua espanhola ‘ah, mas eu não entendo espanhol’ e eu digo gente nós estamos em uma universidade de fronteira, tu fala português, metade das palavras que a gente fala são iguais a espanhol tu não pode me dizer que tu não entende espanhol, sabe, então professores que se recusaram a receber alunos de fora. Isso foi o que a gente enfrentou nos primeiros anos né então não foi só os Acordos, os Acordos de Cooperação Acadêmica eles mostravam toda uma dificuldade que tinha por trás, era só uma ponta do iceberg que a gente tentou destruir pedaço por pedaço né então foi um trabalho bem pioneiro nesse sentido. Então essa foi minha primeira abordagem aos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional. (C1).

Para Cardoso (2002), inovar é abandonar determinadas rotinas e, desta forma, perder algumas referências. A autora afirma que a inovação traz incertezas e, por consequência, perde-se momentaneamente alguma competência, aumenta-se a sobrecarga de informações e, isso significa que a inovação vem acompanhada de riscos profissionais e também pessoais.

Com relação à pergunta da entrevista sobre quais Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional foram implementados em sua gestão, tanto pela Unipampa como pelo campus Santana do Livramento, apenas dois participantes lembraram-se de alguns, o outro participante não se recordava de nenhum em específico. De acordo com um dos participantes o campus Santana do Livramento não necessariamente implementa o acordo em si, mas provoca, instiga e faz acontecer até porque a competência para celebrar esses Acordos é do órgão da Daeinter cuja sede fica na reitoria em Bagé. Alguns Acordos também se concretizam por meio de outros Acordos guarda-chuva que já existem e assim vão resultar em um acordo específico. É retratado também o nosso contexto de pandemia que obviamente influenciou como um todo os processos e contatos para estabelecer novas parcerias como especifica o participante C2:

[...] Nós temos praticamente na nossa gestão que começou, eu assumi a DAEINTER em fevereiro do ano passado e ficamos praticamente um mês no cargo e já veio a pandemia né e essa pandemia nos prejudicou bastante porque na função de diretor de assuntos internacionais e institucionais é importante aquele contato físico com as entidades, com os próprios diretores, reitores enfim, pra se transmitir de uma forma segura e mostrar o interesse em participar desses Acordos de Cooperação e os protocolos de intenções.(C2)

Novamente se depara com descobrir outras estratégias para continuar a fazer o trabalho acadêmico de forma efetiva, a inovação mais uma vez se faz presente, até de forma

inconsciente e principalmente, no momento em que se vive em função da COVID-19. A educação sempre combinou vários espaços, metodologias e atividades, e durante a pandemia isso ficou ainda mais evidente. Fez-se necessária uma ruptura nas práticas pedagógicas por meio do desenvolvimento de atividades síncronas e assíncronas, utilizando ambientes virtuais de aprendizagem com diferentes estratégias pedagógicas. (MORAN, 2015) É como se fosse indispensável não pensar em novos métodos e formas de ensinar, e no âmbito da universidade não se fala somente do ambiente da sala de aula, mas também de todos os setores, da pesquisa, da extensão, da parte administrativa e de toda a adaptação que se fez necessária e obrigatória para que a instituição pudesse continuar de ‘portas abertas’. Como já mencionado, a Unipampa desde sua criação procurou inovar na maneira como ela era vista, uma universidade de fronteira, característica que a difere das outras universidades brasileiras. A Unipampa em si tem todos os requisitos para evoluir e se desenvolver na área da Internacionalização. Como pontua o participante:

[...] Eu posso te dizer algumas ações de Cooperação Internacional que a gente conseguiu alcançar porque como eu te falei, a gente era uma universidade nova, agora a gente tem 12 anos.[...] uma forma de toda a inovação que a Unipampa trazia todos os pontos positivos que outras universidades, as mais antigas não tinham então foi um trabalho assim muito legal.(C1)

Já sobre os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional, os participantes mencionaram alguns que eles recordavam, por exemplo:

[...] A gente conseguiu, por exemplo, entrar no grupo Coimbra das universidades brasileiras que foi muito importante, foi também um trabalho de costura né, porque pra entrar no grupo Coimbra a gente tinha que ter aprovação de duas universidades fundadoras, tinha que ter o apoio de outras universidades importantes dentro do grupo Coimbra então foi aquela costura de relações. Então quando fomos aprovados isso nos abriu bastantes portas. (C1)

De acordo com sua apresentação o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) foi formalmente constituído como associação de dirigentes universitários em 27 de novembro de 2008, durante uma inesquecível solenidade Acadêmica no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Coimbra. O GCUB é composto por universidades nacionais – federais, estaduais, confessionais e comunitárias – que reconhecem a instituição conimbricense como alma mater. Sua missão é promover a integração interinstitucional e Internacional, mediante programas de mobilidade docente e discente, contribuindo para o

processo de Internacionalização soberana da rede universitária nacional com suas contrapartes estrangeiras.

Fica clara a importância que foi dar esse grande passo no processo da Internacionalização das atividades, já que participar do GCUB representa o acesso para a mobilidade Acadêmica e também o apoio de parceiros estrangeiros e outras instituições que atuam nesse contexto de educação Internacional no nível superior. Ainda sobre a participação da Unipampa no GCUB:

[...] isso gerou uma abertura da Unipampa e da própria gestão né, a reitora na época, [...] ela era bastante aberta ela apoiava muito essa parte Internacional, ela entendia então ela deu muito apoio, muita força pra gente construir e nos defender as vezes frente a metade das direções de campus que viam a Internacionalização como um incômodo invés de um enriquecimento.(C1).

Novamente se percebe o medo de tentar algo desconhecido ou novo. Como coloca Cunha (2016):

As inovações se materializam pelo reconhecimento de formas alternativas de saberes e experiências, nas quais se imbricam objetividade e subjetividade, senso comum e ciência, teoria e prática, cultura e natureza, anulando dicotomias e procurando gerar novos conhecimentos. Entendidas como ruptura paradigmática, exigem dos professores reconfiguração de saberes e favorecem o reconhecimento da necessidade de trabalhar no sentido de transformar. (CUNHA, 2016, p. 94).

Essa transformação é necessária para que cada vez mais a Internacionalização no âmbito acadêmico seja vista como impulsionadora para o desenvolvimento e enriquecimento das instituições de ensino superior.

Um dos participantes também relembra quando a Unipampa fazia parte também do Programa Ciência sem Fronteiras, que foi lançado em 2011, e atualmente não existe mais. O programa tinha como objetivo: “promover a Internacionalização da ciência e tecnologia nacional, estimular pesquisas que gerem inovação, e, conseqüentemente, aumentar a competitividade das empresas brasileira” (BRASIL, 2011b). Por fim, o objetivo era estimular a mobilidade Acadêmica entre pesquisadores e estudantes no exterior. Na fala do participante C1:

[...] Uma outra coisa que a gente conseguiu, bom, participar logo porque coincidiu com o início do lançamento do (Programa) Ciência sem Fronteiras que agora não tem mais. Mas a gente começou logo em seguida e aí começamos a receber alunos, a enviar alunos, então aquilo foi um trabalho bastante grande assim que permitiu a alunos que nunca tinham viajado

pro exterior e aproveitar e a maioria aproveitou. Mesmo que tiveram casos, mas sempre acontece né, mas a maioria voltou com outro olhar. (C1).

Com isso destaca-se a relevância da temática da Internacionalização dentro de uma universidade. Todo o processo de criação da assessoria de relações internacionais (hoje conhecida como DAEINTER) foi essencial para que outras oportunidades pudessem ser aproveitadas, não somente em relação à mobilidade Acadêmica como menciona o participante C1.

E também a gente trabalhou muito nas relações com o Uruguai né então a gente alinhou depois o acordo que foi assinado com a Universidade de la República. (C1).

Os Acordos de Cooperação Acadêmica com o Uruguai ganham destaque na Unipampa e principalmente no campus Santana do livramento. Os participantes mencionaram os que mais marcaram em suas gestões.

[...] como entramos na Covid-19 e praticamente no mês de março nós tivemos esse impacto na nossa gestão então nos causou esse problema, mas mesmo assim nós não deixamos de realizar, por exemplo, alguns contatos, a Universidade Federal da Fronteira Sul aonde nós assinamos, já está assinado um protocolo de intenções que vai gerar assinatura de Acordos. (C2).

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), de acordo sua apresentação é uma instituição de ensino superior pública, popular e de qualidade. Criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, a UFFS abrange mais de 400 municípios da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul – Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul.¹⁴ A universidade da Fronteira Sul tem uma semelhança com a Unipampa por também ser multicampia e ter uma relação maior com a fronteira, tornando assim a parceria das duas uma oportunidade para expandir e desenvolver a pesquisa, o ensino e a extensão.

[...] nós tivemos também uma assinatura com o Codepampa – Conselho de Desenvolvimento dos Municípios do Pampa, que nos abre a possibilidade de trabalhar nas diversas áreas com cada município da região, porque a Unipampa está presente digamos que em 80% dos municípios desse conselho [...] (C2).

¹⁴ Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/apresentacao

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Pampa Gaúcho (Codepampa) é formado por 15 municípios da Região da Campanha e da Fronteira Oeste do RS. São eles: Alegrete, Bagé, Barra do Quaraí, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Lavras do Sul, Manoel Viana, Quaraí, Santana do Livramento, Santa Margarida do Sul, São Borja, São Gabriel, Uruguaiana e Vila Nova do Sul. O Codepampa tem como finalidade: representar o conjunto dos municípios que o integram; implementar iniciativas de integração e de Cooperação na abrangência de seu território; promover o desenvolvimento regional e transfronteiriço; planejar, adotar e executar Cooperação técnica e financeira com os Governos da união e do Estado; e fortalecer e institucionalizar as relações entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil.¹⁵ O intuito desse protocolo de intenções é permitir um maior número de convênios dentro das áreas de atuação, já que a própria Unipampa já está integrada na maioria dos municípios que fazem parte do Codepampa.

Havia comentado contigo que nós também assinamos um protocolo de intenções com o instituto uruguaio de pesquisas documentais dos charruas que é uma organização ali de, que atua na tríplice fronteira e nós temos ali em barra do quaraí a possibilidade de trabalhar, então é mais esse convênio que está mais ligado a um **corredor cultural Brasil e Uruguai e Argentina** né então nós tivemos ali essa participação nessa interlocução entre os países que estão atuando nessa tríplice fronteira pra desenvolver essa parte cultural que é importantíssima, esse instituto tá organizando toda a documentação dos índios charrua que eles têm essa etnia que atua bastante no Uruguai e a parte sul do Rio grande do sul. (C2).

O Instituto Uruguaio de investigação documental Charruas (INDOCHA) tem como objetivo de realizar pesquisas sobre a história da população uruguaia da Banda Oriental e posteriormente do Estado do leste. Estas podem ser estendidas para outras regiões da América do Sul se tiverem sido habitadas por Charruas¹⁶.

Nesse protocolo se estuda a questão da identidade cultural, não é o foco desse trabalho, mas é importante mencionar que também lidamos com a formação de identidades dos fronteiriços na região de Santana do Livramento, no Brasil, e Rivera, no Uruguai. O entrelaço de culturas presentes nas regiões de fronteira é gigantesca e merece uma atenção. A fronteira é um espaço de contato, de antagonismos, de integração, lugar de início, de interseção, de final, lugar onde culturas e línguas se entrelaçam ou se intercalam na convivência diária. Esse movimento evidencia a natureza complexa e relativamente estável tanto do entendimento do que é fronteira quanto das identidades que ali se manifestam. De acordo com Santos (1993):

¹⁵ Disponível em: <https://Unipampa.edu.br/portal/Unipampa-e-codepampa-celebram-protocolo-de-intencoes>

¹⁶ Disponível em: <http://indocha.blogspot.com/2016/?view=sidebar>

A zona fronteira é uma zona híbrida, babélica, onde os contatos se pulverizam e se ordenam segundo micro-hierarquias pouco suscetíveis de globalização. Em tal zona, são imensas as possibilidades de identificação e de criação cultural, todas igualmente superficiais e igualmente subvertíveis. (SANTOS, 1993, p. 49).

O espaço da fronteira se caracteriza de maneira híbrida, moldado por características desses países, que têm línguas diferentes, mas histórias comuns resultando diretamente na construção da identidade dessas pessoas.

Continuando sobre os Acordos implementados temos a seguinte fala do participante:

[...] a Unipampa tem um convênio com a UdelaR, e sob este convênio com a UdelaR, aí sim dois Acordos específicos, um deles em fase de negociação, de aprovação e o outro já aprovado no conselho universitário [...] (D1).

A Universidad de la República (UdelaR) tem um dos seus centros na cidade de Rivera no Uruguai e onde são realizados anualmente mais de 15 cursos de atualização profissional para graduados e trabalhadores, buscando fortalecer o componente de formação permanente na oferta regional de formação.¹⁷ O centro universitário de Rivera (CUR) oferece cursos nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais e artísticas, Tecnologia e Ciências da Natureza além de programas interdisciplinares. Além deste convênio com a UdelaR, o participante D1 também menciona:

[...] teve um convênio com a UTEC e eu dei uma olhada na página da DAEINTER e ali tá uma atualização até 2019 do convênio com a UTEC, mas o convênio com a UTEC já deve estar aprovado e vigente porque ano passado também foi aprovado um acordo de Cooperação específico com a UTEC que já deve estar fundamentado neste convênio. (D1).

A Universidade Tecnológica do Uruguai (UTEC) é uma proposta de educação pública, com perfil tecnológico que nasce comprometida com a expansão da oferta universitária de nível superior no interior do Uruguai, fomentando o vínculo com o meio produtivo e promovendo o desenvolvimento social e cultural do país¹⁸. De acordo com seu perfil institucional, a UTEC tem como missão educar, formar e capacitar plenamente profissionais de alto nível, empreendedores e inovadores para gerar, transformar, transferir e articular conhecimentos que permitam promover e impulsionar o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do Uruguai.

¹⁷ Disponível em: <https://www.rivera.UdelaR.edu.uy/sobre-el-cur/>

¹⁸ Disponível em: <https://UTEC.edu.uy/institucional/>

O acordo de Cooperação firmado entre a UTEC e a Unipampa, mais especificamente o programa de pós-graduação em Administração, oferece uma cota exclusiva para alunos da UTEC em cada convocação para o edital do Mestrado em Administração. Essa cota é pré-selecionada pela UTEC e, posteriormente, a Unipampa faz a seleção por ingresso. Como mencionam os participantes da entrevista, a aproximação entre as duas instituições já havia começado há um tempo, quando um grupo de professores da Unipampa visitou o Instituto Tecnológico Regional do norte da UTEC e a partir disso começaram as discussões e reuniões que resultaram no acordo.

[...] o campus Livramento de certa forma acelerou o processo porque foi intermediado várias conversas, uma das características, vamos dizer, acho que de todas as nossas instituições aqui na fronteira tá, os campi eles são uma espécie de intermediários no diálogo com as gestões superiores, então quando a gente quer conversar, por exemplo, quando o campus Livramento quer chegar até a reitoria da Udelar, da UTEC, ou do IFSul ou da UERGS a gente procura as gestões dos campi pra fazer essa ponte. (D1).

O fato de o campus Santana do Livramento estar situada na fronteira favorece muito para que os Acordos no Uruguai sejam desenvolvidos e articulados. Acredita-se que poderiam e deveria haver muito mais políticas específicas para o incremento de novas formas de Internacionalização na fronteira.

E com a Udelar tem o acordo de Cooperação entre a Unipampa e mais especificamente a pós-graduação em Relações Internacionais do campus Livramento, e a Udelar, mais especificamente o Mestrado em Ciências Sociais. (D1).

De acordo com a cláusula primeira do acordo, ele se baseia no Convênio formado entre Unipampa e UTEC tendo como objetivo conjugar esforços visando o desenvolvimento e o mútuo assessoramento na realização de atividades de pesquisa, ensino e extensão na área de pós-graduação em Relações Internacionais, compartilhando recursos materiais e humanos¹⁹.

[...] e tem outro acordo de Cooperação [...] que é um acordo entre a Unipampa, mais especificamente, o curso de Direito, pra contribuição, participação, do curso de Direito na formação de professores no curso de formação de professores que o centro universitário de Rivera tem, porque eles formam professores para a educação básica e aí tem uma demanda inclusive de legislação da infância e da juventude do Brasil, algumas questões por serem fronteiriças, pelas crianças terem dupla nacionalidade, uma série de questões envolvem uma legislação jurídica com base no direito brasileiro também. (D1).

¹⁹ Disponível em: https://sites.Unipampa.edu.br/daiinter/files/2021/01/convenio_firmado_en_portugues.pdf

O acordo mencionado não foi encontrado, mas em consulta com o ex-coordenador do curso de Direito, sabe-se que o mesmo já foi aprovado na Unipampa e está aguardando aprovação Uruguaia. Também temos outro acordo mencionado pelo participante C2:

[...] O INIA também, mas ele está mais ligado a área rural com o campus de Itaqui, são Gabriel e o campus de Alegrete, o INIA, que é um instituto semelhante a nossa Embrapa. (C2).

O Instituto Nacional de Investigação Agropecuária (INIA) tem como objetivo gerar e adaptar conhecimentos e tecnologias que contribuam para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário e do país²⁰. De acordo com a cláusula primeira do convênio, o objetivo do mesmo é o desenvolvimento de atividades de estágio de estudantes da Unipampa no INIA, incluindo estágios obrigatórios e/ou não obrigatórios nos cursos de graduação²¹.

Apesar de todos os efeitos da pandemia, surgem demandas visando novos Acordos internacionais nas mais variadas áreas, principalmente na saúde. As organizações internacionais passam a ressaltar a importância dos Acordos internacionais no momento em que se vive para a superação dos desafios e para que o fluxo Internacional continue circulando. Segundo informações obtidas na Diretoria de Assuntos Estratégicos e de Relações Institucionais e Internacionais (Daeinter)²², os convênios internacionais firmados pela Unipampa, até o ano de 2019, incluíam 22 Acordos de Cooperação, principalmente com os países da Argentina, Portugal e Uruguai. Isso se deve ao fato dos *campi* de Jaguarão e Santana do Livramento fazerem fronteiras com os países vizinhos, possibilitando essa integração. De acordo com Stallivieri:

Integração, aqui, é vista como uma ação para diminuir barreiras entre nações e povos, aprimorando o desenvolvimento científico, tecnológico, social e cultural, através da Cooperação e da capacitação em setores específicos, com a obtenção de melhores resultados. Integração, portanto, não pode ser entendida apenas como incorporação, substituição ou introdução. (STALLIVIERI, 2014, p. 18).

O ano de 2020 foi um ano atípico devido à pandemia da Covid-19, com a suspensão das atividades Acadêmicas e administrativas, sendo que o cenário da Internacionalização sofreu algumas consequências, principalmente no âmbito da Cooperação Acadêmica universitária. Por exemplo, de acordo com a DAEINTER (2020), nesse ano apenas dois

²⁰ Disponível em: <http://www.inia.uy/marco-institucional/>

²¹ Disponível em: <https://sites.Unipampa.edu.br/daiinter/files/2019/02/convenio-139-2017-portugues-1.pdf>

²² Disponível em: https://sites.Unipampa.edu.br/Daeinter/files/2019/12/convenios-internacionais-da-Unipampa_dez_19-todos.pdf

Acordos foram celebrados com a Unipampa. Esses Acordos firmados e assinados são com a Universidade de Valência, na Espanha, que é um acordo específico para a co-tutela de um doutorando da Unipampa e o tempo de duração dependerá do tempo do doutorado do estudante; e o acordo da Universidade de La Republica – UdelaR, que é um acordo específico para Cooperação Acadêmica para estudantes da Pós-graduação em Relações Internacionais com vigência até 2025.

Assim, apesar dos poucos Acordos firmados na instituição no ano de 2020, deve se entender a Cooperação Internacional como uma ferramenta neste atual contexto, em que diversos países se aproximaram e estreitaram suas relações numa rede de Cooperação mútua e solidária. A Cooperação sem dúvida é uma grande aliada entre os países para troca de conhecimentos e experiências, além de promover a tríplice que sustenta as universidades: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com relação à pergunta sobre quais foram os avanços dos Acordos implementados, o participante C2 menciona que existem relatórios para acompanhamento desses Acordos no campus:

Normalmente quando se tem, por exemplo, da UdelaR que já é um convênio com certo tempo né foi simplesmente reassinado agora, ele se emite em relatório para nós só que esses relatórios estão com os colegas que são os responsáveis pelos Acordos nos campi, então com certeza esse questionamento você poderia solicitar a esses relatórios. (C2).

Ao procurar os responsáveis pelo setor que se relaciona diretamente com essa parte dos Acordos internacionais para solicitar os relatórios, a informação recebida é de que qualquer relatório só é emitido após o término dos convênios, e como a maioria ainda está vigente não teria como acessá-los.

Alguns avanços foram apontados pelo participante D1:

[...] tendo em vista a UTEC principalmente, é muito pragmática e eles são muito objetivos na execução dos projetos então eu creio que até eles já sabem quais alunos e quais professores vão pleitear tais vagas o aporte de recursos enquanto o mestrado ele tem o compromisso de abrir as suas vagas, nesse caso então do mestrado em administração ele está em vias de, o caso do curso de Direito e do Centro Universitário de Rivera ainda não foi aprovado, o caso da pós-graduação em Relações Internacionais com a UdelaR, aí vamos dizer vem o caso de ação que precedeu o convênio, ou o acordo no caso de Cooperação, porque já houve intercâmbio de professores entre os programas de pós-graduação em Ciências Sociais lá de Montevideú já vieram e já deram aula na pós-graduação em Relações Internacionais contemporâneas e teve dois professores nossos que foram lá para Montevideú. (D1).

Então essa parceria com as universidades acaba por acontecer mesmo sem estar formalizado, é necessário que a partir dessas ações que já acontecem no campus um convênio possa ser celebrado expandindo para novos objetivos e projetos binacionais.

[...] nesse guarda-chuva dos convênios nós fizemos ações aqui integradas na fronteira como SIEPE talvez foi a mais evidente delas, outros eventos também, tem projetos de pesquisa até um deles foi lançado ano passado e tá começando a ser aplicado agora que é a pesquisa epidemiológica binacional que é abarcada por esse convenio entre UdelaR e Unipampa, a UTEC também faz parte dessa pesquisa, a UERGS, o IFSul[...]. (D1).

Importante ressaltar não somente os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional, mas também outras formas de se firmar parcerias estrangeiras. Por exemplo, como o participante D1 menciona o projeto sobre o estudo socioepidemiológico binacional, que envolve as cidades de Rivera no Uruguai e Santana do Livramento no Brasil. O estudo tem como objetivo conhecer a proporção de pessoas acometidas pela Covid-19 e avaliar o impacto sociosanitário das medidas emergenciais adotadas²³. O mesmo participante também ressalta a complexidade que é organizar um projeto binacional e que há toda uma articulação necessária entre as instituições e poderes públicos, e complementa dizendo:

[...] avanços ocorreram talvez não na velocidade e na medida da necessidade, mas ocorreram. (D1).

Já o participante C1 comenta sobre a viabilidade de enviar alunos para o exterior devido os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional firmados entre as Instituições:

[...] a gente conseguiu enviar vários alunos para fora, e não só Estados Unidos, China, Itália, mas muitos também na América Latina então também através de, nos assinamos um acordo com o Santander que permitiu o envio de alunos em Portugal, Colômbia, México, Uruguai e também através do grupo COIMBRA [...] (C1).

O Programa Santander oferece bolsas para os alunos estudarem no exterior ou em outras instituições de acordo com os requisitos estabelecidos no convênio. A Unipampa assinou no início do ano um acordo de Cooperação com o banco Santander com o objetivo de proporcionar apoio financeiro aos estudantes de cursos técnicos, graduação ou pós-graduação

²³ Disponível em: <https://Unipampa.edu.br/portal/Unipampa-participa-de-estudo-socioepidemiologico-binacional>

e àqueles que já possuem auxílio financeiro na instituição ou em outros órgãos de fomento para que possam continuar seus estudos incrementando a qualidade Acadêmica²⁴.

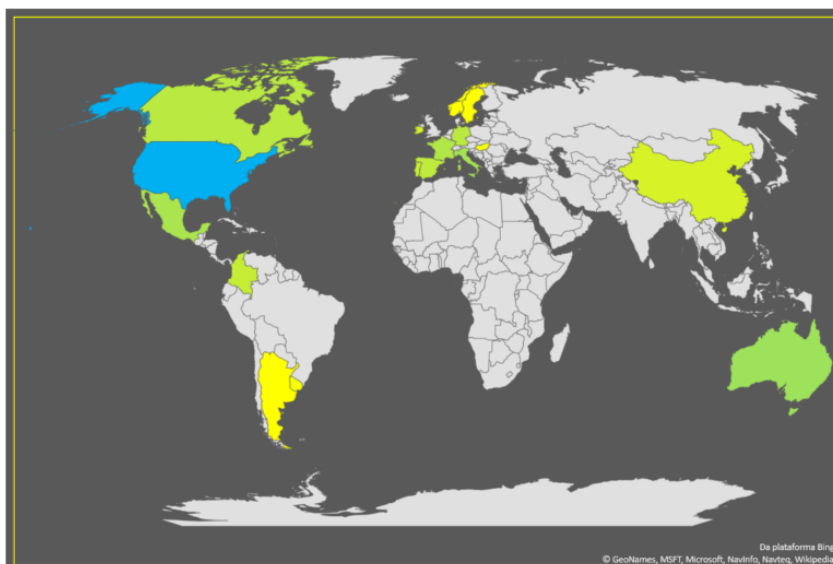
Como uma das ações de Internacionalização, existe a mobilidade Acadêmica Internacional tanto na forma *outgoing* como *incoming* que são realizadas através de convênios internacionais. A forma *outgoing* é quando alunos da Unipampa solicitam um período para estudar no exterior em alguma instituição que a universidade tenha um convênio, não sendo ofertados bolsas ou auxílios financeiros. Já na forma *incoming*, algum aluno de instituição estrangeira que tenha acordo firmado com a Unipampa pode solicitar um período para estudar nesta instituição, nessa modalidade também não há bolsa ou auxílio financeiro financiado pela Unipampa.

Existe também outro programa de mobilidade Acadêmica chamado Programa Estudante Convênio de Graduação – PEC-G:

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) criado oficialmente em 1965 pelo decreto nº 55.613 e, atualmente regido pelo Decreto nº 7.948 oferece a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico a oportunidade de realizar seus estudos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. (BRASIL, 2018b).

É importante observar na figura 7, a seguir, os países de destinos dos estudantes da Unipampa na modalidade *outgoing*:

Figura 8 – Países de destinos de estudantes da Unipampa



Fonte: Universidade Federal do Pampa, Daeinter (2019)

²⁴ Disponível em: <https://sites.Unipampa.edu.br/proplan/2021/04/16/Unipampa-e-banco-santander-bolsas-de-graduacao-2021/>

Na sequência, visualiza-se o Quadro 6 com o número de estudantes da Universidade que realizaram a modalidade *outgoing*.

Quadro 6– Número de estudantes da Unipampa na modalidade *outgoing*

País	Número de alunos
Alemanha	18
Argentina	1
Austrália	25
Canadá	18
China	11
Colômbia	15
Espanha	17
Estados Unidos	64
França	20
Grã-Bretanha	10
Hungria	3
Irlanda	11
Itália	23
México	24
Noruega	1
Portugal	20
Suécia	2
Uruguai	3

Fonte: Autora (2019) adaptado da Diretoria de Assuntos Institucionais e Internacionais (2019).

De acordo com a figura 8 e o quadro 6 observa-se a pequena quantidade de alunos que vão estudar no Uruguai, apesar da proximidade do campus Santana do Livramento com a cidade de Rivera, assim como não temos alunos nessa modalidade na Argentina. Fica o questionamento para o que necessita que se tenham mais relações com os países vizinhos, faltam Acordos? Ou os Acordos estão aí implementados, mas o que falta são as divulgações dos mesmos nos campi? Quaisquer que seja a resposta, retorna-se para a problemática da instauração de uma política institucional que trate diretamente do assunto.

[...] viabilizar os convênios inicialmente com o nosso, diríamos assim, o nosso quintal [...], teve dias Anna que nós fomos de manhã a Montevideú, fizemos o que tínhamos que fazer e voltamos, a noite estávamos aqui em Livramento, isso é o normal né. Mais perto você ir para Montevideú que é a capital do que ir talvez porto alegre. Só pra complementar que esse é um avanço pra nós muito grande principalmente no MERCOSUL que nós temos que ter esse relacionamento. (C2).

A importância da Internacionalização dentro da Unipampa parece estar bem clara para muitos, como menciona o participante C2:

[...] os avanços desses Acordos é com certeza pra nós, qualquer acordo de Cooperação principalmente Internacional nos traz um ganho imenso né um avanço pra nós aqui do Brasil [...] é importantíssimo essa relação Internacional, por exemplo, para a qualificação da Unipampa perante o ranking que nós temos um ranking qualquer convênio Internacional para nós conta muito nesse ranking. (C2).

O participante também menciona os avanços da Internacionalização online que vem acontecendo devido à pandemia.

[...] estamos trabalhando com a questão da Internacionalização digital, pode colocar que é um dos nossos objetivos essa **Internacionalização online**. (C2).

Assim que foi anunciada a situação de pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a reitoria da Unipampa criou o Comitê de Monitoramento do Coronavírus²⁵ para acompanhar a evolução e os impactos da pandemia e propor ações que contribuíssem no enfrentamento à Covid-19. Também foi anunciado o Grupo de Trabalho²⁶ para elaboração de protocolos de retorno, para quando voltarem às atividades Acadêmicas e administrativas presenciais contando com orientações para um retorno seguro.

Algumas ações continuaram na pandemia mesmo que de forma online, como por exemplo, o intercâmbio virtual da Colômbia para o ano de 2021 com a *Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia*, que está oferecendo o intercâmbio virtual em nível de graduação e pós-graduação. Também cabe destacar o Projeto Online “Ponte Chinesa”, no qual a Universidade Normal de Hebei oferece aos estudantes brasileiros a oportunidade de aprender chinês online. Assim como a mobilidade virtual na *Universidad de Mendoza*, uma

²⁵ Portaria nº 869/2020 disponível em: <https://sites.Unipampa.edu.br/coronavirus/files/2020/04/portaria-comite.pdf>

²⁶ Portaria nº 1416/2020 disponível em: <https://sites.Unipampa.edu.br/coronavirus/files/2020/07/portaria-gt-protocolo-retorno.pdf>

instituição de Ensino Superior na Argentina, que tem parceria com a Unipampa, que teve uma oferta curricular para alunos cursarem um semestre no ano de 2020.

Cabe destacar o Programa de Mobilidade Internacional Virtual da Andifes – Destino Brasil, que proporciona a Internacionalização sem que o aluno precise sair de casa. No dia 06 de abril de 2021, a Daeinter divulgou em sua página oficial ²⁷ uma notícia acerca do Programa de Mobilidade Virtual Internacional proposto pela Andifes. Os cursos gratuitos, de curta duração, podem ser ofertados em inglês, francês, espanhol ou em qualquer outro idioma, oferecidos virtualmente pelas universidades federais brasileiras para seus alunos, com 30% das vagas, e para parceiros internacionais 70% das vagas.

A Universidade de Manizales, na Colômbia, também está ofertando vagas para intercâmbio virtual para os estudantes da Unipampa. E a Unipampa está oferecendo cursos de português para estrangeiros como língua adicional em contexto de imersão com carga horária de 30h e certificação.

A pandemia não conhece fronteiras. Ela se espalha e afeta cada região de modo diferente. Nesse momento de incertezas, as universidades precisam descobrir novas maneiras de conceber a educação para se ter um significado transformador é necessário inovar e ressignificar as práticas educativas; e a Internacionalização tem seu papel fundamental durante esse processo.

Além disso, é um momento de profunda imprevisibilidade, pois, até o momento, não se pode ter certeza de quanto tempo a pandemia ainda irá durar. Por isso, as instituições de educação superior precisam reconhecer a importância da Internacionalização no processo de formação e produção de conhecimento.

Se por um lado, a pandemia da Covid-19 trouxe inúmeras incertezas, com o fechamento temporário das universidades, afetando muitos estudantes e o fluxo de intercâmbios e migrações de estudantes estrangeiros sendo reduzido ou até mesmo interrompido. Por outro lado, ela fortaleceu os laços das relações de Cooperação Internacional e proporcionou que os países vizinhos se juntassem na busca de soluções para combater o vírus.

A pandemia da Covid-19 é uma crise de saúde de proporção global que também afeta o cenário da educação como um todo. As universidades e seus espaços não serão os mesmos após essa crise, as mudanças que ocorreram durante esse período já estão abrindo espaços para um novo pensar na formação educacional. Para Santos (2020), a mudança de paradigma

²⁷ Disponível em: <https://sites.Unipampa.edu.br/Daeinter/>

é um processo que, mesmo sendo imposto rapidamente, depende da população para que realmente as mudanças ocorram. Por isso, novas formas de (re) pensar e inovar na educação superior transformando os espaços em lugares mais dinâmicos, globalizados e adaptados para a sociedade do conhecimento.

Em relação à pergunta sobre os fatores externos e internos que possam ter influenciado os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional no campus Santana do Livramento, os participantes indicaram a pandemia como algo que vem afetando os processos dos Acordos, a falta de recursos e outras situações mais específicas.

O participante C2 comenta sobre a falta de recursos:

[...] quais fatores externos possam ter influenciado com certeza, a questão também, a Cooperação Acadêmica Internacional tá sendo agora, pelo menos nesses últimos anos você deve convir comigo, você tem atuação junto a direção, que a questão financeira é fundamental, eu não posso, o professor x tem um convênio com o ínea, por exemplo, e precisa de recursos pra ir né [...] (C2).

O participante C1 também relata a falta de financiamento como um dos fatores que influenciam os Acordos de Cooperação na universidade:

Na minha gestão de assessoria Internacional na Unipampa nunca teve um recurso próprio da assessoria Internacional. A única coisa que consegui foi fazer essas viagens, que pudesse ajudar os alunos e outras universidades públicas têm recursos. (C1).

Também é mencionada a questão política, nesse caso um dos participantes lembra-se da sua gestão no período em que a Unipampa estava apenas começando a desenvolver suas atividades no âmbito da Internacionalização.

[...] um fator externo se a gente pensa na política né, o fato de ter o governo Lula, isso facilitou bastante os Acordos, assim a acolhida da Unipampa dentro de contextos internacionais porque a gente tava vivendo um período de uma política externa afirmativa, de inserção de busca de novos mercados de novos parceiros né. Então digamos que isso foi um fator externo que influenciou o entrelaçamento assim de relações né. (C1).

A questão burocrática também é observada pelos participantes:

[...] o professor não pode pedir um carro da Unipampa e o carro da Unipampa não ultrapassa a avenida que divide vocês aí do outro lado da praça ele não pode entrar na Sarandi ele tá em improbidade administrativa se der um acidente lá, o professor tá sujeito a levar um PAD e

talvez até abandono de emprego porque não pediu para o diário oficial da união quinze dias antes o afastamento. (C2).

Este aspecto salientado evidencia que a Cooperação Internacional Acadêmica Internacional ainda está enraizada por legislações mais antigas e altamente burocráticas dificultando as relações entre os países. O afastamento para fora do país para servidores da Unipampa tem que ser oficializado através de formulário com antecedência de 15 dias antes e tramitar nos conselhos superiores de cada campus. E complementa dizendo:

[...] aí os caras querem fazer uma reunião em Montevideú, Argentina, querem fazer uma reunião em Buenos Aires sobre o comitê do rio Uruguai que é importantíssimo, o rio que tá atravessando o sul do Brasil que corta o Rio Grande do Sul lá, nós não temos recursos e não podemos pedir sequer o carro que fica muitas vezes ocioso como estão agora nessa questão da pandemia pra atravessar e ir ali, isso é um fator externo e interno também. (C2).

Entretanto, verifica-se que o participante D1 observa os fatores externos que influenciaram positivamente os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional no campus:

[...] do ponto de vista externo, eu acho que positivamente a nossa localização geográfica né, ela facilita e favorece, ela demanda e exige, eu diria até que por uma questão de sobrevivência da instituição se Internacionalizar, se integrar, se integrar com a fronteira, a nossa universidade ela é, está na própria lei de criação do PDI, que é uma universidade criada e fundamentada para desenvolvimento regional, favorecer o desenvolvimento regional. E aí se a gente for ver desenvolvimento regional em uma região de fronteira, é desenvolver a fronteira. (D1).

A característica da Unipampa, mais especificamente o campus Santana do Livramento, estar situada na fronteira brasileira difere das outras universidades, pois, com isso, propicia um diálogo Internacional muito mais rico e significativo.

[...] a interligação com a fronteira é muito grande, então assim, pensar uma universidade para o desenvolvimento regional sem pensar o desenvolvimento regional como o desenvolvimento de fronteira é errado [...] e aí vem a Internacionalização é uma necessidade para desenvolver a fronteira, ela tem que estar articulada no ensino, na pesquisa, na extensão, na gestão, com os atores públicos e privados dos dois lados da fronteira, ela tem que ser um porta-voz, uma referência, dos dois lados né, eu acho que isso favorece. (D1).

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023) da Unipampa está previsto as visões multi, inter e transdisciplinar do conhecimento científico; o desenvolvimento regional e a Internacionalização, entre outros. Assim, a Internacionalização

está diretamente relacionada ao desenvolvimento regional proporcionando que a universidade se alinhe cada vez mais a essa premissa de compartilhar conhecimento por meio de relações e parcerias mútuas.

[...] aqui existe entre as instituições de educação técnica e superior um cenário favorável de Cooperação entre as instituições [...] existe um ecossistema das instituições de ensino técnico e superior que eu vejo assim muito interessante, pra nossa fronteira, pro tamanho que ela tem, pro nível de desenvolvimento relativo tanto de Rivera em relação ao Uruguai como de Livramento em relação ao RS e Brasil. (D1).

Assim, como observa o participante D1, as cidades de Santana do Livramento e Rivera contam com quatro universidades: a Unipampa, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSUL), Universidade da República – Centro Universitário de Rivera (UdelaR). Duas escolas técnicas: Escola técnica superior de Rivera (UTU) e Universidade tecnológica do Uruguai (UTEC).

[...] Então a gente tem quatro universidades, duas escolas técnicas, mais uma escola de formação superior de professores que é separada no Uruguai né, a gente tem universidade estadual, universidade federal, a gente tem cursos de todas as áreas do conhecimento então vamos dizer assim, pra uma conurbação urbana que é Rivera e Livramento de 160 mil pessoas, é muita coisa. (D1).

As cidades de Santana do Livramento e Rivera possuem ao todo um grande número de instituições de educação, tornando a Internacionalização muito forte nessa região. Como os próprios participantes relatam, é inconcebível que não haja apoio, divulgação necessária para que mais Acordos possam ser estabelecidos, para que mais Acordos possam ser continuados, para que haja os trâmites legais, para que seja um processo célere, oposto do que foi relatado nas entrevistas. O fortalecimento das relações na Fronteira da Paz viabilizará o desenvolvimento de processos inovativos na área da Internacionalização da Educação Superior.

Alguns outros fatores externos negativos relatados pelo participante D1, por exemplo, é o fato da Unipampa e outras instituições que são multicampi, terem unidades menores que são interligadas a unidades maiores cuja sede está em outros polos dificultando muitas vezes a comunicação no andamento da celebração dos Acordos.

[...] Então a gente precisa a todo momento ter essa articulação com as sedes então as necessidades imediatas elas não são muitas vezes sentidas pelas gestões superiores a gente tem que tá provocando, a gente tem que tá levando, até tem que estar sendo insistente pra

algumas coisas chegarem até nós com a necessidade da fronteira. (D1).

Também é relatado como um fator que influencia os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional a carência de um comprometimento maior por parte dos servidores do campus para fomentar a Internacionalização. A importância da integração e da Cooperação Internacional na fronteira precisa ser debatida nos espaços da Universidade, assim todos possam estar envolvidos na promoção de um espaço híbrido geograficamente. Como pontua Stallivieri (2017) é necessário estimar e sensibilização e aceitação interna sobre o tema, capacitar e promover a proatividade do corpo docente.

[...] essa falta de flexibilidade e abertura por parte de colegas e alguns dirigentes da Universidade. Em não entender que a Internacionalização é uma parte importante de crescimento e da qualidade do ensino. Então muitas vezes essas iniciativas que a gente tomava não eram recebidas. (C1).

A participação em projetos também é indicada como um fator externo e interno de relevância para os Acordos, tanto projetos de extensão como de pesquisa também, grupos de trabalho e eventos, como o SIEPE, que ajudam no engajamento das relações internacionais.

A nossa colaboração para realizar aquele evento que foi uma pedreira com tanto problema, mas ao mesmo tempo foi bonito de ver todo o pessoal trabalhando, ao mesmo tempo participando, e quem vinha de fora achava o máximo aquilo né, achava super legal e tal, o que é essa fronteira, o que é vocês envolvidos aqui e tal e coisa, é um fator que de certa forma contribuiu e influenciou para que outros, inclusive formalmente, processos pudessem avançar. (D1).

O participante ressalta a importância que o SIEPE teve no campus Santana do Livramento, que o contato físico com pessoas de outros países, as relações e parcerias que começaram a partir disso impulsionaram e incentivaram a criação de novos Acordos. O evento acontece anualmente, sendo que a nona (2017) e a décima (2018) edição ocorreram no campus Santana do Livramento. A última edição (2020) ocorreu de forma online sendo um desafio para todos, mesmo assim, foram 2574 inscritos, 1145 trabalhos aprovados e 29 trabalhos premiados nas categorias de Pesquisa e Inovação, Ensino e Extensão. Dos 29 trabalhos premiados, 24 deles foram contemplados com bolsas de iniciação científica de ensino e extensão pelo período de dez meses²⁸.

²⁸ Informações disponível em: <https://eventos.Unipampa.edu.br/siepe/>

[...] tudo lá começou com o SIEPE, [...] a gente começou a conhecer os colegas de outras instituições, eles começaram a nos frequentar a gente frequentar eles, então assim, conversas aleatórias que a gestão nem participou diretamente, quando via tava lá, os professores colaborando numa pesquisa [...] então acho que isso favoreceu muito. (D1).

Alguns fatores externos que tiveram impacto negativo nos Acordos, segundo o participante D1 é a transição de gestões nas instituições e também nos governos. Muitas vezes os processos dos Acordos são iniciados e acontece a troca de algum gestor ou prefeito, e todo o encaminhamento do Acordo é perdido. A questão da Cooperação Internacional no âmbito da Universidade não é algo de responsabilidade de um setor específico, é um trabalho que deve ser realizado em conjunto.

[...] na nossa fronteira ainda tem um pouco de falta de cultura de Cooperação entre a academia, empresariado, sociedade, governos e governos locais principalmente, ou regionais, assim, de que a gente, a sociedade, os governos, o empresariado ainda não reconhece a academia como um ator fundamental do desenvolvimento, e por isso tem dificuldade da gente participar desse processo e, ao mesmo tempo, as nossas instituições ainda não conseguem acessar esses espaços né. (D1).

A falta de interesse por parte dos governos locais brasileiros também é algo que afeta diretamente nos Acordos internacionais, o participante D1 menciona a diferença do lado Uruguaio na hora de dar início as conversações que derivam dos Acordos e convênios firmados.

[...] a intendência de Rivera tem essa visão, uma visão interessante pelo menos um germe dela, uma visão de educação, de um sistema de educação da fronteira tanto que ela busca o diálogo com as universidades brasileiras; coisa que a nossa prefeitura nunca fez, ela mal procura a Unipampa mesmo né, mas muito menos vai pro outro lado da fronteira. Então assim, ainda estamos muito insipientes nessa Cooperação entre as instituições né, e que afeta também a Cooperação Internacional no meu ponto de vista. (D1).

Acerca dos fatores internos que possam influenciar nos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional no campus Santana do Livramento, a existência do curso de Relações Internacionais que acaba trazendo um pouco mais sobre a temática da Internacionalização no campus, e conseqüentemente, os Acordos de Cooperação. A DAEINTER foi criada primeiramente no campus Livramento e depois ter ido para a sede de Bagé, também influencia de alguma forma porque parte da estrutura e do pessoal ainda estão trabalhando no campus o que ocasiona esse contato mais direto e imediato.

O participante D1 comenta que no caso do campus Santana do Livramento tem muito mais fatores externos que influenciam os Acordos do que internos:

[...] a gente deveria pelo menos igualar os fatores externos ou ter muito mais força, políticas e ações de Cooperação Internacional [...] eu vejo coisas assim que todas as universidades fazem entendeu, é intercâmbio, cursos de idiomas, ajuda, mas assim, ó que coisa diferente, que coisa que realmente vai dar um salto pra nós, e a gente é constrangido por orçamento, por pessoal, por uma série de questões [...] mas de certa forma todas essas ações, por exemplo, intercâmbios, cursos de idiomas, são de certa forma, indiretamente ações da reitoria, da Daeinter, do campus, de servidores comprometidos, por exemplo, vai lá e dá um curso de idiomas pros nossos alunos, então fica meio dentro desse guarda-chuva aí. (D1).

A seguir, demonstra-se sinteticamente, nos Quadros 7 e 8, os principais fatores externos (positivos e negativos) e internos que influenciaram os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional, apontados pelos participantes sujeitos desta pesquisa:

Quadro 7 – Fatores externos (positivos e negativos) que influenciaram os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional - ACAI

FATORES EXTERNOS	
NEGATIVOS	POSITIVOS
Falta de recursos Questão política Pandemia da Covid-19 Questão burocrática Sede das instituições em outros polos Transições das gestões nas instituições e governos Falta de cultura de Cooperação entre as instituições, empresariado, sociedade e governos locais	Localização geográfica Cenário favorável de Cooperação entre as instituições

Fonte: Autora (2021).

Quadro 8 - Fatores internos que influenciaram os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional - ACAI

FATORES INTERNOS
Servidores comprometidos com o fomento da Cooperação nas universidades Colaboração em projetos; Curso de Relações Internacionais; Parte dos servidores da Daeinter localizados no campus;

Fonte: Autora (2021).

Ao perguntar aos participantes sobre o entendimento do conceito de inovação educacional, as percepções vieram ao encontro dos conceitos abordados nessa pesquisa. Algumas definições feitas pelos participantes:

É manter sempre a universidade aberta à diversidade, a pluralidade, e a diversidade de culturas porque acho que isso é um enriquecimento ímpar né. Inovação educacional é jogar fora todas as estruturas de poder, as relações hierárquicas e tentar criar uma comunidade horizontal né em que todo mundo cresce junto. Isso pra mim é inovação educacional no sentido de recriar. (C1).

[...] eu entendo que seja a busca de novos métodos e formas de educação pra que nós possamos acompanhar essa evolução tanto na área da educação como na área tecnológica e termos uma melhor aprendizagem. (C2).

[...] eu entendo inovação educacional como todo aperfeiçoamento, ou melhoria tanto institucional como pedagógica que possibilite a melhoria das práticas né, de ensino, de pesquisa, de extensão né, desde a sala de aula até os projetos né, e aí, inclusive a gestão, não sei na minha concepção inovação educacional passa pela gestão também, e aí como todas essas ações de alguma forma se conectam com Internacionalização, eu acho que a Cooperação Internacional também deve ser eu imagino um instrumento de inovação educacional. (D1).

Todos os participantes pensam a inovação educacional como novas formas e métodos para melhorar a qualidade do ensino. A inovação dentro da educação traz algo de “novo”, ou seja, algo ainda não estreado; é uma mudança, mas intencional e exige um esforço deliberado e conscientemente assumido. (CARDOSO, 1992, p. 46). Assim, todos tem a consciência da importância de se pensar novas práticas no âmbito educacional, e a Cooperação Acadêmica Internacional é uma delas.

Então inovação educacional é repensar uma educação inclusiva realmente inclusiva, não em termos quantitativos, mas qualitativos. E com esse corte Internacional da Internacionalização eu diria isso, digo incluir quanto mais culturas, quanto mais saberes, que não é só o saber acadêmico, não é só o saber científico. (C1).

Por isso a inovação ganha destaque incentivando todos a buscar novas formas e mecanismos adequados para se adaptarem às suas realidades. De acordo com Carbonell (2002), “A inovação permite estabelecer relações significativas entre diferentes saberes, de maneira progressiva, para ir adquirindo uma perspectiva mais elaborada e complexa da realidade.” (CARBONELL, 2002, p. 21). Também são apontadas várias ações consideradas como inovadoras na Fronteira como a própria Cooperação Acadêmica Internacional, os

intercâmbios, mobilidade Acadêmica entre as instituições uruguaias, cursos binacionais, reconhecimento de diplomas entre outros. O participante D1 também enfatiza:

[...] aqui na fronteira a gente inova horrores, a gente tem que inovar para sobreviver, porque senão a gente não sobrevive. (D1).

Nas palavras de Carbonell (2002), “a mudança e inovação são experiências pessoais que adquirem um significado particular na prática, já que atendem tanto os interesses individuais como coletivos”.

[...] se a gente não fizer a integração e a Cooperação avançar na prática, esperar que as normas os convênios, prevejam tudo que a gente pode fazer antes da gente fazer, a gente vai acabar de repente não conseguindo fazer muita coisa. Então a gente às vezes tem que inovar com coragem né. (D1).

Pensar em como colocar na prática aquilo que se almeja é uma forma de inovação, almejar a construção de uma sociedade inovadora que busca enfrentar os desafios da globalização. Como afirma Imbernón (1994): “a inovação na prática se dá quando a pessoa que a executa reflete e interioriza o processo como próprio, extrai conclusões sólidas, planeja a ação e é capaz de levá-la a cabo estabelecendo elementos de nova reflexão e inovação”. (IMBERNÓN, 1994, p. 65).

Quando foi questionado sobre os elementos de inovação educacional que deveriam estar presentes nos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional, um dos participantes coloca a situação do incentivo ao intercâmbio de alunos e professores, que é fundamental para que se fortaleçam as relações com outros países objetivando um campus cada vez mais Internacionalizado. O incentivo a consolidação dos Acordos de Cooperação e aos protocolos e convênios também é indicado como um fator de inovação educacional que deveria estar presente nos Acordos.

Entende-se que a inovação para a concretização da Cooperação Internacional, que está prevista nos documentos institucionais deve ser fruto de um movimento consciente, legítimo e integral dos agentes da comunidade Acadêmica. (MENDES, 2019). Atualmente, a educação superior enfrenta um grande desafio que é melhorar a qualidade do ensino assegurando uma maior visibilidade nacional e Internacional.

No período de sua gestão, o participante D1 lembra-se de alguns elementos de inovação que foram evidenciados, como o evento do SIEPE, o grupo de discussão do Polo Tecnológico Binacional, o Festival Binacional de Enogastronomia. Esse último que está na

sua 7ª edição, tem como objetivo valorizar as receitas e sabores locais através de atividades que dão destaque para a produção de alimentos e bebidas da região. O Festival reforça os laços com a cultura, culinária e envolvimento com as cidades de Santana do Livramento e Rivera²⁹.

Como menciona o participante D1:

[...] a Cooperação Internacional ela deveria ser, vamos dizer assim, recíproca, ou deveria ter base no critério da reciprocidade. (D1).

Ao se pensar na Cooperação entre as instituições deve se levar em conta que cada uma vai cooperar com aquilo que ela pode oferecer, se uma instituição tem mais recursos humanos então ela vai cooperar disponibilizando pessoas para trabalhar, se outra instituição tem mais recursos financeiros, então ela coopera com dinheiro, se uma tem mais infraestrutura do que as outras é isso que ela vai disponibilizar. Pode-se chamar de cultura de Cooperação esse engajamento nos Acordos de Cooperação.

Nesse caso do polo tecnológico, por exemplo, o estudo de viabilidade tá sendo feito por uma empresa, uma consultoria da coreia do sul tá, paga com recurso que o governo do Uruguai transferiu para a UTEC e é proveniente do banco interamericano de desenvolvimento, ou seja, todo mundo faz parte do grupo de discussão, mas a UTEC que viabilizou o recurso ela tá fazendo o aporte que ela consegue e cada instituição vai entrar com aquilo que tem de melhor. (D1).

Todas essas reflexões dos participantes apontam para a realização de uma integração regional cada vez mais melhorada, já que a Internacionalização por meio da Cooperação Internacional é vista por parte dos entrevistados como uma forma de se viver melhor, num mundo mais solidário.

4.3.1 Dificuldades na implementação dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional na Unipampa

Como uma das grandes dificuldades mencionadas pelos participantes da pesquisa é a **questão burocrática** do marco legal, um marco fronteiriço que posso equiparar os Acordos na fronteira.

²⁹ Disponível em: <https://www.festivaldeenogastronomia.com/>

[...] porque nós somos, no caso da Unipampa, uma instituição de ensino pública federal regida por uma legislação federal, entretanto estamos na prática expostos a uma situação de contato Internacional diário. (D1).

Para participar de reuniões e em eventos onde se precisa atravessar a fronteira é bem difícil, especialmente se for olhar o que diz a legislação do servidor público federal, que é o caso dos servidores da Unipampa.

Esse marco legal da nossa mobilidade de pessoal, dos discentes, as vezes como é que tu faz para colocar um discente num ônibus e atravessar a fronteira? Por exemplo, o nosso microônibus não pode atravessar. (D1).

Muitas vezes é desmotivante tentar estabelecer parcerias com as instituições vizinhas pela falta do marco legal, e são várias oportunidades de Cooperação em pesquisas, em extensão e ensino. Se um docente precisa viajar a trabalho para Montevidéu, onde está sediada uma grande parte da UdelaR, ele precisa provar um afastamento Internacional para que tramite nos conselhos, pedir diárias internacionais, o que acaba não acontecendo pelo custo alto que o valor de uma diária Internacional tem. E muitas vezes todo esse processo demora dias, o que acaba prejudicando e fazendo com que muitos desistam de colaborar nos projetos.

[...] pra nós aqui da fronteira, em termos logísticos, ir para Montevidéu é mais fácil do que ir para porto alegre, em termos logísticos, mas em termos burocráticos é uma coisa horrível então assim, nós estaríamos bem mais amparados e teríamos facilidade em desenvolver Cooperação, por exemplo, com o Uruguai e Argentina só pra pegar o nosso entorno imediato, se a gente tivesse uma flexibilidade maior. (D1).

O participante também menciona que existem precedentes, pois nos *free shops* criaram um marco legal específico para a fronteira, tanto no lado Uruguaio como o lado Brasileiro e argumenta que também existe o estatuto do fronteiriço, que fornece uma carteirinha permitindo ao fronteiriço trabalhar dos dois lados na fronteira.

Como outra grande dificuldade enfrentada é apontada a **questão financeira**, a falta de recursos proveniente de trocas de dirigentes e governantes, por exemplo, ocasionando uma restrição orçamentária.

[...] alguma coisa dessa Cooperação Internacional envolve recursos, por exemplo, pra tu ter mobilidade de discentes, pra tu botar os discentes num ônibus, pra tu pagar uma bolsa pra um discente fazer um intercâmbio, pra um professor ter diária, coisas assim né, então essas restrições financeiras abalaram um pouco. (D1).

O participante C2 também comenta que a Unipampa não tem uma fundação para captar recursos:

[...] nós não temos como receber recursos externos, por exemplo, eu teria a maior vontade de chegar no ministério das relações exteriores e dizer olha ministro eu tenho possibilidade de trazer um convênio com a parte ambiental que hoje está o nosso presidente lá tratando do meio ambiente com a questão climática, trazer dólares, euros, pra dentro da Unipampa, pesquisas na área ambiental na área da educação e eles vão dizer, sim professor mas como é que tu vai pegar, vai trazer numa mala esses euros de lá? Porque vocês não têm fundação, sequer temos fundação (C2).

Além disso, é mencionada a **questão cultural**, ainda existem algumas rivalidades fúteis de Fronteiriços com Brasileiros e vice-versa, ou Fronteiriços com Fronteriços, o que acaba dificultando relação entre os governos dos países. O participante D1 enfatiza que precisamos de todo o apoio político para impulsionar os Acordos de Cooperação Acadêmica, ou quaisquer outras ações e, muitas vezes, o governo brasileiro não dá a devida atenção a esse assunto.

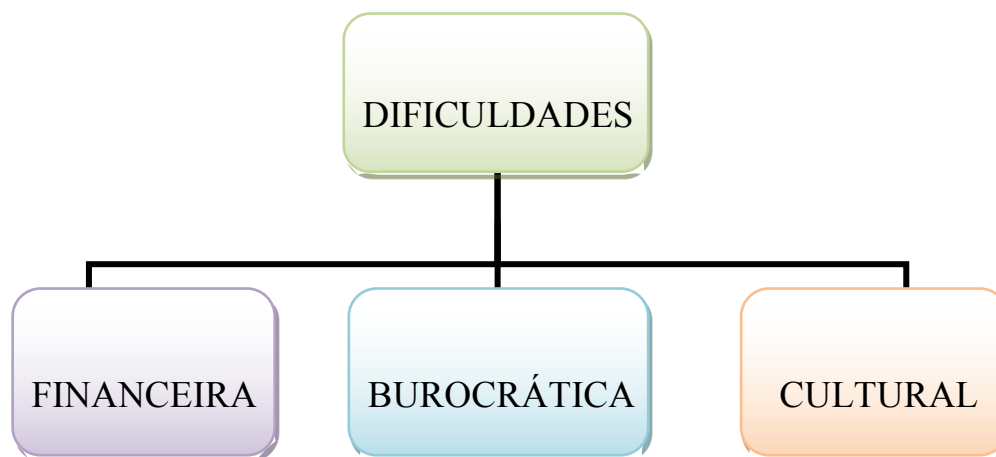
[...] é muito mais fácil o diretor do campus Livramento, por exemplo, ter uma audiência com o ministro da educação do Uruguai do que com o ministro da educação no Brasil, a gente tem mais portas abertas em Montevideu do que em Brasília, então a gente precisa dos políticos daqui para chegar ou pra que Brasília venha até nós e veja, olha realmente eles precisam de uma atenção diferente aqui, tem muito potencial. (D1).

Existe ainda uma falta de cultura de Cooperação com os países vizinhos, com outras instituições, implementar ações isoladamente sem abrir os olhos para seu entorno imediato, e isso precisa ser melhorado. O participante D1 também comenta que outras instituições têm sua tradição de Cooperação fundamentada numa Cooperação mais hierarquizada com grandes centros internacionais, o que não é a casa da Unipampa, que é uma universidade de fronteira, do interior.

[...] a gente precisa, sem excluir a Cooperação tradicional, a gente precisa de uma cultura de Cooperação Internacional no nosso entorno imediato porque assim, tem uma íntima relação o fato, por exemplo, de a gente ter mais portas abertas no Uruguai. (D1).

Em suma, foram elencadas três principais dificuldades apontadas pelos participantes, **questão burocrática, financeira e cultural**, abarcando todas essas questões outras discussões foram originadas, que estão sistematizadas na Figura 8:

Figura 9 – Dificuldades elencadas na consolidação dos ACAIs



Fonte: Autora (2021).

4.3.2 Perspectivas e potencialidades de inovação nos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional na Unipampa

Em relação aos possíveis elementos de inovação que deveriam estar presentes nos Acordos, todos os participantes concordam que a Internacionalização e o seu fomento dentro da universidade é uma forma de inovar.

O principal elemento que deve ser pensando e incrementado o quanto antes é a questão do marco legal específico para a Cooperação Acadêmica Internacional

[...] um marco legal que possibilitasse criar um curso dos dois lados da fronteira, ou melhor, ainda, invés de criar um curso ou do lado uruguaio ou do lado brasileiro, criar o mesmo curso compartilhando estruturas, docentes e alunos dos dois lados. (D1).

Lembrando que a Unipampa já possui um convênio com a UdelaR, mais especificamente a pós-graduação de Relações Internacionais propiciando o intercâmbio de professores. Então há a necessidade de se ter uma flexibilidade maior não só dentro da Universidade, mas na legislação como um todo.

Outra questão também mencionada é a Cooperação da Unipampa não só com outras instituições de educação, mas com o setor público e o empresariado. A articulação com outros atores, outros setores iriam melhorar muito a qualidade e a efetividade de ações além do desenvolvimento local.

Um ponto que precisa ser discutido e pensado é uma linha de ônibus binacional para os estudantes, já que a Unipampa possui estudantes fronteiriços.

[...] os nossos estudantes fronteiriços se eles têm que pegar um ônibus, eles vão ter que pegar um até a linha divisória e depois vão ter que vir a pé, enfim, não tem aquela mobilidade facilitada né. (D1).

Assim, para as cidades de Santana do Livramento e Rivera que possuem um número suficiente de instituições de educação técnica e superior públicas está mais que na hora de se discutir uma política articulada que possa colaborar com essas questões.

Então essa Cooperação Internacional ela deve ter também um componente de Cooperação com as instituições não só educacionais, mas que vão fomentar certas ações ou políticas que beneficiam a educação. (D1).

A mobilidade Acadêmica entre alunos brasileiros e uruguaios também deve chamar a atenção para o fato do seguro Internacional para os estudantes que resulta numa outra burocracia frustrando a mobilidade Acadêmica efetiva no nosso próprio quintal

Outro elemento elencado é a implementação de uma secretaria binacional da Educação Superior para a articulação das instituições de educação da fronteira com o setor político e os poderes públicos. O participante D1 comenta que em uma ocasião foi marcado um evento das instituições com os ministérios da educação do Brasil e do Uruguai e os ministérios das relações exteriores do Brasil e do Uruguai na fronteira para discutir essas questões de integração em matéria de educação. Os ministérios uruguaios da educação e das relações exteriores confirmaram, mas se teve uma dificuldade enorme com os representantes do Itamaraty e também do ministério da educação brasileiro pela instabilidade política e falta de interesse por parte do governo brasileiro.

Então essas questões elas precisam estar em Acordos de Cooperação interinstitucionais, mas também a gente chega num ponto que a gente não consegue mais avançar se não houver Acordos internacionais dos países que precisam respaldar [...] pra gente poder avançar então a gente tem que chamar esse pessoal pra poder avançar também. Mas é um horizonte que a gente precisa caminhar. (D1).

Outro elemento que deve se pensar é uma agenda conjunta de eventos e colaboração em eventos entre as instituições da fronteira. Poderia expandir essa agenda para se integrar ao calendário acadêmico da Universidade, não pensando só nas parcerias internacionais, mas de outras instituições de educação superior locais.

[...] O SIEPE tava no calendário de eventos do IFSul lá na reitoria em Pelotas ta vendo? Mas podia ser além do SIEPE tantos outros eventos da Unipampa e a Unipampa também integrar e incluir tantos outros eventos do IFSul. (D1).

O fomento da integração regional como impulsionado para a celebração de Acordos, assim as universidades podem estabelecer prioridades e facilitar o avanço dos processos dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional. O compartilhamento cada vez mais de infraestruturas, recursos para que se possa melhorar cada vez mais o ensino.

[...] o horizonte é a gente poder cada vez mais compartilhar as nossas estruturas, as nossas vagas, os nossos docentes né, não tem porque ficar replicando coisas, replicando bibliotecas, replicando equipamentos, replicando salas de aulas, replicando auditórios, seria mais proveitoso a gente reunir as instituições pra criar conjuntamente aquilo que a gente ainda não tem. (D1).

A construção de um grande centro de eventos na fronteira é algo que também foi sugerido, mas as complicações jurídicas e financeiras pra fazer isso são absurdas. É interessante pensar na possibilidade de parcerias privadas como no caso de hotéis para quando se tem grandes eventos.

[...] no SIEPE o pessoal ficou faceiro que os hotéis tavam cheios e tudo mais, mas se a gente quer reunir muitas pessoas a gente tem que fazer na praça né, então são questões assim que nos poderiam facilitar bastante. (D1).

Outra coisa a ser pensada é no processo seletivo dos Fronteiriços, poderia se aumentar o número de vagas por curso, pois às vezes há vagas que não são preenchidas. Por exemplo, se entram dois por curso e aumentar para quatro alunos, se tem um aumento de 100% o que já um avanço bem significativo. No começo dos cursos sempre as turmas estão preenchidas, mas a evasão e desistência ainda é grande resultando em vagas não preenchidas. O participante D1 também sugere que seja implementada a dupla certificação dos cursos, assim os discentes têm diploma das universidades que tem cursos em conjunto.

[...] eu acho que a UFRGS tem um curso de administração em conjunto com uma universidade francesa, pessoal pode fazer umas cadeiras no Brasil e outras na França e vai ter um diploma das duas universidades né, isso é possível, porque que a gente ainda não tá fazendo isso aí? Tá caindo de maduro pra nós aqui. (D1).

A criação de cursos binacionais também é elemento de inovação que precisa estar presente nos Acordos de Cooperação, é fato que para isso acontecer ainda se depende da instauração de marco legal específico que abarque tudo isso. A criação desses cursos:

[...] permite, por exemplo, que o IFSul abra um curso onde 50% das vagas vão ser para brasileiros, 50 para uruguaios, e lá na UTU do lado uruguaio também se abre outro curso, não o mesmo, se abre um outro curso com 50% de vagas para brasileiros e 50 para uruguaios. (D1).

Isso quer dizer os alunos brasileiros e uruguaios vão ter muito mais opções de escolherem cursos diferentes, o número de vagas não é maior, mas se aumenta assim as oportunidades.

[...] então assim, são coisas que a gente precisa avançar que podem estar contempladas nos Acordos futuros né ou nas políticas, porque às vezes o acordo de Cooperação vai depender de uma política de Cooperação. (D1).

Em relação aos entrevistados, também é mencionado sobre a política de Internacionalização da Universidade que apesar de ela ser incentivada nos documentos legais da Universidade como já vimos em outro capítulo, a mesma na prática não é vista claramente pelos participantes entrevistados. Assim, devem-se buscar primeiramente e prioritariamente as relações e parcerias com o nosso entorno imediato. A política de Internacionalização deve ser (re) pensada como um instrumento que valorize a fronteira e aproveite as oportunidades que ela oferece.

Com relação à integração regional também se destaca o incentivo à Cooperação Acadêmica Internacional, por parte de servidores técnicos e docentes, é necessário incentivar e estar presente quando as oportunidades de cooperar surgem, por exemplo, se existe um evento Internacional e os alunos são incentivados a ir e chegam lá só encontram alunos, é desestimulante.

Eu acho que têm que ter uma cultura institucional, um incentivo, um fomento, e eu não digo

incentivo financeiro, as pessoas tem que entender que é importante, que é fundamental pra nossa sobrevivência como instituição fronteiriça. (D1).

A autonomia que é conferida a servidores e gestores deveria ser maior para desenvolver a Cooperação Acadêmica Internacional. Muitas questões burocráticas acabam envolvendo essa questão, segundo o participante D1:

[...] a gente não tem autonomia e isso passa por uma política? E isso passa por Acordos? Passa, mas na ponta da lança vamos dizer assim, estamos nós né, é nós que vamos no dia a dia sentir o impacto positivo ou negativo disso aí. (D1).

E por fim, também é elencando como um elemento de inovação a institucionalização das ações, da política institucional. Muitas vezes as ações são iniciadas em determinado campus e por nova gestão ou troca de pessoal os Acordos se perdem. Se uma gestão iniciou um processo, ele deve ser continuado pela próxima gestão, como retrata o participante D1:

[...] porque na verdade aquilo não foi uma ação só da gestão do campus, normalmente aquilo passou por comissões, por conselhos, teve envolvimento da comunidade tanto discentes como de servidores, então assim, a nova gestão, a gestão que continua, ela não tem poder discricionário de sozinha decidir continuar ou não. (D1).

Por isso, deve ser pensada a institucionalização das ações para que as prioridades que envolvem essas ações não sejam modificadas com as trocas de gestões. É uma questão interna e externa que envolve prefeitura, intendência, envolve as outras instituições, é por isso que é importante formalizar e colocar em documentos. De acordo com Morosini e Dalla Corte (2018) na figura 10, a seguir, é possível identificar estratégias que universidades Brasileiras têm utilizado na gestão institucional:

Figura 10 – Estratégias de gestão institucional por universidades Brasileiras



Fonte: Morosini e Dalla Corte (2018, p. 112).

Finalizo esse capítulo com a análise da coleta de dados que compõe o estudo proposto. As entrevistas procuraram resgatar na memória dos participantes da pesquisa as ações de Internacionalização e Cooperação Acadêmica presentes na gestão, além do entendimento sobre a importância da inovação educacional na Educação Superior, por meio de ações de Internacionalização. A partir da perspectiva dos participantes as discussões foram feitas e possíveis ferramentas para a consolidação dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional foram sugeridas.

Na figura 11, na sequência, estão sistematizadas as ferramentas de inovação pedagógica que poderão auxiliar na consolidação dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional na Unipampa, mais especificamente no campus Santana do Livramento.

Figura 11 – Ferramentas de inovação na consolidação dos ACAIs



Fonte: Autora (2021).

Após a interpretação dos dados, verificaram-se dificuldades na consolidação dos Acordos e alguns elementos de inovação que podem ser desenvolvidos futuramente no campus Santana do Livramento.

Esse capítulo trouxe um apanhado sobre a coleta de dados do estudo proposto, a fim de verificar como se mostram os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional no campus Santana do Livramento. Para tanto, foram resgatadas informações sobre a criação das políticas e a influência delas para a Universidade em questão. Ademais, os documentos legais da Unipampa e os Acordos também foram analisados a fim de identificar elementos de inovação pedagógica, Internacionalização e Cooperação Acadêmica Internacional. Por fim, a partir da perspectiva do ex-diretor do Campus e ex-coordenadores da Daeinter, identificou-se fatores externos e internos que podem afetar tais Acordos e foram sugeridas ferramentas de inovação que podem contribuir para que a Cooperação Acadêmica Internacional no Campus se consolide.

Algumas estratégias consideradas para a qualidade da internacionalização no Ensino Superior são mencionadas pela autora Morosini (2021), dentre elas o princípio da cooperação solidária e de partilha de conhecimento, a fim de fortalecer as capacidades científicas e locais construindo uma integração regional mais solidária. (MOROSINI, 2021). Além disso, são apontadas estratégias para a internacionalização regional:

1. Alcançar maior compromisso por parte dos governos locais e regionais;
2. Incrementar a dimensão internacional dos sistemas e procedimentos de avaliação e garantia de qualidade;
3. Fomentar um maior envolvimento do setor empresarial no processo de internacionalização do setor educativo;
4. Começar os ajustes e reformas das práticas institucionais – o que implica declarar a internacionalização como prioridade institucional;
5. Aperfeiçoar as estratégias de comunicação e visibilidade internacional para fazer nossos sistemas de educação terciária mais atrativa para os acadêmicos e estudantes de fora da região;
6. Melhorar o posicionamento institucional das estruturas organizacionais dedicadas à coordenação e gestão das atividades de internacionalização;
7. Fomentar um nível maior de profissionalização e atualização das pessoas nos cargos de gestão dos processos de internacionalização;
8. Aumentar a participação dos diferentes atores da comunidade local e acadêmica;
9. Redobrar os esforços para o aprofundamento da internacionalização do currículo;
10. Melhorar sensivelmente o nível de domínio de idiomas estrangeiros;
11. Consolidar e impulsionar de maneira mais sistemática e com maiores recursos a internacionalização;
12. Estabelecer sistemas de reconhecimento e premiação para os acadêmicos envolvidos em atividades institucionais de internacionalização. (GACEL-ÁVILA; RODRÍGUEZ-RODRÍGUEZ, 2018, p. 84-85).

Um exemplo de indicadores da internacionalização com foco na universidade é proposto por Ching e Ching (2009), de acordo com os autores a avaliação da internacionalização nas universidades se faz através da inter-relação de indicadores em diferentes níveis conforme figuras a seguir:

Figuras 12 e 13 – indicadores de internacionalização universitária

Indicadores de internacionalização	Conteúdos resumidos
Compromissos institucionais	Comprometimento articulado aos esforços de internacionalização; inclusão e promoção da internacionalização na missão/visão, metas e objetivos, filiação a organizações académicas local/internacional.
Planejamento estratégico	Planos de longo e curto prazo para a instituição, departamento, professores e estudantes e diferentes níveis de ensino; linha do tempo da internacionalização; plano para estabelecer filiais, parcerias com a iniciativa privada, pública, local, internacional, académica e industrial.
Financiamento	Busca de financiamento em várias organizações, governos e outras entidades privadas.
Políticas institucionais e diretrizes	Políticas e diretrizes para os professores relativas à contratação, recompensas, sanções e código de conduta; políticas e diretrizes estudantis de admissão, recompensas, sanções e oportunidades.
Infraestrutura organizacional e Recursos	Disponibilidade de um sistema de apoio para a internacionalização: escritório, profissionais e pessoal e recursos.

Fonte: Ching e Ching, 2009 *apud* Morosini, (2012).

Indicadores de internacionalização	Conteúdos resumidos
Ofertas académicas e Curriculares	Requisitos linguísticos estrangeiros; disponibilidade de cursos profissionais de línguas; desenvolvimento do currículo internacionalizado.
Presença da internet	Links para escritório internacional ou admissão de estudantes estrangeiros; informações bilingues sobre datas importantes, taxas e notícias; informações claras e requisitos juntamente com programas e cursos oferecidos; disseminação dos links.
Desenvolvimento docente e de funcionários	Prestação de apoio à investigação, colaboração, conferências e outros esforços de internacionalização.
Estudantes e bolsistas estrangeiros	Bolsas de estudo, habilitação, escritórios, instalações e outros sistemas de apoio; programas estudantis de língua em parceria.
Estudar no exterior	Viagens académicas e não académicas; subsídios de viagem; orientação; simpósios para estudantes sobre a entrada e saída de estudantes.

Fonte: Ching e Ching, 2009 *apud* Morosini, (2012).

Em decorrência da sociedade do conhecimento, algumas pesquisas sobre indicadores para medir a qualidade da educação superior no que tange à internacionalização foram realizadas. Assim sendo, a internacionalização se tornou um fator de qualificação das instituições de ensino superior. (MOROSINI, 2021).

No capítulo seguinte são apresentadas as Considerações Finais, correlacionando aos objetivos e ao problema de pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou contextualizar a temática da Internacionalização da Educação Superior como uma forma de abordar a inovação nos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional na Unipampa, campus Santana do Livramento. Desse modo, a Internacionalização está ganhando cada vez mais destaque nas instituições de ensino superior a fim de melhorar a qualidade do ensino.

Por isso, para melhor compreender toda essa conjuntura foi feito um apanhado teórico acerca da história da Educação Superior, da mercantilização do ensino, e os organismos internacionais e sua influência no ensino superior. Como o estudo foi feito buscando compreender melhor o espaço da Fronteira, algum aparato teórico também foi delineado tentando entender melhor esse contexto fronteiriço em que se enquadra o estudo. Outros suportes teóricos como os conceitos de Internacionalização, inovação educacional e Cooperação Acadêmica Internacional foram aprofundados. Os autores abordados ressaltam a importância da temática da Internacionalização como um instrumento que possibilite a contemplação de novos Acordos de Cooperação Acadêmica internacionais.

Os objetivos da pesquisa foram traçados com o intuito de compreender **como se constituem os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional da Unipampa, no campus Santana do Livramento, a fim de verificar as contribuições para a inovação na Educação Superior**. Sendo assim, foi traçado o percurso metodológico da pesquisa que incluía analisar os dados coletados utilizando a abordagem da Análise Textual Discursiva (ATD) e para contribuir na discussão no campo de políticas sociais e educacionais o Ciclo de Políticas de Stephen J. Ball e as contribuições de Mainardes e outros autores. O estudo de caso foi viabilizado para um maior detalhamento dos dados e por ser o ambiente da pesquisa familiar para a pesquisadora, como servidora técnica da Universidade em questão. A análise por meio da abordagem do Ciclo de Políticas foi feita utilizando os três principais contextos: influência da política, da produção do texto da política e da prática da política.

Para atender ao primeiro objetivo específico da pesquisa sobre **reconhecer os Acordos de Cooperação Internacional Acadêmica na Unipampa e como foram implementados**, foi discutido primeiramente o contexto da influência. Para entender melhor com as políticas foram construídas ao longo dos anos, foi iniciada a pesquisa identificando quais influências foram marcantes na construção das políticas que orientam os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional.

Foi apontado como grande influência para a criação da universidade, o governo da época, que tinha como objetivo a expansão das universidades por meio do REUNI. A criação da Unipampa se deu pela influência do interesse política de representantes da região e de toda a comunidade. Para elaboração dos documentos foram feitas discussões de forma coletiva e democrática com a participação de todos os *campi* universitários. Também é importante ressaltar a influência dos organismos internacionais na construção dos documentos, como mencionado a Unesco, que tem um importante foco no ensino superior. As políticas internacionais também influenciam direta e indiretamente na formação educacional no ensino superior e no modo como são implementados os Acordos internacionais.

Ademais, cabe destacar o período em que esta pesquisa se desenvolveu, estamos em meio a um período de pandemia desencadeado pela Covid-19, o que certamente também tem influenciado na elaboração de políticas e na celebração dos Acordos internacionais. Em meio a pandemia, a Cooperação Acadêmica Internacional é vista como uma forma de fortalecer as relações interinstitucionais, garantindo uma maior qualidade nos projetos de Cooperação e convênios. Além disso, novas maneiras de conceber o ensino com qualidade tiveram que ser repensadas com a pandemia da Covid-19, as universidades e seus espaços jamais será os mesmos com as mudanças de um novo pensar educacional.

Ainda pensando na consolidação dos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional, foram analisados os documentos oficiais da Unipampa: Regimento Geral da Unipampa, Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 -2023) e a Política de Internacionalização da Unipampa; além de identificar os Acordos de Cooperação Acadêmica internacionais existentes na Universidade. Para a análise foi utilizado ATD para auxiliar na categorização e unitarização dos elementos: Cooperação Acadêmica Internacional, Internacionalização e inovação pedagógica, presentes nos documentos.

A análise permitiu observar que a Cooperação Acadêmica Internacional presente nos documentos é incentivada pela Universidade como uma forma de desenvolvimento e integração regional fomentando assim, as relações inter e intrarregionais. A inovação também se faz presente nos documentos demonstrando que a Unipampa tem como um de seus compromissos a promoção da inovação em seus espaços. É sabido também que a Internacionalização tem seu papel central quando se trata de instrumentos potencializadores para o avanço das universidades no compartilhamento de saberes acadêmicos e científicos. Observa-se que mais uma vez a Unipampa retrata em seus documentos a importância da Internacionalização, e a tem como um instrumento de inovação para o ensino.

Os resultados obtidos a partir dos olhares dos sujeitos nas entrevistas sobre os **avanços e dificuldades dos Acordos de Cooperação Acadêmica** no campus Santana do Livramento justificam que os mesmos têm sido mais desenvolvidos envolvendo o Uruguai justamente pela proximidade geográfica. O evento do SIEPE foi apontado como um dos grandes causadores dos avanços desses Acordos, já que evento proporcionou contatos com instituições uruguaias e brasileiras, surgindo a partir de discussões formais a chance de desenvolver projetos e outras ações internacionais. As dificuldades dos Acordos recaem, principalmente, sobre três aspectos: questão burocrática, financeira e cultural. A questão burocrática envolve a questão do marco legal específico que precisa urgentemente ser estabelecido e atualizado a fim de facilitar a comunicação e a consolidação dos Acordos na fronteira. A escassez de recursos financeiros é enfatizada pela restrição orçamentária que, muitas vezes se faz presente pela troca de gestão e governos.

Porém, para se estabelecer a internacionalização de fato na universidade, é necessário pensar nas limitações socioeconômicas, por isso a articulação entre a política regional, estatal, institucional e entre pessoas deve se fazer presente visto que a internacionalização da educação superior não é uma responsabilidade isolada. (MOROSINI, 2021).

Fica claro que a Unipampa precisa ter a sua fundação para captação de recursos, assim, é mais viável para os pesquisadores conseguirem apoio para pesquisas internacionais. E por fim, uma grande dificuldade elencada é a questão cultural, ou seja, é preciso que toda a comunidade Acadêmica tenha consciência do que são os processos de Internacionalização dentro do Campus, de que se necessita investimento financeiro e de pessoal.

O processo de Internacionalização é transversal e envolve toda a comunidade acadêmica, é algo que precisa ser construído conjuntamente com todos os setores e não somente com a assessoria Internacional ou uma gestão específica. Assim, com base nessas reflexões pude cumprir o meu objetivo específico de verificar quais foram os avanços e dificuldades desses Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional implementados.

Para responder mais um dos objetivos específicos dessa pesquisa, buscou-se **identificar os fatores externos e internos que influenciaram os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional no Campus Santana do Livramento/Unipampa**. Nessa ótica, segundo os entrevistados a falta de recursos, a pandemia da Covid-19, a burocracia envolvendo o trânsito de pessoas e materiais, a reitoria da instituição localizada em outra cidade, dificultando a comunicação e a celeridade dos processos, a mudança de gestão e de governantes e a falta de cultura de Cooperação entre instituições, empresariado, sociedade e governos locais foram apontadas como fatores externos negativos na consolidação dos

Acordos. Já como fatores externos positivos tem-se a localização geográfica do Campus, proporcionando essa proximidade entre instituições internacionais e complementando outro fator externo positivo que é o cenário favorável de Cooperação entre as instituições. Como fatores internos foram encontrados como pontos positivos o curso de Relações Internacionais no campus Santana do Livramento, contribuindo assim com o cenário da Internacionalização, assim como parte dos servidores da DAEINTER tere o local de trabalho no referido Campus, auxiliando as tramitações, a colaboração em projetos binacionais por parte de docentes e servidores; a promoção e comprometimento da Internacionalização cada vez mais forte no Campus.

Em suma, foram identificados mais fatores negativos que influenciam os Acordos, as dificuldades se fazem presentes, mas para resolver essas questões é necessário reconhecer a importância do processo, desenvolver ações bem estruturadas e alinhadas às políticas institucionais. As parcerias internacionais, como parte importante do processo de Internacionalização devem estar formalizadas para o avanço em ações nessa área. Segundo Duarte et al (2012), um dos desafios é justamente a institucionalização do processo informal com intuito de solidificar um caminho produtivo para a Cooperação Internacional.

Ao analisar as respostas dos sujeitos da pesquisa, foi possível responder a última questão dos objetivos específicos para **reconhecer ferramentas que possam contribuir e consolidar a inovação educacional no Campus Santana do Livramento**. Nessa perspectiva, algumas ferramentas foram sugeridas como a criação de cursos binacionais na Fronteira e um centro de eventos que pudesse comportar os eventos internacionais; a criação de uma agenda conjunta entre as instituições, não somente entre Unipampa e instituições uruguayas, mas que englobasse instituições brasileiras também. Faz-se necessário a criação de uma secretaria binacional da educação para a articulação das instituições de ensino com outros setores, a dupla certificação de diplomas para alunos que atendem cursos binacionais, uma linha de ônibus binacional para os alunos uruguayos que estudam na Unipampa e isso já vai ao encontro de outra ferramenta já mencionada que é a instauração de um marco legal específico e a institucionalização das ações de Cooperação por meio de uma política de Internacionalização. Devido ao nosso contexto pandêmico é importante ressaltar algo que vem se consolidando como uma ferramenta de inovação, a Internacionalização online, vista como uma nova forma de continuar e incentivar as ações interinstitucionais nesse período.

Ao longo da pesquisa, e por meio das questões de estudo, ficou evidente que a Cooperação Acadêmica Internacional é vista como um instrumento de inovação no processo de Internacionalização do ensino superior. Com vistas à consolidação efetiva dos Acordos no

Campus, muitas ações têm que ser tomadas, tanto por parte da comunidade Acadêmica como de outros setores envolvidos.

Esta pesquisa ajudou a elucidar alguns fatores que podem tornar viável a Cooperação Acadêmica que visa à integração regional solidária. Possibilitou compreender melhor e ampliar o meu conhecimento sobre a importância da Internacionalização no ensino superior, e principalmente fomentou reflexões acerca da inovação educacional como um instrumento que deve estar presente nos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional.

Com os resultados percebeu-se a universidade como um meio mobilizador de ações e produção de conhecimentos nos diferentes espaços sociais. Dessa maneira, espera-se que Unipampa valorize e aproveite o cenário binacional multicultural em que se encontra para que se fortaleçam as parcerias contribuindo para formação de espaços mais democráticos e colaborativos entre os países.

Como sugestão para estudos futuros, no âmbito da Internacionalização da Unipampa e da inovação nos Acordos de Cooperação, indica-se a necessidade de maior aprofundamento nos textos da política para ampliação e visibilidade das ações e relações interinstitucionais e internacionais na Fronteira, no campo da Educação Superior. Assim, minimizando questões que envolvam dificuldades na hora de firmar parcerias e Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional. Sabe-se que há ferramentas de inovação que foram identificadas e que podem e devem ser pensadas no âmbito da Internacionalização da Universidade em questão envolvendo a participação de todos. Por isso, a identificação das ferramentas/instrumentos de inovação nos ACAI desta pesquisa se torna um importante alicerce para aqueles sujeitos que se disponibilizem a inovar pedagogicamente, já que assim esses instrumentos poderão ser recriados e utilizados por essas pessoas. É necessário dar mais atenção à Fronteira, fomentando assim uma política de Internacionalização com vistas à integração da região e de toda a comunidade de Fronteira.

Assim que a pesquisa foi concluída, surgiu a instrução normativa nº 23 de 31 de agosto de 2021³⁰, estabelecendo os fluxos internos para o trânsito de servidores nas cidades gêmeas do Rio Grande do Sul no âmbito da Universidade Federal do Pampa. Com essa normativa, fica livre a circulação de servidores da Unipampa nos territórios uruguaios e argentinos das cidades-gêmeas, podendo ser utilizado o transporte em veículos oficiais.

³⁰ Disponível em: https://unipampa.edu.br/portal/sites/default/files/documentos/sei_unipampa_-_0605772_-_instrucao_normativa_gr.pdf

REFERÊNCIAS

ALTBACH, Philip G. **Globalization and the university: myths and realities in an unequal world**. Tertiary Education and Management, Boston, EUA, v. 10, n. 1, p. 3-25, 2004.

ALTBACH, Philip G. **Comparative Higher Education: knowledge, the university, and development**. Greenwich: Ablex, 1998.

ARAÚJO, Emília Rodrigues; SILVA, Sílvia. Temos de fazer um cavalo de Troia: elementos para compreender a Internacionalização da investigação e do ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, v.20, n.60, jan./mar. 2015.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves. Internacionalização ou transnacionalização da educação superior: entre a formação de um campo social global e um mercado de ensino mundializado. *In: XXIII SEMINÁRIO DA REDE UNIVERSITAS/BR. Políticas de Educação Superior no Brasil: a expansão privado-mercantil em questão*. 2015. **Anais**. Belém/PA, 2015, p. 1.138-1.166.

BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. *In: Currículo Sem Fronteiras*. v. 1, n.2, p. 99-116, Universidade de Londres, Londres: Inglaterra. 2001. Disponível em: <https://gestaoeducacaoespecial.ufes.br/sites/gestaoeducacaoespecial.ufes.br/files/field/anexo/ball.pdf> Acesso em 09 de março de 2021.

BALL, Stephen J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, 2002, 15(2), pp. 03-23.

BANCO MUNDIAL. **Documento estratégico do Banco Mundial**. A educação na América Latina e Caribe. 1999. Disponível em: <http://www.bancomundial.org.br>. Acesso em: 8 abr. 2010.

BANCO MUNDIAL, **Relatório Sobre Desenvolvimento Mundial: “Construindo instituições para os mercados”**. Washington D.C.: Banco Mundial, 2002.

BANCO MUNDIAL. **Envejecimientos in crisis: políticas para la protección de los ancianos y la promoción del crecimiento**. Washington: Banco Mundial, 1994. Disponível em: Acesso em: jun. 2021

BANCO MUNDIAL. Confederação Nacional da Indústria. **Conhecimento e Inovação para a competitividade**. Brasília, 2008.

BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo. Softwares em pesquisa qualitativa. *In: GODOI, Cristiane Kleinubing, BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da. (Org.). Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

BARTELL, Marvin. Internationalization of universities. A university culture-based framework. **Higher Education**, Manitoba, Winnipeg, v. 45, i. 1, p. 43-70, Jan. 2003.

BEELEN, Jos; JONES, Elspeth. Redefining internationalization at home. *In*: CURAJ, Adrian; PRICOPIE, Liviu Matei Remus; SCOTT, Peter. (Eds.). **The European higher education area: Between critical reflections and future policies**. Dordrecht: Springer, 2015, p. 67-80.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Pesquisa qualitativa segundo a visão fenomenológica**. São Paulo: Editora Cortez. 2011.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Ciberspaço, possibilidades que abre ao mundo da educação**. São Paulo: Editora Livraria da Física. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3a edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOWE, Richard; BALL, Stephen; GOLD, Anne. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BROVETTO, Jorge. **International cooperation in higher education**. Higher education in the XXI century: view of Latin America and the Caribbean, Unesco, p 1119-1134, 1998.

CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Trad. Faima Murad. Porto Alegre: Artimed Editora, 2002.

CARDOSO, Ana Paula. As atitudes dos professores e a inovação pedagógica. **Revista Portuguesa de Pedagogia**. v. 26, n.1, 1992.

CASTANHO, Maria Eugênia. (orgs.). **Temas e textos em metodologia do Ensino Superior**. Campinas. São Paulo: Papyrus, 2001.

CATANI, Afrânio Mendes, OLIVEIRA João Ferreira. de. DOURADO, Luiz Fernandes. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XXII, no 75, Ago., p. 67 – 83, 2001.

CELLARD, André. Análise documental. *In*: POUPART, Jean; DESLAURIERS Jean Pierre; GROULX Lionel-H; LAPERRIÈRE Anne; MAYER Robert; PIRES Alvaro. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes; 2012. p. 295-316.

CEVASCO, Maria Elisa. Hibridismo, Cultural e Globalização. **Art Cultura**, v.8, n 12, p.131-138, jan./jun.. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1408>. Acesso em: jun.2021.

CHERMANN, Luciane de Paula. **Cooperação Internacional e universidade: uma nova cultura no contexto da globalização**. São Paulo: Educ, 1999.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHING, Gregory S; CHING, Joseph Meng-Chun. **Managing Higher Education Institution Internationalization: contemporary efforts of a University of Taiwan**. *The Asia-Pacific Education Researcher*, v. 18, n. 2, 2009.

CUNHA, Célio da. Sociedade do conhecimento: quais e que conhecimentos são mais relevantes? *In: MOROSINI, Marília Costa. (org). Fórum latino-americano de Educação Superior*. São Carlos: Pixel, 2015, p. 85-97.

CUNHA, Maria Isabel da. Inovações pedagógicas: tempos de silêncio e possibilidades de produção. **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v.7, n.13, p.149-58, 2003.

CUNHA, Maria Isabel da. Inovações na educação superior: impactos na prática pedagógica e nos saberes da docência. **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 97, p. 87-101, 2016.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DIAS SOBRINHO, José. O Processo de Bolonha. *In: PEREIRA, Elisabete M. A.; ALMEIDA, Maria de Lourdes P. (orgs.). Universidade contemporânea: políticas do Processo de Bolonha*. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out./dez. 2010.

DIAS SOBRINHO, José. Lugares de fronteira: espaço territorial, simbólico e identitário – um ensaio. *In: Temporalidades – Revista Discente do Programa do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol. 3n. 1. , 2011 Disponíveis em: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/05p275.pdf> Acesso em maio de 2020.

DE WIT, Hans. **Internationalization of Higher Education in the United States of America and Europe: a historical, comparative, and conceptual analysis**. Greenwood Studies in Higher Education, 2002.

DIDRIKSSON, Axel. Contexto global y regional de la educación superior en América latina y el Caribe. *In: GAZZOLA, Ana Lúcia; DIDRIKSSON, Axel. (Eds.), Tendências de la Educación Superior en América Latina y el Caribe* (pp. 21–54). Caracas, Venezuela: IESALC-UNESCO. 2008. Disponível em: http://iesalc.unesco.org.ve/index.php?option=com_fabrik&view=details&formid=2&rowid=78&lang=ES

DIDRIKSSON, Axel. Futuro de la Universidad de Latinoamérica y el Caribe. **ESAL – Revista de Educación Superior en América Latina**, v.3, Enero-junio, 2018, p. 18-20. Disponível em: <http://rcientificas.uninorte.edu.co/index.php/esal/article/viewFile/10636/10885>.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. 1. Ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FIGUEIREDO, Maria do Amparo Caetano. Dialogando com Freire e Boaventura sobre emancipação humana, multiculturalismo e educação popular. **V Colóquio Internacional Paulo Freire**. Recife, 2005. Disponível em: <http://www.google.com.br/search?hl=pt-> Acesso em: maio de 2020.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. **Internacionalización de la Educación Superior en América Latina y el Caribe: reflexiones y lineamientos**. Guadalajara: Ford Foundation, 1999.

GACEL-ÁVILA, J; RODRÍGUEZ-RODRÍGUEZ. **Internacionalización de la educación superior em América Latina y Caribe**. Un balance. Scilia. México: UNESCO – IESALC, Universidad de la Guadalajara, Benemérita Universidad Autónoma de Pueblo, 2018.

GARCIA, Walter Esteves. (org). **Inovação Educacional no Brasil**. Problemas e perspectivas. 3. ed. Campinas: Editora dos Autores Associados. 1980.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

HERNÁNDES-JIMÉNEZ, Daniel. **Construcción del significado de la evaluación de un programa académico de ingeniería: una aproximación fenomenológica**. *Acta Académica*, San José, Costa Rica, n.51, p.63-90, 2012.

IANNI, Octavio. As ciências sociais na época da globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 13, n. 37, 1998, p. 2-40.

IMBERNÓN, Francisco. **La formación y desarrollo profesional del profesorado: Hacia una nueva cultura profesional**. Barcelona: Graó, 1994.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2018**. Brasília, DF. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/apresentacao_censo_superior2018.pdf Acesso em: maio 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico: censo da educação superior 2018**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Resumo+T%C3%A9cnico+do+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Superior+2018/c1791d8e-bc8c-4348-9c86-58d0004a6b0d?version=1.0&previewFileIndex=4> Acesso em: maio de 2020.

INSTITUTO URUGUAIO DE INVESTIGAÇÃO DOCUMENTAL CHARRUAS. **Estatuto del Instituto Uruguaio de investigación documental Charruas (Indocha)**. Montevidéo, 2015. Disponível em: <http://indocha.blogspot.com/2016/?view=sidebar> Acesso em: maio de 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGACIÓN AGROPECUARIA. **Marco Institucional: Misión, visión e valores.** Uruguai, 2021. Disponível em: <http://www.inia.uy/marco-institucional/> Acesso em: maio de 2021.

JACOB CHAVES, Vera Lúcia. Política de Financiamento e a expansão da educação superior no Brasil: o público e o privado em questão. **ETD – Educação Temática Digital, Campinas, SP**, v.17, n.2, p.427-441, ago.2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8635212>.

KEHM, Bárbara; TEICHLER, Ulrich. Research on internationalisation in higher education. **Journal of Studies in International Education**, v. 11, n. 3-4, p. 260-273, 2007.

KNIGHT, Jane. **Gats, trade and higher education: where are we?** The Observatory on borderless higher education. Londres, 2003, p. 5.

KNIGHT, Jane. Five myths about Internationalization. **International Higher Education**, Chestnut Hill, n. 62, p. 14-15, 2011.

KNIGHT, Jane. Internationalization Remodeled: definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education**, Thousand Oaks, v. 8, i. 1, Mar. 2004.

KNIGHT, Jane. Universidades apostam na Internacionalização. **Jornal Extra Classe**, Porto Alegre, 2014.

KNIGHT, Jane. Internationalisation: Key concepts and Elements. In: European University Association. **Internationalisation of European Higher Education**. Berlin: Raabe, 2010.

KNIGHT, Jane. Student Mobility and Internationalization: trends and tribulations. **Research in Comparative and International Education**, Oxford, n.7, v. 1, p. 20-33, 2012.

LAGE, Maria Campos; GODOY, Arilda Schmidt. **O uso do computador na análise de dados qualitativos: questões emergentes.** RAM: Rev. Adm. Mackenzie, São Paulo, v.9, n.4, jun.2008. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712008000400006>. Acesso em: maio de 2020.

LAPERRIÈRE, Anne. A teorização enraizada (grounded theory): procedimento analítico e comparação com outras abordagens similares. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Trad. Ana Cristina Nasser. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p.353-385.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Artmed : BeloHorizonte: Editora UFMQ 1999. 339 p.

LEITE, Denise. **Desafios para a Inovação Pedagógica na Universidade do século 21.** Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.(21), 29-39, 2012.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2011.

LORENZONI, Ionice. BRASIL.**PROUNI**. Programa completa 10 anos com maior oferta de bolsas desde que foi criado. 26 dez de 2014. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em maio de 2020.

LUCENA, Marta Gomes. **A condição social fronteiriça Brasil-Uruguai no Mercosul**. Série Fronteiras da Integração, v.3. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras e redes. *In*: STROHAECKER, Tânia Marques. *et al.* (orgs). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB, 1998, p.41-49.

MACHADO, Lia Osório. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual metodológica. *In*: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. (org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol.27, n.94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.

MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARIN, Acevedo. **Internacionalização da Educação Superior no Brasil: relatório final**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ. 1-101, 2004.

MAZZEI, Enrique; SOUSA Maurício de. **La Frontera en Cifras**. UDELAR, Uruguay, 2012.

MENDES, Fernanda Ziani. **Cooperação e integração regional na perspectiva sul – sul: contribuições à Internacionalização da educação superior**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, p. 240. 2019.

MENEZES, Ebenezer Takuno. de. Verbete Conferência de Jomtien. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/conferencia-de-jomtien/>. Acesso em: 05 abr 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.

MIURA, Irene Kazumi. **O processo de Internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas do conhecimento.** 2006. Tese (Livre-docência em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP), Ribeirão Preto, 2006.

MORAES, Roque. Uma Tempestade de Luz: a compreensão possibilitada pela Análise Textual Discursiva. **Ciência & Educação.** Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, out. 2003.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva.** Editora Unijuí. 2011.

MOREIRA, Sônia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. *In:* DUARTE Jorge; BARROS, Antônio. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas; 2009. p. 269-79. 2.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre Internacionalização da educação superior Conceitos e práticas. **Educar em Revista.** Curitiba, n. 28, p. 107-124, 2006.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: Cooperação Internacional tradicional e Cooperação Internacional horizontal. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 93-112, 2011.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização da Educação Superior. *In:* MOROSINI, Marília Costa. (Ed) **Enciclopédia de Pedagogia Universitária.** v. 2. Glossário. Brasília: Inep, 2006.

MOROSINI, M. C. **Internacionalização da Educação Superior no Brasil:** Análises a partir do censo de 2005. Belém do Pará: EdUFPA, 2008.

MOROSINI, Marília Costa. Integração e Internacionalização da Educação Superior. *In:* MOROSINI, Marília Costa. (org.) **Fórum latino-americano de Educação Superior.** São Carlos: Pixel, 2015, p.76-80.

MOROSINI, Marília Costa. (org.) **Enciclopédia Brasileira de Educação Superior.** Porto Alegre: EDIPUCRS, RIES/Pronex, v. 10 e 11, 2021.

MOROSINI, Marília Costa; DALLA CORTE, Marilene Gabriel. Teses e realidades no contexto da internacionalização da Educação Superior no Brasil. **Revista Educação em Questão,** Natal, v. 56, n. 47, p. 97-120, jan/mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrr.br/educacaoemquestao/article/view/14000>.

MOROSINI, Marília Costa; DALLA CORTE, Marilene Gabriel. Internacionalização da Educação Superior. *In:* MOROSINI, M. (org.) **Enciclopédia Brasileira da Educação Superior.** Porto Alegre: EDIPUCRS. RIES/Pronex; v.10-11, 2021.

MÜHL, Eldon Henrique. **Cultura empresarial e formação docente: os riscos da instrumentalização da educação superior.** *In:* FÁVERO, Altair Alberto; CENCI, Angelo Vitorio; TROMBETTA, Gerson Luis. (Org.). Universidade, filosofia e cultura. Passo Fundo: UPF, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, E A CULTURA. **Declaração de princípios sobre a tolerância.** Conferência geral da Unesco. Paris, novembro, 1995. Disponível em:

<https://www.oas.org/dil/port/1995%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Princ%C3%A9pios%20sobre%20a%20Toler%C3%A2ncia%20da%20UNESCO.pdf> Acesso: maio de 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, E A CULTURA. **Covid 19 y educación superior: de los efectos inmediatos al día después.**

Análisis de impactos, respuestas políticas y recomendaciones. IESALC, 2020. Disponível em: <https://www.iesalc.unesco.org/wp-content/uploads/2020/04/COVID-19-060420-ES-2.pdf> Acesso em: abril de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, E A CULTURA. Unesco. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As novas dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social.**

Paris, julho, 2009. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/315.pdf>.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Education at a Glance. 2012. Disponível em: <http://www.oecd.org/edu/highlights.pdf> Acesso em: junho de 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Manual de Oslo: **Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação.** 3. ed. OECD/FINEP. Trd. Flávia Gouveia, 2005. Disponível em:

<http://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf> Acesso em: junho de 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Trabalhando com o Brasil. 2020. Disponível em: <http://www.oecd.org/latin-america/Active-with-Brazil-Port.pdf>. Acesso em: julho de 2021.

OLIVEIRA, Oséias Santos de. Análise do Contexto de Influências na organização de um sistema municipal de ensino: as imbricações entre sociedade política e sociedade civil. *In: Currículo sem Fronteiras.* v. 14, n. 2, p. 37-56, Maio/Ago 2014.

PENSIN, D. P.; NIKOLAI, D. A inovação e a prática pedagógica no contexto da educação superior. *UNOESC & Ciência – ACHS, Joaçaba,* v. 4, n. 1, p. 31-54, 2013.

PINHEIRO, José Luís Palmeiro. **Transborder Cooperation and Identities in Galicia and Northern Portugal.** *In: Geopolitics,* n. 14, pp. 79-107, 2009.

ROCHA, Mateus de Souza. **Proposta de Balanced Scorecard para auxílio ao processo de gestão estratégica da Internacionalização do ensino superior: um estudo de caso em universidades públicas brasileiras.** Tese (Doutorado em Administração de Organizações) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

RODRIGEZ-MIRANDA, Adrian; GALASO, Pablo; GOINHEX, Sebastián. Entre lo local y lo regional: ciudades de frontera y integración regional transfronteriza em Uruguay. Segunda parte. *In*: MAZZEI, Enrique (Ed.). **Las sociedades fronterizas: visiones y reflexiones**. Montevideo: Universidad de la Republica Uruguay, 2016. p. 240.

RORATO, Adriana; MELLO, Elena Maria Billig. Quando o cotidiano interroga o currículo: outros modos de pensar a docência na Educação Infantil. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 28, n. 2, jun. 2020. ISSN 1982-9949. Disponível em: doi:<https://doi.org/10.17058/rea.v28i2.14412>. Acesso em: 15 de julho de 2020.

SANTOS Boaventura de Souza; ALMEIDA FILHO Naomar. (Org.). **A Universidade no século XXI: por uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SCHNEIDER, Leticia. **Educação e desenvolvimento: um estudo do impacto econômico da universidade federal no município de Santa Maria (RS)**. UNIFRA: Santa Maria, 2002.

SCOTT, Peter. (Ed.). **The Globalization of Higher Education**. Society for Research into Higher Education and Open University Press, Buckingham: UK, 1998.

SGUISSARDI, Valdemar. **O Banco Mundial e a educação superior: revisando teses e posições**. Universidade e Sociedade, Brasília, n. 22, p. 66-75, nov. 2000.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **The New Brazilian University**. A busca por resultados comercializáveis: para quem? Bauru: canal Editora, Projeto Editorial Práxis, 2017.

STALLIVIERI, Luciane. **Estratégias de internacionalização das Universidades brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

STALLIVIERI, Luciane. **V Fórum de internacionalização da UNESP**. Bauru, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/arex/eventos-e-projetos/forum-de-internacionalizacao/> Acesso em: maio de 2021.

STALLIVIERI, Luciane. **Compreendendo a Internacionalização da educação superior**. Revista de Educação do Cogeime, Belo Horizonte, v. 26, n. 50, p. 15-36, 2017.

SOUZA, Ruth Catarina Cerqueira Ribeiro de. Universidade processo de ensino aprendizagem e inovação. *In*: 9º Encontro de pesquisa em educação da ANPED Centro Oeste. Educação tendências e desafios de um campo em movimento, Brasília, 2008. **Anais**. Brasília: ANPED, 2008. v.1. p. 1 – 13.

SOUZA, Ruth Catarina Cerqueira Ribeiro de. Universidade: Inovações Pedagógicas e Complexidade. *In*: GUIMARÃES, Valter Soares. (Org.). **Formação e Profissão Docente: cenários e propostas**. Goiânia: Editora da UCG, 2009. p. 129-149.

THIENGO, Lara Carlette; BIANCHETTI, Lucídio; MARI, Cezar Luiz de. Obsessão pela Excelência. Universidade de Classe Mundial no Brasil *In: Revista Internacional de Educação Superior*, v. 4. n. 3, p. 716-745, 2018.

TOLEDO, José Roberto de; OSCAR, Naiana; SALDAÑA, Paulo; BURGARELLI, Rodrigo. **Com novas regras no Fies, mensalidades reverterem queda e voltam a subir.** O Estado de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,com-novas-regras-no-fies-mensalidades-reverterem-queda-e-voltam-a-subir,1634994> Acesso em: maio de 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009 – 2013.** Bagé: UNIPAMPA. Disponível em: https://sites.Unipampa.edu.br/pdi/files/2013/04/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AG0_2009.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 - 2018 -** Bagé: UNIPAMPA. Disponível em: <https://sites.Unipampa.edu.br/pdi/files/2018/04/pdi-2018.pdf>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 – 2023.** Bagé: UNIPAMPA. Disponível em: <https://sites.Unipampa.edu.br/proplan/files/2019/09/pdi-2019-2023-publicacao.pdf>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Plano Institucional de Internacionalização 2018.** Bagé: UNIPAMPA. Disponível em: <https://sites.Unipampa.edu.br/propesq/files/2019/01/plano-Internacionalizacao-Unipampa.pdf>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Gestão 2019.** Bagé: UNIPAMPA. Disponível em: <https://sites.Unipampa.edu.br/proplan/files/2020/09/1relatorio-integrado-de-gestao-2019-c.pdf>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Gestão 2020.** Bagé: UNIPAMPA. Disponível em: <https://sites.Unipampa.edu.br/proplan/files/2021/04/rgi-2020-final.pdf>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Regimento Geral da Unipampa. 2010.** Bagé: UNIPAMPA. Disponível em: <https://sites.Unipampa.edu.br/consuni/files/2017/12/3-regimento-geral-nova-versao.pdf>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Critérios e Parâmetros para a Criação de novos campi e novas universidades.** Grupo das novas universidades da Andifes. Barreiras, 2017. Disponível em: https://Unipampa.edu.br/portal/sites/default/files/documentos/criterios_e_parametros_para_a_criacao_de_novos_campi_e_novas_universidades_-_grupo_das_novas_universidades_da_andifes.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Portaria nº 869/2020.** Comitê de Monitoramento do Coronavírus. Bagé: Unipampa, 2020. Disponível em:

<https://sites.unipampa.edu.br/coronavirus/files/2020/04/portaria-comite.pdf> Acesso em: abril de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Portaria nº 1416/2020**. Grupo de Trabalho Protocolos de Retorno. Bagé: Unipampa, 2020. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/coronavirus/files/2020/07/portaria-gt-protocolo-retorno.pdf> Acesso em: abril de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Norma Operacional nº 04/2020**. Diretrizes Operacionais para oferta das atividades de ensino remoto emergenciais – AERES. Bagé: Unipampa, 2020. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/prograd/files/2020/08/norma-operacional-n-o-4-2020_diretrizes-operacionais-para-oferta-das-atividades-de-ensino-remoto-emergenciais.pdf Acesso em: abril de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Convênios Internacionais firmados pela Unipampa até dezembro de 2019**. Bagé: Unipampa, 2019. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/daiinter/files/2019/12/convenios-internacionais-da-unipampa_dez_19-todos.pdf Acesso em: abril de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Edital nº 134/2021. Edital de Programa de Mobilidade Virtual Internacional Andifes**. Bagé: Unipampa, 2021. Disponível em: https://unipampa.edu.br/portal/sites/default/files/documentos/edital_134-2021_edital_de_programa_de_mobilidade_virtual_internacional_andifes_-_destino_brasil.pdf Acesso em: maio de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Diretoria de Assuntos Institucionais e Internacionais. **Mobilidade discente**. Bagé: Unipampa, 2021. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/Daiinter/mobilidade/> Acesso em: maio de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Unipampa e Codepampa celebram protocolo de intenções**. Bagé: Unipampa, 2021. Disponível em: <https://unipampa.edu.br/portal/Unipampa-e-codepampa-celebram-protocolo-de-intencoes> Acesso em: maio de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Acordo de Cooperação Internacional 01/2020**. Bagé: Unipampa, 2020. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/daiinter/files/2021/01/convenio_firmado_en_portugues.pdf Acesso em: maio de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Convênio Internacional de estágio 139/2017**. Bagé: Unipampa, 2017. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/daiinter/files/2019/02/convenio-139-2017-portugues-1.pdf> Acesso em: junho de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Apresentação da Instituição**. Chapecó, SC. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/apresentacao Acesso em: maio de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Unipampa e Codepampa celebram protocolo de intenções**. Bagé: Unipampa, 2020. Disponível em: <https://unipampa.edu.br/portal/Unipampa-e-codepampa-celebram-protocolo-de-intencoes>
Acesso em: maio de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Unipampa participa de estudo socioepidemiológico binacional**. Bagé: Unipampa, 2020. Disponível em: <https://unipampa.edu.br/portal/Unipampa-participa-de-estudo-socioepidemiologico-binacional>
Acesso em: maio de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Unipampa e Banco Santander: Bolsas de graduação 2021**. Bagé: Unipampa, 2021. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/proplan/2021/04/16/Unipampa-e-banco-santander-bolsas-de-graduacao-2021/> Acesso em: maio de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Instrução Normativa Unipampa nº 23 de 31 de agosto de 2021**. Bagé: Unipampa, 2021. Disponível em: https://unipampa.edu.br/portal/sites/default/files/documentos/sei_unipampa_-_0605772_-_instrucao_normativa_gr.pdf Acesso em: setembro de 2021.

WALTER, Silvana Anita; BACH, Tatiana Marceda. Adeus papel, marca-textos, tesoura e cola: inovando o processo de análise de conteúdo por meio do Atlas.ti. **Administração: Ensino e Pesquisa**. v. 16, n.2, p. 275 – 308, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **“Acordos de Cooperação Internacional na Fronteira: caso Unipampa/campus Santana do Livramento”**, coordenada pela servidora técnica Anna Cláudia Sieverding Fabiano, pesquisadora da Universidade Federal do Pampa. O objetivo central do estudo é **analisar como se constituem os Acordos de Cooperação Internacional da Unipampa, no campus Santana do Livramento, a fim de verificar as contribuições para a inovação na Educação Superior.**

O convite a sua participação se deve por ter sido diretor (a) no Campus Santana do Livramento ou por ter coordenado a Daeinter no período entre 2011-2020. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Serão tomadas medidas e/ou procedimentos para assegurar a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. As pesquisadoras, que se comprometeram com o dever de sigilo e confidencialidade, terão acesso a seus dados e não farão uso destas informações para outras finalidades. Qualquer informação que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa.

Sua participação na pesquisa consistirá em responder perguntas de uma entrevista on-line elaboradas pela pesquisadora. As entrevistas ocorrerão através da plataforma Google meet em horário disponibilizado pelos participantes. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar à pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. Se houver algum dano, decorrente da presente pesquisa, você terá direito à indenização, através das vias judiciais, como dispõem o Código Civil, o Código de Processo Civil, na Resolução nº 466/2012 e na Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Ao final da pesquisa, todo material será mantido, pelo período de cinco anos, em um banco de dados de pesquisa, com acesso restrito, sob a responsabilidade da pesquisadora coordenadora, para utilização em pesquisas futuras. Os resultados serão apresentados aos participantes envolvidos em reuniões específicas. Portanto, uma cópia deste Termo, caso haja o aceite em participar da pesquisa, será para o participante e outra para a pesquisadora responsável, com ambas as assinaturas apostas na última página.

Em caso de dúvida quanto à condução ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Unipampa. O Comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas:

Tel. do CEP/Unipampa: (55) 3911-0202, voip 2289

E-Mail: cep@Unipampa.edu.br
<https://sites.Unipampa.edu.br/cep/>
Endereço: Campus Uruguaiana – BR 472, Km 592
Prédio Administrativo – Sala 7A
Caixa Postal 118 - Uruguaiana – RS
CEP 97500-97

Contato com a pesquisadora responsável: Anna Claudia Sieverding
Tel. (55) 9 99485877
e-mail: annafabiano@Unipampa.edu.br

Informo que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa intitulada “**Acordos de Cooperação Internacional na Fronteira: caso Unipampa/campus Santana do Livramento**”, e concordo em participar.

Autorizo a gravação da entrevista online

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante:

APÊNDICE B - ROTEIRO ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

- a) Qual o seu nome e a sua formação?
- b) Em que setor/área atua na Unipampa?
- c) O que você entende sobre Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional?
- d) Quais foram os Acordos de Cooperação implementados pela Unipampa no período de sua gestão? E pelo campus Santana do Livramento?
- e) Quais foram os avanços desses Acordos implementados?
- f) E quais foram as dificuldades desses Acordos implementados?
- g) Você pode citar quais fatores externos possam ter influenciado os Acordos de Cooperação Acadêmica no Campus Santana do Livramento?
- h) Você pode citar quais fatores internos possam ter influenciado os Acordos de Cooperação Acadêmica no Campus Santana do Livramento?
- i) O que você entende por inovação educacional?
- j) Que elementos de inovação educacional deveriam estar presentes nos Acordos de Cooperação Internacional no Ensino Superior? No período da sua gestão quais elementos foram evidenciados?
- k) Quais ferramentas podem contribuir e consolidar a inovação educacional a partir dos Acordos de Cooperação Internacional?

APÊNDICE C - ANÁLISE DOCUMENTAL

PDI UNIPAMPA 2019-2023

PII UNIPAMPA 2019

REGIMENTO GERAL UNIPAMPA

Quantificação das categorias Iniciais

Categorias	Título da categoria
ACAI	Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional
IP	Inovação Pedagógica
I	Internacionalização

Análise do Plano de Desenvolvimento Institucional da Unipampa 2019-2023

CODIFICAÇÃO	UNIDADES DE SENTIDO
PDI-IP.1	Portanto, o PDI organiza-se de modo a propiciar as condições de atendimento a sua atividade-fim, procurando repensar, constantemente, as práticas pedagógicas e Acadêmicas, pesquisas científicas e tecnológicas, pós-graduação, extensão, inovação,
PDI-IP2	A UNIPAMPA reafirma seu compromisso com a produção, socialização, democratização e construção do conhecimento.
PDI-ACAI.1	(...) com o incremento à assistência estudantil e fomento à representatividade de sua inserção regional, nacional e Internacional.
PDI-IP.3	O trabalho baseou-se na metodologia do ForPDI, uma plataforma aberta das Instituições Federais de Ensino Superior para elaboração, gestão e acompanhamento do PDI.
PDI-IP.4	A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as aspirações da Universidade, que deve ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que possam extrapolar as barreiras da regionalização, lançando-a, cada vez mais, para territórios globalizados.
PDI-IP.5	Empreendedorismo, produção e difusão de inovação tecnológica; (Valores)
PDI-I.1	Desenvolvimento regional e Internacionalização; (Valores)

PDI-ACAI.2	Universidade “necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolam as barreiras da regionalização”. (p. 17)
PDI-IP.6	Os discentes inseridos em projetos de pesquisa aprimoram o pensamento científico e a capacidade de gerar conhecimento, que podem ser colocados em prática por meio de projetos de extensão viabilizados por órgãos de fomento ou pela atuação inovadora dos acadêmicos e servidores da Instituição. (p.20)
PDI-I.2	A UNIPAMPA, por possuir unidades em cidades fronteiriças, tem a Internacionalização como potencializador local e regional quando, por exemplo, oportuniza vagas a cidadãos estrangeiros residentes em cidades fronteiriças. Essa iniciativa mostra, com outros projetos de integração, que a Internacionalização é uma 21 rotina de promoção da paz e uma construção de um mundo onde as fronteiras passam a ser mais simbólicas que barreiras. Nesse contexto, o processo de Internacionalização torna-se, de fato, essencial ao desenvolvimento da Universidade, enquanto concepção transversal em todas as suas áreas de atuação. Conforme almejado no Plano de Internacionalização, a política perpassa não somente o ensino, a pesquisa e a extensão, mas também a gestão da Universidade e a integração regional. (p. 20)
PDI-IP.7	As universidades são responsáveis por ações associadas a: produção e difusão do conhecimento, pesquisa, extensão e cultura, inovação, ensino, formação e educação permanente. (p. 21)
PDI-ACAI.3 e PDI-I.3	o processo crescente de Cooperação Internacional está contribuindo para ampliar o espectro de atuação, em um contexto de Internacionalização, de prestação de serviço, de competitividade, de exigência de qualidade, de eficiência, de excelência Acadêmica e de visibilidade e apoio à comunidade.
PDI-IP.8	Nesse sentido, as demandas originadas precisam ser pensadas e viabilizadas levando em consideração a busca por soluções inovadoras, visando ao cumprimento do seu papel social na busca da excelência. (p. 22)
PDI-IP.9 e PDI-I.4	No eixo Excelência Acadêmica, estão a preocupação com: ensino, pesquisa e extensão; acervo bibliográfico; inovação; interdisciplinaridade; manutenção e ampliação dos laboratórios de ensino; Internacionalização e outras. (Objetivos p. 22)
PDI-ACAI.4	No eixo Aperfeiçoamento Institucional, são abordadas as temáticas relacionadas a: gestão, tanto da administração superior quanto das Unidades; infraestrutura; processos de comunicação; tecnologia da informação; consolidação das relações internacionais e interinstitucionais; sustentabilidade; gestão ambiental e outras áreas. (Objetivos p. 22)
PDI-ACAI.5 e PDI-IP.10	A formação Acadêmica precisa ser pautada pela produção e reconstrução de conhecimento que corresponda às necessidades contemporâneas da sociedade, orientada por uma concepção de ciência que reconheça o conhecimento como uma construção e reconstrução social constituída a partir de diferentes fontes, e que

		valorize a pluralidade dos saberes, as práticas locais e regionais. (p. 26)
PDI-I.5		Esse papel inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social do conhecimento, competências, habilidades e valores reconstruídos na vida universitária e a habilitação necessária para se inserirem em seus respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional, nacional e Internacional, sustentável, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática. (Perfil de egresso p. 27)
PDI-IP.11		A formação desse perfil exige uma ação pedagógica inovadora, centrada na realidade dos contextos sociocultural, educacional, econômico e político da região onde a Universidade está inserida. (Perfil de egresso p. 27)
PDI-IP.12 PDI-I.6	e	Qualidade Acadêmica, traduzida na coerência, na estruturação dos currículos em sintonia com as demandas da educação superior nacional e Internacional, na flexibilidade, acessibilidade e inovação das práticas pedagógicas, na avaliação e no conhecimento pautado na ética e comprometido com os interesses da sociedade. (Princípios do ensino p. 28)
PDI-IP.13		Universalidade de conhecimentos e concepções pedagógicas, valorizando a multiplicidade, interculturalidade, multi e interdisciplinaridade de saberes e práticas, e a apreensão de conceitos e paradigmas inovadores, como forma de possibilitar ao indivíduo o pleno exercício da cidadania responsável, assim como a qualificação profissional, condições indispensáveis para sua inserção e ascensão na sociedade. (Princípios do ensino p. 28)
PDI-IP.14		Inovação pedagógica, que reconhece formas interculturais de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos. (Princípios do ensino p. 28)
PDI-IP.15 PDI-I.7	e	Pesquisa como princípio educativo, como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação, em que a pesquisa e a inovação atendam demandas regionais, assim como a Internacionalização seja um eixo presente em ambos os níveis. (Princípios do ensino p. 28)
PDI-I.8		Institucionalização da mobilidade Acadêmica nacional e Internacional, na forma de intercâmbios, estágios e programas de dupla titulação, tendo a Internacionalização presente com eixo norteador em nível de graduação e pós-graduação. (Princípios do ensino p. 29)
PDI-I.9		Inserção Internacional desenvolvendo uma política linguística no nível de graduação, pós-graduação e gestão, por meio do ensino de língua inglesa, sem fragilizar o contexto regional de fortalecimento da língua portuguesa, espanhola, LIBRAS, mandarim e línguas minoritárias. (Princípios do ensino p. 29)

PDI-IP.15	Além desses editais de fomento externo, foram lançados editais de Apoio a Grupos de Pesquisa (AGP), Apoio à Pós-Graduação (APPG) e Apoio à Inovação (INOVAPAMPA). (p. 30)
PDI-IP.16 PDI-I.10	e Entre os objetivos da pesquisa, está o fortalecimento da ciência, tecnologia, inovação e do empreendedorismo, visando a ações que promovam o constante diálogo em prol do desenvolvimento sustentado, respeitando princípios éticos, incentivando as diferentes áreas do conhecimento para que possibilitem a projeção da Instituição no plano nacional e Internacional. (p. 30)
PDI-I.11	Incentivo a programas de colaboração em redes de pesquisa nacional e Internacional; (princípios da pos graduação p. 30)
PDI-ACAI.6	Viabilização de programas e projetos de Cooperação técnico-científicos e intercâmbio de docentes no País e no exterior, por meio de parcerias com instituições de pesquisa e desenvolvimento. (princípios da pos graduação p. 30)
PDI-IP.17	A inovação deve promover e impulsionar o empreendedorismo tecnológico e a transferência de tecnologia gerada na Instituição, além de propiciar ao futuro egresso Internacionalização da cultura inovadora através de ações de busca, descoberta, experimentação, desenvolvimento e adoção de novos produtos, processos ou técnicas organizacionais capazes de agregar valor às organizações, buscando institucionalizar o setor de apoio a patentes e registros do conhecimento gerado no âmbito dos projetos de pesquisa da Universidade e também aproximar os setores primário, secundário e terciário da Universidade, promovendo parcerias que gerem: ambiente produtivo, inovador e empreendedor; fomento externo associado às pesquisas com potencial inovador; formação de recursos humanos com visão empreendedora e fortalecimento das ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional. O ambiente universitário oportuniza e identifica ações de natureza empreendedora e inovadora. (p.31)
PDI-I.7	Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e Internacional. (Princípios de extensão p. 32)
PDI-IP.18	Governança, integridade e gestão de riscos, partindo de um conjunto de políticas e diretrizes que tem como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, visando à solução inovadora dos desafios e criando possibilidades e oportunidades de um futuro desenvolvimento sustentável para todos os participantes. (Princípios gestão p. 35)
PDI-IP.19	Contínuo investimento em inovação e infraestrutura tecnológica, considerando que tais ações impactam a disseminação de uma cultura social contemporânea. (Princípios gestão p. 35)
PDI-IP.20	(...) partir de um conjunto de políticas e diretrizes que tenham como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, visando à solução inovadora dos desafios e criando possibilidades e oportunidades de um

	desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes. (governança e transparência p. 36)
PDI-IP.21	A pesquisa é componente essencial da formação discente, elemento distintivo da prática docente e importante instrumento propulsor de novos projetos e saberes agregadores de novas tecnologias, com rigor científico, confiabilidade teórico-metodológica, inovação e relevância social. (organização Acadêmica p. 39)
PDI-IP.22	Investir na inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos, usando novas práticas. (objetivos p. 40)
PDI-IP.23	A UNIPAMPA exerce sua finalidade por meio do ensino de graduação, de pós-graduação, de pesquisa e inovação, de extensão e cultura e de gestão (p. 40)
PDI-I.12	Para além do SiSU e da seleção por editais para os cursos EaD, ainda ocorrem outros processos seletivos: Processo Seletivo Complementar, Processo Seletivo Específico para Fronteiriços, Processo Seletivo para Indígenas Aldeados, Processo Seletivo Específico para moradores remanescentes de comunidades quilombolas e o Processo Seletivo específico para o Curso de Educação do Campo. (p. 42)
PDI-IP.24	Para tanto, são desenvolvidas ações que deverão promover o uso de recursos inovadores, na possibilidade de criar diferentes desenhos de matriz curricular, superando a perspectiva disciplinar dos conteúdos. (p.44)
PDI-IP.25	(...) promover práticas pedagógicas inovadoras e metodologias ativas, a fim de favorecer a aprendizagem com foco no aluno, suas vivências, experiências, dificuldades e potencialidades. (princípios metodológicos p. 44)
PDI-ACAI.8	(...)otimizar espaços de formação, prática profissional e estágios por meio da realização de convênios e relação com setores e organismos públicos e privados da região, do País e dos países vizinhos, considerando a região de fronteira com o Mercosul; (princípios metodológicos p. 44)
PDI-IP.26	4.3.5. Inovações pedagógicas e avanços tecnológicos (TÓPICO p. 47)
PDI-IP.27	Esses elementos de inovação pedagógica e avanço tecnológico podem ser incentivados através da própria flexibilização curricular da matriz do curso, da interdisciplinaridade, da contextualização e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e da relação entre teoria e prática. (p. 47)
PDI-IP.28 PDI-I.13	e Entre as práticas pedagógicas inovadoras, a UNIPAMPA se compromete com a promoção de: tecnologias, pedagogias e metodologias ativas e processos que envolvam e promovam a Internacionalização. (p. 48)

PDI-IP.29	As tecnologias disponibilizadas institucionalmente são expoentes de inovação e merecem um constante investimento. Os PPCs de muitos cursos mencionam, de forma explícita, tecnologias de ensino inovadoras, com caráter interdisciplinar, como fóruns eletrônicos, salas de bate-papo, blogs, correspondências eletrônicas, softwares específicos, entre outros elementos. Os PPCs também apresentam a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em especial a plataforma Moodle (Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment), Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), o qual se caracteriza como um sistema de gestão dos processos de ensino e de aprendizagem a que os alunos e docentes têm acesso, configurando-se como uma das tecnologias de ensino inovadoras disponibilizadas institucionalmente, sendo estratégico que a comunidade Acadêmica conheça os benefícios dessas e de outras tecnologias. (p. 48)
PDI-IP.30	Outro viés de práticas inovadoras a serem implementados na UNIPAMPA são as pedagogias ativas proporcionadas pelo English as a Medium of Instruction (EMI), ou Inglês como Meio de Instrução. (p. 48)
PDI-ACAI.9, PDI-IP.31 e PDI-I.14	Outra política inovadora de ensino é a proposição da Internacionalização do currículo para qualificação da educação em uma instituição de fronteira. A Internacionalização do currículo ocorre através dos esforços do corpo dirigente e acadêmico para promover a interculturalidade dentro de sua Instituição. Ela é entendida não somente como o fomento de mobilidade in and out, cursos de línguas adicionais, cursos de graduação e pós-graduação interdisciplinares, comparativos, interculturais e internacionais, mas também como o fomento de pedagogias e metodologias de ensino e de aprendizagem que incorporem as perspectivas interculturais e internacionais. (p. 48)
PDI-IP.32 e PDI-I.15	Como parte do processo de inovação, destacamos as oportunidades diferenciadas de integralização de cursos e atividades complementares. No que se refere à flexibilização, algumas estratégias são adotadas e deverão ser aprimoradas, tais como: oferta de cursos interdisciplinares e flexibilização da matriz curricular com a possibilidade de escolha de diferentes percursos formativos; incentivo à mobilidade intra e interinstitucional, promovendo processos de Internacionalização e criação de Área Básica de Ingresso (ABI). (p. 48)
PDI-I.16	Destaca-se também o desenvolvimento dos programas de mobilidade Acadêmica interinstitucional que permitem ao discente cursar componentes curriculares em outras IES, no Brasil ou no exterior, como forma de vinculação temporária pelo prazo estipulado no convênio assinado entre as Instituições, assim como receber discentes de outras instituições, promovendo a Internacionalização e a relação com diferentes culturas. (p. 50)

PDI-ACAI.10 e PDI-I.17	e	A mobilidade Acadêmica inter e intrainstitucional permite ao discente cursar, temporariamente, componentes curriculares em outros campi e fazer o aproveitamento de estudos. Esses programas são regulamentados na Instituição e incentivados por meio de Acordos de Cooperação internacionais, e a localização da UNIPAMPA é estratégica para a realização de alguns desses Acordos que consideram a região de fronteira.
PDI-IP.33 e PDI-I.18	e	No âmbito da Gestão Superior da Universidade, cabe incentivar, assessorar e organizar as ações voltadas a pesquisa, pós-graduação e inovação, buscando a inserção da UNIPAMPA no cenário nacional e Internacional, integrando e desenvolvendo suas atividades com vistas à manutenção ao desenvolvimento dos cursos de pósgraduação nas modalidades lato sensu e stricto sensu. (estrutura Acadêmica para o curso de pós-graduação –p.. 50)
PDI-I.19		Em relação à pós-graduação, novas demandas podem surgir neste período como fruto do desenvolvimento de grupos de pesquisa e da demanda regional, buscando atuar de forma interdisciplinar e até interinstitucional, assim como os cursos de graduação. (p. 52)
PDI-ACAI.11 e PDI-I.20	e	Diretoria de Assuntos Estratégicos e de Relações Institucionais e Internacionais (DAEINTER) – apresenta-se como instrumento de articulação, promoção e administração da Cooperação da Universidade com outras instituições de ensino, entes representativos de Estados, como consulados e embaixadas, organismos internacionais governamentais e não governamentais. (órgãos de apoio as atividades Acadêmicas p. 56)
PDI-IP.34		Parque Científico e Tecnológico do Pampa (PAMPATec) – seu caráter multicampi destina-se a promover atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica por meio da parceria com empresas e entidades; . (órgãos de apoio as atividades Acadêmicas p. 57)
PDI-ACAI.12		A realização de diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão bem como as práticas profissionais desenvolvidas no âmbito da graduação e da pós-graduação impõem a existência de diferentes parcerias, Acordos, protocolos de Cooperação técnico-científica, convênios (entre outros) e devem ser buscados pela Instituição em diferentes níveis e em todas as Unidades Acadêmicas e Administrativas. (relações e parcerias – p. 58)
PDI-IP.35 e PDI-I.21	e	A Instituição precisa buscar espaços de protagonismo institucional nas esferas regional, nacional e Internacional, viabilizando parcerias que contribuam com a mitigação dos desafios sociais por meio de ensino, pesquisa, extensão e inovação. (relações e parcerias p. 58)
PDI-IP.36		As ações do programa serão elaboradas a partir de uma ampla consulta a todo corpo docente da Instituição, sendo prioritária a discussão a respeito dos seguintes temas: abordagens dos processos de ensino e de aprendizagem: mapas conceituais, ensino com pesquisa; projetos de aprendizagem; Problem Based Learning 64 (PBL); interdisciplinaridade e inovação pedagógica. (Apoio e desenvolvimento formação docente - p. 63)

PDI-IP.37	O Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA) caracteriza-se como política institucional de fomento de atividades Acadêmicas no contexto da graduação, em atividades de ensino, pesquisa, inovação tecnológica, extensão, ações sociais, culturais e de atenção à diversidade no âmbito da comunidade Acadêmica. (p. 74)
PDI-IP.38	A inovação ou o aperfeiçoamento dos diversos processos institucionais, observados os requisitos legais vigentes, deverão preponderar na efetividade da sustentabilidade financeira, tornando-se importante objetivo institucional a ser perseguido ao longo da vigência do PDI. Inovação aqui é utilizada como ideia/ação/projeto que vai ao encontro de demandas e expectativas dos sujeitos envolvidos, com o objetivo de qualificar a vida das pessoas, dos processos em que estão envolvidas e da 95 sociedade como um todo. (p. 94)

Análise do Plano Institucional de Internacionalização da Unipampa 2019

Codificação	Unidades de sentido
PII-I.1	Compreender a Internacionalização como eixo transversal e com a importância de política Internacional sempre esteve presente no planejamento institucional. (p. 5)
PII-ACAI.1	Construir a Internacionalização como política institucional perpassando todos os níveis de atuação através da Cooperação bilateral e multilateral com instituições internacionais, para ampliação do programa de mobilidade de toda a comunidade Acadêmica (UNIPAMPA, 2014)(p. 5)
PII-IP.1	Identifica ainda quatro tipos de ações que constituem o processo de Internacionalização: mudança organizacional, inovação curricular, desenvolvimento de equipe e mobilidade estudantil. (p. 6)
PII-ACAI.2	4.3. Promover Cooperação Internacional, bilateral e multilateral. (objetivos gerais da Internacionalização p. 7)
PII-ACAI.3	Como ações concretas, buscar-se-á incentivar a participação em programas de colaboração Internacional em redes de pesquisa internacionais e viabilizar programas e projetos de Cooperação técnico-científica e intercâmbio de docentes no País e no exterior, por meio de parcerias com programas de pós-graduação nacionais e internacionais. (p. 12)
PII-ACAI.4	Em relação às ações efetivas, com o intuito de tornar a Instituição em um ambiente Internacional, além do estímulo aos alunos para que desenvolvam parte do seu projeto de doutorado no exterior, será estimulada a participação dos pesquisadores da UNIPAMPA em missões de trabalho em outros países para o desenvolvimento de projetos de pesquisa com Cooperação Internacional. (p. 13)
PII-ACAI.5	(...) a Comissão de Relações Internacionais do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras destaca a importância crescente de um programa de Internacionalização da extensão universitária. Um programa para a extensão representaria um salto qualitativo imensurável na vida das

	comunidades envolvidas com os projetos, bem como transformaria a formação dos estudantes. Tais membros da comunidade Acadêmica estariam em contato com diferentes culturas, ao mesmo tempo em que estariam experimentando metodologias de trabalhos similares, estimulando o desenvolvimento de relações internacionais baseadas na Cooperação e fraternidade entre os povos. (p. 14)
PII-ACAI.6	8. Eixo de Gestão Neste eixo prioriza-se a busca por desenvolvimento de Acordos com instituições de diferentes países objetivando ampliar a gama de parcerias efetivas e consolidar os Acordos com países com os quais a UNIPAMPA já possui Cooperação. Atualmente a UNIPAMPA coopera com aproximadamente 30 instituições, objetivando: intercâmbio de discentes, docentes e técnicos e Cooperação técnica e científica. (p. 18)
PII-ACAI.7	Associações. A UNIPAMPA participa de Associações que fomentam a Internacionalização da Educação Superior, como forma de desenvolver o potencial de Cooperação Acadêmica e preparação de seus profissionais. São elas: (p.18 – lista das associações)
PII-ACAI.8	Cooperação Internacional. Desde sua criação, a UNIPAMPA firmou Acordos de Cooperação Internacional com 24 Instituições de Ensino Superior estrangeiras, a fim de estimular a Cooperação Acadêmica Internacional. No quadro abaixo, indica-se o número de IES em cada país com as quais foram estabelecidos os Acordos. (p. 20)
PII-ACAI.9	Eventos Há 10 anos a UNIPAMPA promove a Cooperação Acadêmica Internacional através do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNIPAMPA (SIEPE). Em 2017, com o propósito de alavancar o processo de Cooperação com o Uruguai, o evento foi sediado pelo campus de Santana do Livramento e, de forma inédita, organizado em parceria entre IES brasileiras e uruguaias. (p. 22)

Análise do Regimento Geral da Unipampa

Codificação	Unidades de sentido
RG-ACAI.1	Art. 8º. Dada a estrutura originária multicampi, a UNIPAMPA observará as seguintes diretrizes de organização:
RG-IP.1	SEÇÃO II - DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES Art. 121. A consecução das atividades estabelecidas nos objetivos institucionais se dará pela: III. busca contínua de técnicas e métodos inovadores;(p. 31)
RG-ACAI.2	SEÇÃO II - DOS RECURSOS FINANCEIROS Art. 129. Os recursos financeiros da Universidade serão provenientes de: VII. convênios, Acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou internacionais. (p.

	33)
--	-----

APÊNDICE D - MATRIZ DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Quantificação das categorias Iniciais

Categorias	Título da categoria
ACAI	Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional
FE - ACAI	Fatores Externos nos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional
FI - ACAI	Fatores Internos nos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional
IE	Inovação Educacional
EIE - ACAI	Elementos de Inovação Educacional nos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional
FIE - ACAI	Ferramentas de Inovação Educacional nos Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional

Informações gerais	Codificação	Categorias	Unidades de sentido
Bacharelado em direito na Universidade Federal de Pelotas, mestrado em integração latino-americana na Universidade Federal de Santa Maria e doutorado em estudos estratégicos internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do curso de Relações Internacionais e experiência na gestão.	D1	ACAI	<p>Eu entendo de uma forma geral que os Acordos de Cooperação Acadêmica Internacional são instrumentos jurídicos, normativos, que podem ter diversos nomes dependendo da instituição, dependendo do objetivo ele vai ser chamado de acordo, de convênio, contrato, protocolo tem declarações de intenções, eu vejo que é um conceito amplo do meu ponto de vista e que visam de alguma forma formalizar uma ação conjunta entre instituições de países diferentes.</p> <p>No caso da Cooperação Acadêmica é entre instituições Acadêmicas da área de ensino, de pesquisa, em nível Internacional. São os instrumentos dessa Cooperação, são os instrumentos normativos vamos dizer assim, que visam dar uma forma, regulamentar, enfim, essas ações. Inclusive alguns desses Acordos eles dão o start, impulsionam as ações e visam gerar uma ação e outros reconhecem a existência de uma ação. No caso aqui da nossa fronteira, acontece muitas vezes, a gente começa fazendo uma coisa daqui a pouco a gente olha precisamos formalizar isso aqui porque na prática a gente já está fazendo.</p> <p>[...] muitas ações, a maioria das ações do campus em si, ou elas já acontecem na prática e a iniciativa do campus, acontece no guarda-chuva de Acordos que já existem e algumas delas vão resultar em um</p>

		<p>acordo específico.</p> <p>Então tem esses dois convênios com a UdelaR e UTEC, o da UTEC é mais recente daí eu digo assim, que o campus livramento de certa forma acelerou o processo porque foi intermediado várias conversas, uma das características, vamos dizer, acho que de todas as nossas instituições aqui na fronteira tá, os campi eles são uma espécie de intermediários no diálogo com as gestões superiores, então quando a gente quer conversar, por exemplo, quando o campus livramento quer chegar até a reitoria da UdelaR, da UTEC, ou do IFSul ou da UERGS a gente procura as gestões dos campi pra fazer essa ponte. E da mesma forma, as outras instituições aqui da fronteira, se beneficiaram muito do campus Santana do livramento para chegar até a reitoria da Unipampa e acelerar os processos.</p> <p>[...] é um acordo de Cooperação entre a Unipampa mais especificamente o mestrado em administração com a UTEC pra intercâmbio de alunos, professores, uma Cooperação nesse sentido entre as duas instituições. E com a UdelaR tem o acordo de Cooperação entre a Unipampa e mais especificamente a pós-graduação em relações internacionais do campus livramento, e a UdelaR, mais especificamente o mestrado em ciências sociais, e tem outro acordo de Cooperação (...) que é um acordo entre a Unipampa, mais especificamente, o curso de Direito, pra contribuição, participação, do curso de Direito na formação de professores no curso de formação de professores que o centro universitário de Rivera tem, porque eles formam professores para a educação básica e aí tem uma demanda inclusive de legislação da infância e da juventude do Brasil, algumas questões por serem fronteiriças, pelas crianças terem dupla nacionalidade, uma série de questões envolvem uma legislação jurídica com base no direito brasileiro também.</p> <p>Então especificamente teve esses Acordos né, as ações foram inúmeras principalmente eventos, projetos de pesquisa e extensão conjuntos que a gente poderia mencionar, algumas subsidiadas por esses Acordos, principalmente os convênios, os guarda-chuvas né, mas algumas dessas ações infelizmente carecerem de formalidade. Por quê?</p>
--	--	---

		<p>Porque a rapidez das ações elas não, vamos dizer assim, a demora na formalização na celebração dos Acordos é muito maior que a demanda de agilidade que precisamos ter. E tem muita novidade, as instituições são muito novas, e a nossa necessidade aqui na fronteira muitas vezes ela é imediata, a gente precisa fazer alguma coisa para no máximo no semestre que vem e as vezes o processo de celebração de formalização leva um ano pra mais então a gente fica a mercê.</p> <p>(...) tem projetos de pesquisa até um deles foi lançado ano passado e tá começando a ser aplicado agora que é a pesquisa epidemiológica binacional que é abarcada por esse convenio entre UdelaR e Unipampa, a UTEC também faz parte dessa pesquisa, a UERGS, o IFSul, que é uma pesquisa que busca fazer um levantamento da situação do contágio da covid na fronteira.</p> <p>(...)eu diria uns 30% das iniciativas elas começam mas elas não avançam (...)é muito mais frustrante talvez mas o gestor ele vai ficando um pouco calejado ele vai se acostumando que algumas coisas não vão dar em nada mas ele meio que tem que atirar pra tudo que é lado que algumas ações vão ter efeito vão ir adiante e a gente não pode adivinhar, as vezes a gente não tem como adivinhar mas é mais ou menos isso aí, avanços ocorreram talvez não na velocidade e na medida da necessidade mas ocorreram.</p> <p>(...) Então tem varias dificuldades em cada um dos casos, mas falando do ponto de vista geral acho que tem três questões principais dos Acordos né, primeiro e aí eu digo assim, vendo a nossa realidade local, a minha experiência de campus, é a questão legal, a questão fronteiriça, o marco legal, da nossa atuação, porque nós somos, no caso da Unipampa, uma instituição de ensino público federal regida por uma legislação federal, entretanto estamos na prática expostos a uma situação de contato Internacional diário. Inclusive tem colegas nossos que moram num país estrangeiro, fazem esse trânsito diariamente, nós temos contato com outras instituições que ficam em território estrangeiro, às vezes tem uma reunião e se a gente vai olhar o que a lei diz pra um servidor público fazer uma reunião ali no outro país nem que seja a 10 quadras da fronteira olha a pessoa</p>
--	--	---

		<p>acaba não fazendo.</p> <p>(...) Esse marco legal da nossa mobilidade de pessoal, dos discentes, as vezes como é que tu faz para colocar um discente num ônibus e atravessar a fronteira? Por exemplo, o nosso micro-onibus não pode atravessar. E é um absurdo, a gente mora na mesma cidade na prática (...) e se um professor nosso precisa ir para montevidéu, ele precisa provar um afastamento e aí tem toda a polêmica se ele recebe diária, só que assim, pra nós aqui da fronteira, em termos logísticos, ir para montevidéu é mais fácil do que ir para porto alegre, em termos logísticos, mas em termos burocráticos é uma coisa horrível então assim, nós estaríamos bem mais amparados e teríamos facilidade em desenvolver Cooperação, por exemplo, com o Uruguai e Argentina.</p> <p>(...) e na fronteira, não é na educação, mas tem flexibilidade para alguns setores por exemplo, free shops, criaram um marco legal específico para a fronteira, tanto do lado uruguaio como do lado brasileiro, tem também o estatuto do fronteiriço, que dá a carteirinha do fronteiriço, que tu pode trabalhar dos dois lados da fronteira, quer dizer, existem né precedentes em outros aspectos, pra educação ainda não tem.</p> <p>Outra dificuldade é a dificuldade financeira então assim, a gente teve uma onda de investimento em educação que foi bastante importante dos dois lados, dos três lados das fronteiras vamos dizer assim, entre Brasil, argentina e Uruguai, também marcados por governos com um certo viés de investimento na educação e tal, e ali em momentos de, primeiro num país depois no outro, houve rupturas ou transições de governos, ou crises que não tinham essa prioridade, foram feitas restrições orçamentárias, cortes, etc e alguma coisa dessa Cooperação Internacional envolve recursos.</p> <p>(...) nossa cultura de Cooperação em geral e Cooperação social, vamos dizer assim, entre as nossas sociedades que na América latina ela é delicada, ela é complicada, nós vivemos meio que de costas uns pros outros né, trazendo isso pra nossa fronteira nós temos as vezes aquelas rivalidades inúteis, fronteiriço brasileiro com fronteiriço uruguaio , fronteiriço daqui e fronteiriço</p>
--	--	--

			<p>dali, e as vezes os governos não querem conversar entre si, porque a gente precisa do braço político né pra ajudar a impulsionar, principalmente aqui no Brasil, a gente precisa chegar até Brasília.</p> <p>(...), é uma questão cultural que chega ao legal mas assim, essa cultura de falta de Cooperação, de tentar fazer as coisas autonomamente, virar as costas pra fronteira, virar as costas pro vizinho (...)e outra questão, uma questão cultural, o nosso quadro, os nossos servidores, a nossa instituição, ela já é herdeira de uma tradição de outras duas instituições (...), e é uma tradição de Cooperação Internacional diferente, ela é uma Cooperação mais hierarquizada, ela é uma Cooperação com grandes centros internacionais, e a nossa universidade é uma universidade do interior, uma universidade de fronteira, e talvez a gente não viu isso, que a gente precisa sem excluir a Cooperação tradicional a gente precisa de uma cultura de Cooperação Internacional no nosso entorno imediato.</p>
		<p>FE- ACAI</p> <p>FI - ACAI</p>	<p>(...) do ponto de vista externo, eu acho que positivamente a nossa localização geográfica, ela facilita e favorece, ela demanda e exige, eu diria até que por uma questão de sobrevivência da instituição se Internacionalizar, se integrar com a fronteira, está na própria lei de criação do PDI, que é uma universidade criada e fundamentada para desenvolvimento regional, favorecer o desenvolvimento regional. E aí se a gente for ver desenvolvimento regional em uma região de fronteira, é desenvolver a fronteira.</p> <p>(...) A influência, a interligação com a fronteira é muito grande, então assim, pensar uma universidade para o desenvolvimento regional sem pensar o desenvolvimento regional como o desenvolvimento de fronteira é errado. Eu acho que ela tem que pensar o desenvolvimento da fronteira, e aí vem a Internacionalização é uma necessidade para desenvolver a fronteira, ela tem que estar articulada no ensino, na pesquisa, na extensão, na</p>

		<p>gestão, com os atores públicos e privados dos dois lados da fronteira, ela tem que ser um porta-voz, uma referência, dos dois lados.</p> <p>(...) existe entre as instituições de educação técnica e superior um cenário favorável de Cooperação entre as instituições.</p> <p>(...) existe um ecossistema das instituições de ensino técnico e superior que eu vejo assim muito interessante, pra nossa fronteira, pro tamanho que ela tem, pro nível de desenvolvimento relativo tanto de Rivera em relação ao Uruguai como de Livramento em relação ao RS e Brasil, a gente tem 7 ou 8 instituições públicas de ensino técnico e superior coisa que nenhuma cidade do interior do Brasil que eu conheça ou saiba tem, se a gente somar os dois lados da fronteira que para mim é uma cidade só.</p> <p>(...) tem o fator externo negativo disso, que é o fato de essas instituições serem pequenas unidades menores de grandes instituições cuja sede está em outros polos. Então a gente precisa a todo momento ter essa articulação com as sedes então as necessidades imediatas elas não são muitas vezes sentidas pelas gestões superiores a gente tem que tá provocando, a gente tem que tá levando, até tem que estar sendo insistente pra algumas coisas chegarem até nós com a necessidade da fronteira.</p> <p>Então continuando, fatores externos (...) a nossa colaboração em projetos principalmente em eventos né, projetos de extensão e pesquisa em geral mas alguns eventos e também grupos de trabalho.</p> <p>(...) que um dos start dos últimos anos que deu um salto qualitativo e aí é externo e também interno, que assim deu um salto qualitativo para a nossa articulação na fronteira entre as instituições de educação né foi o SIEPE.</p> <p>Indo para o aspecto mais negativo dos fatores externos que influenciaram, as questões que dificultam são as transições de gestão nas instituições e nos governos. As vezes mudou o diretor de algum lugar, de alguma instituição ou mudou o prefeito, intendente, e aí aquele processo que estava sendo avançado em parte é perdido , as vezes é totalmente perdido, tem que se retomar</p>
--	--	---

		<p>algumas coisas, a própria memória do que foi feito as vezes é perdida então é uma coisa bem delicada a gente acaba retrabalhando muitas coisas.</p> <p>(...) o siepe abriu os olhos da Unipampa em alguns aspectos que depois começaram a avançar, é o caso da nossa mobilidade fronteiriça, ela é tão difícil que, por exemplo, a questão do nosso carro oficial, ele não pode atravessar ali a nossa fronteira que fica a 10 quadras, a gente pode comprar pão todos os dias em Rivera, mas a gente não pode fazer uma reunião com o carro oficial em Rivera.</p> <p>(...) falta de cultura de Cooperação entre a academia, não é responsabilidade única de nenhum setor, mas é um processo coletivo, entre academia, empresariado, sociedade, governos e governos locais principalmente, ou regionais, assim, de que a gente, a sociedade, os governos, o empresariado ainda não reconhece a academia como um ator fundamental do desenvolvimento, e por isso tem dificuldade da gente participar desse processo e ao mesmo tempo, as nossas instituições ainda não conseguem acessar esses espaços.</p> <p>(...) a existência de um curso de relações internacionais no campus, dá um pouco mais de visão, de experiência assim sobre Cooperação Internacional.</p> <p>(...) a Daeinter ter pelo menos uma parte da sua estrutura e de seu pessoal aqui também, é sempre bom ter pessoas que tu podes falar diretamente e imediatamente né que tu tem acesso direto.</p> <p>(...) a nossa articulação com as instituições aqui da fronteira, com os representantes, com os docentes, com os técnicos, entre os alunos das nossas instituições, as vezes é muito mais imediata, mais fluida, do que com as nossas próprias gestões superiores.</p> <p>(...) comprometimento dos servidores, eu acho que os alunos eles são muito influenciados pelo que eles estão vendo que é a instituição, os estudantes, se eles estão vendo que os docentes, que os técnicos fazem Cooperação Internacional, que eles estão em contato com outras instituições que eles incentivam os alunos a fazer, mas não só com palavras mas porque eles estão fazendo e nós</p>
--	--	--

			<p>temos alguns, ainda poucos, mas poucos colegas técnicos e docentes que sabem que é importante, que se dedicam, que estão abertos pra isso né, isso daí é um fator interno importante que ainda precisa melhorar muito né, mas a gente já tem eu diria.</p>
		IE	<p>(...) inovação educacional como todo aperfeiçoamento, ou melhoria tanto institucional como pedagógica que possibilite a melhoria das práticas de ensino, de pesquisa, de extensão, desde a sala de aula até os projetos e aí, inclusive a gestão.</p> <p>(...) eu acho que a Cooperação Internacional também deve ser eu imagino um instrumento de inovação educacional.</p> <p>Eu vejo várias coisas aqui que eu entendo como inovação que a gente poderia fazer através da Cooperação Internacional e aí bom, desde intercâmbios, mobilidades, cursos binacionais, reconhecimento de diplomas, uma série de ações que muitas vezes a gente não consegue fazer ou faz informalmente e com muitas limitações.</p> <p>(...) mas aqui na fronteira a gente inova horrores, a gente tem que inovar para sobreviver, porque senão a gente não sobrevive.</p> <p>(...) se a gente não fizer a integração e a Cooperação avançar na prática, esperar que as normas os convênios, prevejam tudo que a gente pode fazer antes da gente fazer a gente vai acabar de repente não conseguindo fazer muita coisa. Então a gente às vezes tem que inovar com coragem.</p>
		EIE - ACAI	<p>(...) o SIEPE, o festival binacional de enogastronomia, o grupo de discussão do polo tecnológico binacional.</p> <p>(...) é uma ideia de Cooperação mais assimétrica, mas todo mundo entra com o que tem de melhor.</p> <p>(...) o fórum de instituições de ensino superior do bioma pampa, ou o fórum do bioma pampa né, que é um grupo que visa integrar e articular instituições não só aqui da fronteira Livramento e Rivera, mas</p>

		<p>de toda a região considerada fronteira entre Uruguai, Brasil e Argentina, que é a metade sul do rio grande do sul, norte do Uruguai e aquela região nordeste da Argentina.</p> <p>(...) questões como o marco legal específico pra Cooperação Acadêmica fronteira vamos dizer assim, porque Cooperação Internacional da Unipampa com a Sorbone é uma coisa agora Cooperação Internacional da Unipampa com a UTEC deveria ser vista de uma forma diferente a gente deveria ter facilitado o acesso, o intercâmbio, a colaboração de n maneiras, porque a gente tá praticamente no mesmo espaço.</p> <p>(...) um marco legal que possibilitasse criar um curso dos dois lados da fronteira ou melhor ainda, invés de criar um curso ou do lado uruguaio ou do lado brasileiro, criar o mesmo curso compartilhando estruturas, docentes e alunos dos dois lados.</p> <p>Então a gente precisaria ter uma flexibilidade maior não só dentro da instituição, mas na legislação como um todo.</p> <p>(...) nossa Cooperação não só com as instituições de educação, mas com o setor público e o empresariado, ou seja, tem ações que vão melhorar muito a qualidade, a efetividade, o nosso aporte para o desenvolvimento local se a gente tiver articulado com outros setores, com outros atores do desenvolvimento.</p> <p>(...) essa Cooperação Internacional ela deve ter também um componente aí de Cooperação com as instituições não só educacionais, mas que vão fomentar certas ações ou políticas que beneficiam a educação.</p>
	FIE - ACAI	<p>(...) a gente não tem uma linha de ônibus binacional pros nossos estudantes.</p> <p>(...) o seguro Internacional dos nossos alunos, e se alguém quebrar uma perna caminhando na Praça de Rivera enquanto tá indo ou tá voltando (...) a gente não tem mobilidade efetiva aqui no nosso quintal.</p> <p>(...) colaboração em eventos, uma agenda de eventos e aí eu to falando da nossa Fronteira local,</p>

		<p>mas poderia extravasar a nossa localidade e ser uma coisa mais institucional.</p> <p>(...) a gente poderia compartilhar mais recursos.</p> <p>(...) o horizonte é a gente poder cada vez mais compartilhar as nossas estruturas, as nossas vagas, os nossos docentes, não tem porque ficar replicando coisas, replicando bibliotecas, replicando equipamentos, replicando salas de aulas, replicando auditórios, seria mais proveitoso a gente reunir as instituições pra criar conjuntamente aquilo que a gente ainda não tem.</p> <p>(...) a gente não tem um grande centro de eventos (...) parceria com o setor privado. (...) a própria Unipampa já faz ingresso de fronteiriços, nós temos vagas não preenchidas, por que a gente não aumenta pelo menos 100% isso daí, invés de entrar dois por curso entra quatro, não é quase nada, mas já é um sinal que a gente tá avançando.</p> <p>(...) a dupla certificação (...).</p> <p>(...) cursos binacionais (...)50% das vagas vão ser para Brasileiros, 50 para Uruguaios.</p> <p>(...) política de Internacionalização da Universidade.</p> <p>(...) a questão da integração (...) ter uma secretaria de educação binacional pra educação.</p> <p>(...) a gente ter uma entidade que representa além das reitorias das universidades, que representa as instituições.</p> <p>(...) a gente precisa pra consolidar a inovação a partir dos Acordos de Cooperação Internacional, (...) tem que ter uma cultura institucional, um incentivo, um fomento, e eu não digo incentivo financeiro, as pessoas tem que entender que é importante, que é fundamental pra nossa sobrevivência como instituição fronteira.</p> <p>(...) uma política de Internacionalização que valorize a fronteira e aproveite o que a gente já tem disponível aqui pra fazer.</p>
--	--	--

			<p>(...) a gente devia ter alguma autonomia maior pra desenvolver Cooperação Internacional.</p> <p>(...) a questão da institucionalização das ações (...) se a direção do campus Livramento começou uma coisa e essa coisa tá registrada, tem documento, e já é uma ação que saiu da porta do campus e tá em parceria com outras instituições e no caso internacionais, a próxima gestão do campus Livramento tem que continuar aquilo ali.</p>
<p>Faculdade de Letras, com formação em língua Oriental, Chinesa e história da China.</p> <p>Doutorado em História pela UFRGS e depois o pós-doutorado em Ciência Política na mesma universidade.</p> <p>Docente do curso de Relações Internacionais e ex coordenadora da Daeinter,</p>	C1	ACAI	<p>(...) cheguei na Unipampa eu logo pesquisei se tinha uma assessoria Internacional e não tinha (...) em 2011 nasceu a assessoria e ela me convidou pra ser assessora Internacional então a partir de lá comecei a me interessar nos Acordos de Cooperação Internacional e saber como fazia.</p> <p>(...) a gente conseguiu, por exemplo, entrar no grupo COIMBRA das universidades brasileiras que foi muito importante.</p> <p>(...) o acordo que foi assinado com a Universidade de la República e também uma outra coisa que a gente conseguiu, bom, participar logo porque coincidiu com o início do lançamento do Ciência Sem Fronteiras que agora não tem mais.</p> <p>(...) simplificar os Acordos que não tivesse todo aquele peso jurídico, mas que fossem Acordos guarda-chuva muito simples que não envolvesse nenhum recurso financeiro.</p> <p>(...) as pessoas que estavam na universidade não estavam acostumadas a tratar com o exterior ou tinham medo não sabiam como fazer ou não queriam aprender então sair da zona de conforto era como pedir de se jogar no fogo.</p> <p>(...) a metade das direções de campus que viam a Internacionalização como um incômodo invés de um enriquecimento.</p>
		FE – ACAI FI - ACAI	<p>(...) um fator externo se a gente pensa na política, o fato de ter o governo Lula, isso facilitou bastante os Acordos, assim a acolhida da Unipampa dentro de contextos internacionais porque a gente tava vivendo um período de uma política externa afirmativa, de inserção de busca de novos mercados de novos parceiros.</p>

			<p>(...) falta de flexibilidade e abertura por parte de colegas e alguns dirigentes da universidade. Então, não entender que a Internacionalização é uma parte importante de crescimento e da qualidade do ensino.</p>
		IE	<p>É manter sempre a universidade aberta à diversidade, a pluralidade, e a diversidade de culturas porque acho que isso é um enriquecimento ímpar.</p> <p>(...) inovação educacional é jogar fora todas as estruturas de poder, as relações hierárquicas e tentar criar uma comunidade horizontal em que todo mundo cresce junto. Isso pra mim é inovação educacional, no sentido de recriar.</p> <p>Então inovação educacional é repensar uma educação inclusiva realmente inclusiva, não em termos quantitativos, mas qualitativos. E com esse corte Internacional da Internacionalização eu diria isso, digo incluir quanto mais culturas, quanto mais saberes que não é só o saber acadêmico não é só o saber científico.</p>
		EIE - ACAI	<p>(...) o ensino superior deveria colocar mais peso pros intercâmbios de professores e alunos, e aí fornecer os meios também financeiros pra que isso se realize.</p> <p>Então essa inovação educacional na parte de Internacionalização tem que dar prioridade a Internacionalização mesmo, a partir da base que são os nossos alunos, a partir dos professores.</p>
		FIE - ACAI	<p>(...) criar planejamentos, criar projetos acho que dentro dos próprios campi, dos próprios cursos, tentar incentivar essa parte Internacional e daí sim chegar ao acordo de Cooperação Internacional.</p> <p>(...) fazer parcerias online pras universidades aproveitar, criar grupos mistos com as universidades estrangeiras e fazer trabalho de grupo com os alunos.</p>

<p>Engenheiro Florestal, doutorado em Curitiba na área de Geoprocessamento, mestrado e especialização. Docente do curso de Engenharia Agrícola e Engenharia Civil e diretor da Daeinter.</p>	<p>C2</p>	<p>ACAI</p>	<p>(...) conjugar esforços visando o desenvolvimento e o mútuo assessoramento na realização de pesquisa, ensino e extensão nas áreas científica, cultural e tecnológica compartilhando recursos materiais, financeiros e humanos.</p> <p>. O protocolo de intenções é um documento que precede os Acordos de Cooperação e aonde não se coloca a questão financeira nós não temos nos protocolos de intenção quanto vai custar uma determinada pesquisa e o que é diferente para nós no acordo de Cooperação.</p> <p>(...) a Universidade Federal da Fronteira Sul aonde nós assinamos, já está assinado um protocolo de intenções que vai gerar assinatura de Acordos.</p> <p>(...) nós tivemos também uma assinatura com o CODEPAMPA – Conselho de desenvolvimento dos municípios do pampa que nos abre a possibilidade de trabalhar nas diversas áreas com cada município da região.</p> <p>(...) assinamos um protocolo de intenções com o Instituto Uruguaio de Pesquisas Documentais dos Charruas que é uma organização que atua na tríplice fronteira em Barra do Quaraí, então é mais esse convênio que está mais ligado a um corredor cultural Brasil e Uruguaí e Argentina.</p> <p>(...) o campus de Santana do Livramento está diretamente ligado ao protocolo de intenções, a esse documento com a UdelaR e a UTEC.</p> <p>(...) O INIA também, mas ele está mais ligado a área rural com o campus de Itaqui, São Gabriel e o campus de Alegrete, o INIA, que é um instituto semelhante a nossa Embrapa.</p> <p>(...) qualquer acordo de Cooperação principalmente Internacional nos trás um ganho imenso, um avanço pra nós aqui do Brasil.</p> <p>(...) Internacionalização digital você vai ver pode colocar que é um dos nossos objetivos essa</p>
--	------------------	--------------------	---

			<p>Internacionalização online que a gente diz, nós já temos com a Colômbia, trabalhando com o México, nós temos um convênio lá com o México que tá exatamente os alunos deles está trabalhando fazendo convênios e estão desenvolvendo projetos, por exemplo, com são Borja.</p> <p>(...) Como a nossa gestão começou praticamente no início juntamente com a pandemia é óbvio que a nossa maior dificuldade na questão das relações internacionais é a presença como te disse, a presença física.</p>
		<p>FE – ACAI</p> <p>FI - ACAI</p>	<p>A pandemia foi responsável pelos fatores externos que tiveram influência nos Acordos de Cooperação Acadêmica no Campus de Livramento.</p> <p>(...) a questão financeira é fundamental (...) e o carro da Unipampa não ultrapassa a avenida que divide vocês aí do outro lado da praça.</p> <p>(...) a questão burocrática (...) nós não temos fundação, a fundação capta recursos eu vou dizer qual é o maior problema é a falta de recursos.</p> <p>(...) nós não temos recursos e não podemos pedir sequer o carro que fica muitas vezes ocioso como estão agora nessa questão da pandemia pra atravessar e ir ali, isso é um fator externo e interno também.</p> <p>(...) não temos como receber recursos externos.</p>
		IE	<p>(...) a busca de novos métodos e formas de educação pra que nós possamos acompanhar essa evolução tanto na área da educação como na área tecnológica e termos uma melhor aprendizagem.</p> <p>(...) temos aí o Pampatec e pode agregar uma empresa incubadora na área da educação pra desenvolver essa inteligência artificial até mesmo pra melhorar as nossas condições.</p>
		EIE - ACAI	<p>(...) vamos incrementar pesquisas ou formas, que seja tecnológica ou na área educacional que possa viabilizar pesquisas nas áreas afins, na área, incrementar a tecnologia da informação para a educação.</p>